



Rosimere de Souza

**Gênero, sexualidade e as meninas em privação de
liberdade: um estudo sobre a política de atendimento
socioeducativo no estado do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof.^a Irene Rizzini
Co-orientadora: Prof.^a Jalusa Silva de Arruda

Rio de Janeiro
outubro de 2023



Rosimere de Souza

**Gênero, sexualidade e as meninas em privação de
liberdade: um estudo sobre a política de atendimento
socioeducativo no estado do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof.^a Jalusa da Silva Arruda

Co-orientadora

UNEB

Prof.^a Cecilia Nunes Froemming

Ministério dos Direitos Humanos

Prof.^a Delaine Martins Costa

Fiocruz

Prof.^a Nilza Rogéria de Andrade Nunes

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Rosimere de Souza

Doutora, mestre e graduada em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora da Faculdade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. Professora de cursos de extensão e de MBA do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. Pesquisadora e professora em temas relacionados às políticas públicas nos campos de urbanismo, meio ambiente, assistência social e promoção dos direitos da criança, do adolescente, das mulheres e da pessoa idosa. Integrante da linha de pesquisa Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Souza, Rosimere de

Gênero, sexualidade e as meninas em privação de liberdade : um estudo sobre a política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro / Rosimere de Souza; orientadora: Irene Rizzini ; co-orientadora: Jalusa da Silva Arruda. – 2023.

187 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Adolescentes do sexo feminino. 3. Meninas. 4. Medida socioeducativa de internação. 5. Gênero. 6. Sinase. I. Rizzini, Irene. II. Arruda, Jalusa da Silva. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. IV. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

À ilustre e querida professora e orientadora Irene Rizzini, pela cuidadosa orientação e atentas leituras durante o meu percurso de pesquisa e escrita. Gratidão por todo o estímulo para que eu seguisse em frente na escrita desta tese, em meio a tantas adversidades enfrentadas. A pandemia da Covid-19 que atingiu milhões de pessoas no mundo inteiro aconteceu no meio do doutorado e, assim como para tantas pessoas, afetou a dinâmica de minha vida pessoal e, conseqüentemente, o ritmo de minha produção acadêmica.

À Jalusa Arruda professora de referência no tema a quem escolhi como co-orientadora nessa caminhada, que muito contribuiu para a delimitação do objeto desta tese e nas reflexões sobre a política de atendimento às meninas em privação de liberdade na perspectiva de gênero. Obrigada por ser tão generosa em partilhar seu saber e incentivar a realização deste estudo.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais esta tese não poderia ter sido concretizada.

À professora Ilda Lopes minha professora e orientadora no mestrado que acompanhou minha vida pessoal e trajetória profissional e tanto me estimulou nesta caminhada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, aos professores do Departamento de Serviço Social do qual sou cria, desde o ano de 1985 quando lá me graduei. Estendo aqui os agradecimentos aos colegas da turma de doutorado de 2019, pelas trocas acadêmicas, cumplicidades e companheirismo.

Às professoras que compuseram a Comissão Examinadora desta tese, Jalusa da Silva Arruda, Cecília Nunes Froemming, Delaine Martins Costa, Nilza Rogéria de Andrade Nunes, muito obrigada pelo aceite do convite. Vocês fazem parte da minha história acadêmica e profissional e me ensinaram muito sobre a importância do enfoque de gênero e raça nas análises realizadas. Suas contribuições atentas, críticas, direcionadas, além das sugestões apresentadas desde a banca de qualificação compuseram o direcionamento e o conteúdo desta pesquisa.

Ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) onde tive a oportunidade de iniciar pesquisas sobre o tema, por autorizar o uso do material da pesquisa que é citada nesta tese. Esse material contribuiu sobremaneira com as análises a respeito da política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro.

À Paula Caldeira, revisora desta tese, pelo incansável trabalho de leituras e contribuições com o presente texto. Obrigada pelo aprendizado, pela sua perseverança e profissionalismo neste processo.

Aos colegas de trabalho da gestão e da equipe técnica do Ibam, que me acompanharam, partilhando informações, dicas, conselhos, reflexões e artigos, e acima de tudo por compreenderem minha ausência necessária para a dedicação que este trabalho exigia.

Ao meu companheiro Fernando Cezar dos Santos e à minha mãe Maria Rizadalva de Souza por todo o amor, companheirismo e suporte emocional e doméstico, para que eu pudesse me dedicar a esta grande criação.

Esta tese é dedicada *in memoriam*, às assistentes sociais Yolanda Heloisa de Souza, minha mãe de coração, de quem herdei a profissão de assistente social e toda base intelectual e à professora Terezinha Arnaut que me introduziu neste nobre ofício.

Finalmente, desejo que esta tese contribua para um atendimento mais humanizado e sensível ao enfoque de gênero no sistema socioeducativo às adolescentes infratoras em privação de liberdade e que sejam mais respeitadas em suas singularidades como meninas e mulheres.

Resumo

Souza, Rosimere de. Rizzini, Irene; Arruda, Jalusa da Silva. **Gênero, sexualidade e as meninas em privação de liberdade: um estudo sobre a política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2023. 187p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese, *Gênero, sexualidade e as meninas em privação de liberdade: um estudo sobre a política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro*, analisa a organização desta política após a aprovação da *Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006*, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estabelece as diretrizes básicas para a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) aos(as) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utiliza o método de análise de conteúdo para examinar documentos normativos e conteúdo de entrevistas, grupos focais e rodas de conversa com operadores(as) do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com as meninas e seus familiares sobre o tema e cujo referencial teórico tem como foco as abordagens de gênero e as formas como a opressão de gênero se expressa na prática do atendimento, assim como seus efeitos. A autora analisa como adolescentes do sexo feminino entre 12 e 18 anos, em cumprimento de medida de internação, são percebidas e atendidas em seus direitos e demandas, ressaltando as questões de saúde física e mental, os direitos sexuais e reprodutivos, a maternidade e as relações familiares, em razão de sua identidade ou expressão de gênero. Ela conclui que o atendimento hoje ainda segue uma lógica masculina, que desde a formulação da política socioeducativa até a execução da medida invisibiliza e secundariza as meninas, nega seus direitos, agrava suas condições precárias de vida e fortalece os sistemas vigentes de opressão. Até a década de 2000 os estudos sobre o atendimento socioeducativo estavam centrados nos adolescentes do sexo masculino, uma vez que historicamente constituem a maioria em cumprimento de medida, tanto em regime aberto, quanto privativo de liberdade. A partir da aprovação da referida Resolução, porém, o tema da diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual foi definido como norteador da prática pedagógica e transversal a todo o sistema. Nos anos seguintes o debate avançou em relação ao atendimento às especificidades das meninas, desvelando um cenário de desigualdades, discriminações e punições baseadas no gênero, na cor da pele e na classe social. A autora define, portanto, três pontos para a compreensão da política em questão: o processo de construção das percepções sobre as adolescentes infratoras e as formas de produção de desigualdades de gênero, enfatizando os estereótipos que reforçam os sistemas de opressão; os impactos das percepções construídas sobre elas na política de atendimento; e o modo como se opera a precarização de suas vidas de forma individual ou coletiva, por meio da invisibilização ou secundarização de suas necessidades. Para ilustrar alguns dos temas destacados nesta análise, a autora seleciona relatos de agentes públicos(as) que interagem com adolescentes infratoras na única unidade de atendimento de internação feminina no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019, a partir de entrevistas, grupos focais e rodas de conversa realizadas em pesquisa sob sua coordenação.

Palavras-chave

Adolescentes do sexo feminino; Medida Socioeducativa de Internação; Gênero; SINASE.

Abstract

Souza, Rosimere de. Rizzini, Irene (Advisor); Arruda, Jalusa da Silva (Co-Advisor). **Gender, Sexuality and female adolescents deprived of freedom: a study about the socioeducational policy in the state of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2023. 187p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis, *Gender and girls in deprivation of liberty: a study of the socio-educational care policy in the state of Rio de Janeiro*, analyses the organization of this policy following the approval of Resolution 119 of 11 December 2006 by the National Council for the Rights of Children and Adolescents (Conanda), which establishes the basic guidelines for the organization and operation of the National Socio-Educational Care System (Sinase) for adolescents who are accused of committing an offence. This is a qualitative study, which uses the content analysis method to examine normative documents and the content of interviews with operators of the Rights Guarantee System (SGD), with the girls and their families on the subject and whose theoretical framework focuses on gender approaches and the ways in which gender oppression is expressed in the practice of care, as well as its effects. The author analyzes how female adolescents between the ages of 12 and 18, who are serving a detention order, are perceived and attended to in terms of their rights and demands, highlighting physical and mental health issues, sexual and reproductive rights, motherhood and family relations, due to their gender identity or expression. She concludes that care today still follows a masculine logic, which from the formulation of socio-educational policy to the execution of the measure makes girls invisible and secondary, denies their rights, aggravates their precarious living conditions and strengthens existing systems of oppression. Until the 2000s, studies on socio-educational care were centered on male adolescents, since they have historically been the majority of those serving both open and custodial sentences. However, with the approval of this Resolution, the theme of ethnic-racial diversity, gender and sexual orientation was defined as the guiding principle of pedagogical practice and transversal to the entire system. In the following years, the debate advanced in relation to meeting the specific needs of girls, revealing a scenario of inequalities, discrimination and punishments based on gender, skin color and social class. The author therefore defines three points for understanding the policy in question: the process of building perceptions about adolescent offenders and the ways in which gender inequalities are produced, emphasizing the stereotypes that reinforce systems of oppression; the impact of the perceptions built about them on the care policy; and the way in which their lives are made precarious, either individually or collectively, by making their needs invisible or secondary. To illustrate some of the themes highlighted in this analysis, the author selects reports from public agents who interacted with adolescent offenders in the only female detention center in the state of Rio de Janeiro in 2019, based on interviews conducted in research under her coordination.

Keywords

Female adolescents; Socioeducational measure; Gender; SINASE.

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1	30
Teórico-metodológico	30
1.1 Gênero como categoria de análise principal.....	31
1.2 As meninas em privação de liberdade no sistema socioeducativo	42
1.3 A abordagem metodológica e sua natureza.....	52
1.3.1 O atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro como foco de análise	57
Capítulo 2	65
A política de atendimento socioeducativo.....	65
2.1 A Política de Atendimento Socioeducativo nos marcos da Doutrina da Proteção Integral	65
2.1.1 Princípios e diretrizes da normativa internacional dos direitos humanos e a política de atendimento socioeducativo	65
2.1.2 Documentos internacionais de direitos humanos que tratam de adolescentes e jovens envolvidos(as) com o ato infracional.....	70
2.1.3 Marcos normativos da Política de Atendimento Socioeducativo a adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional no Brasil	74
2.2 Adolescentes e a infracionalidade	91
2.2.1 A questão social, o ato infracional e o Estado Penal.....	98
2.2.2 Estado Penal e política de atendimento socioeducativo	102
2.2.3 Criminalização de meninas jovens como forma de controle e contenção ou gestão da pobreza	107
Capítulo 3	111
O atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação no estado do Rio de Janeiro.....	111
PARTE I.....	114
3.1 Indicadores sociodemográficos e perfil de adolescentes no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.....	114
3.2 Perfil dos(as) adolescentes em privação de liberdade no sistema socioeducativo no estado do Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2020.....	116
3.3 As adolescentes no sistema socioeducativo de internação	118
3.4 O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) no estado do Rio de Janeiro	119
3.4.1 O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro (Pase).....	124
PARTE II	125
3.4.2 O Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (Cense PACGC)	126

3.4.3	Percepções sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Cense PACGC	131
3.5	Uma abordagem de gênero sobre o atendimento socioeducativo	133
3.5.1	Os estereótipos de gênero.....	133
3.5.2	A invisibilização e a secundarização.....	134
3.5.3.	As opressões de gênero	134
3.5.4.	O cotidiano do Cense PACGC segundo a equipe de profissionais e as adolescentes atendidas.....	139
4.	Considerações Finais.....	149
5.	Referências Bibliográficas	157
6.	Anexos.....	170
	Anexo 1	170
	Anexo 2	170
	Anexo 3	171
	Anexo 4	172
	Anexo 5	173
	Anexo 6	174
	Anexo 7	187

Lista de siglas

ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Federal
Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Amseg – Assessoria às Medidas Socioeducativas e ao Egresso
Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
CAD – Comissão(ões) de Avaliação Disciplinar
CAI – Centro de Atendimento Intensivo
Caps – Centros de Atenção Psicossocial
CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança
CDEDICA – Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cecel – Coordenadoria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (do inglês Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women)
CEDCA-RJ – Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente
Cedeca – Centro de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente
Cense – Centro(s) de Socioeducação
Cense PACGC – Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
Cepea – Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão do Adolescente
CF 88 – Constituição Federal de 1988
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPCT – Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
CNS – Conselho Nacional de Saúde
Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Creas – Centro(s) de Referência de Assistência Social
Criaad – Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente
Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas
Depen – Departamento Penitenciário Nacional

DES – Área de Desenvolvimento Econômico e Social
Dhesca – Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil
DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
Endica – Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
ENS – Escola Nacional de Socioeducação
ESGSE – Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Feem – Fundação Estadual do Menor
FNDCA – Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
Ibam – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Educação Superior
LA – Liberdade Assistida
MNPCT – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
MP – Ministério Público
MPRJ – Ministério Público do Rio de Janeiro
NOB SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPCAT – Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Optional Protocol to the Convention against Torture and other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment)
Pase – Plano de Atendimento Socioeducativo
PDC – Programa de Direitos e Cidadania
PDI – Plano(s) de Desenvolvimento Institucional(is)
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PIA – Plano Individual de Atendimento
PNABEM – Política Nacional do Bem-estar do Menor
PNAISARI – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei
PNAISC – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Aleitamento Materno
PNAMPE – Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNDDCA – Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

PNEC-DH – Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos

Poss – Plano Operacional de Segurança Socioeducativa

PPC – Programas Pedagógicos de Curso

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RC – Roda(s) de Conversa

RI – Regimento Interno

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SEASDH – Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Seeduc – Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Siiad – Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes

Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Sisnad – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

SNDCa – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Suas – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG – Universidade Federal de Goiás

Vemse – Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas

Introdução

Ações de controle de crianças e adolescentes envolvidos(as) com delitos são registradas desde o Brasil Colônia(1530 a 1822). A partir da influência das Ordenações Filipinas, leis e costumes então vigorantes (Arruda, 2011) não diferenciavam *menores* de adultos(as) – exceto aqueles(as) abaixo dos sete anos – em relação à responsabilidade penal e, conseqüentemente, à punição. Os códigos penais surgiram no país a partir de 1830 e já apresentavam uma diferença em relação à legislação anterior, pois definiam como inimputáveis os(as) menores de 14 anos, ampliando assim a idade considerada anteriormente. Já no contexto da República, em 1890 foi promulgado o primeiro Código Penal, que confirmava o reconhecimento da inimputabilidade penal dos(as) adolescentes menores de 14 anos.¹

O final do século XIX foi marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas no cenário brasileiro, tendo em vista a transição entre dois sistemas de governos, a monarquia e a república, incluindo a introdução de novos modos de produção e de demandas por ordem e normalização de comportamentos, baseados nos padrões eurocêntricos, patriarcais e referenciados nas mulheres e homens brancos.

Mudanças nos modos de produção em países da Europa já estavam em curso antes da abolição da escravidão do Brasil, gerando novas relações de trabalho e pressionando as colônias e os países com economia baseada na agricultura e na mão de obra escravizada. Em outras palavras, a introdução do modelo industrial de produção em contraponto àquele baseado na produção agrícola refletiu nas relações de trabalho e, a mão de obra escravizada, já abolida em muitos países, não se encaixava nele. E no caso brasileiro, quando excluídos da nova dinâmica econômica e da estrutura social, os(as) ex-escravizados(as) e suas famílias foram expostos(as) à marginalização e sujeitos(as) a situações de exploração.

Observava-se um contingente significativo de crianças e adolescentes pobres e negros(as) perambulando pelas ruas, com ou sem seus familiares, em busca de trabalho e comida, como nos mostram estudos que analisaram as suas

¹ Existem diversos estudos que podem ser consultados sobre as especificidades no trato com a responsabilidade penal dos(as) menores de idade, a definição da idade imputável e inimputável, a questão do discernimento e sua avaliação e as formas de tratamento adotadas aos casos de delinquentes e, portanto, não nos deteremos nessa discussão.

condições de vida no período posterior à *Lei do Ventre Livre*, de 1871, e à *Abolição da Escravatura*, em 1888 (Arruda, 2011; Priore, 2010; Rizzini, 1997). Aos olhos da sociedade, essas pessoas eram vistas como desviantes, potencialmente perigosas e uma ameaça à nova ordem capitalista que se instaurava no país. Esse pensamento teve influência das distintas correntes teóricas que orientavam a nova ordem social, como aquela propagada pelo movimento eugenista, que buscava respaldo na biogenética para segregar e excluir negros(as), imigrantes asiáticos(as) e deficientes de todos os tipos, definindo as mulheres e os homens brancos de descendência europeia como a “nação do futuro”.

Ao analisar a seletividade penal, Vera Malaguti Batista (2011) afirma que as teorias eugenistas vigentes na época propunham a organização social de forma hierarquizada racialmente e acreditavam na existência de um fenótipo do(a) delinquente, sendo o(a) negro(a) um deles. Continuando, a autora sustenta que o crime também é “um constructo social, um dispositivo” e, corroborando Nilo Batista (2011), reitera que a criminalização não alcança a todos(as), posto que a “seletividade operativa do sistema modela qualitativa e quantitativamente o resultado final da criminalização penal” (Batista, 2011, p. 21), a serviço do processo de acumulação do capital. Essas ideias influenciavam – e, todavia, continuam influenciando – tanto a organização do sistema de administração prisional, quanto o de atendimento socioeducativo aos(às) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, o que se confirma pela presença de mulheres e homens, meninas² e meninos, em sua grande maioria negras, negros e pobres, cumprindo pena ou medidas socioeducativas, ainda hoje, no século XXI.

O *Código de Menores* criado em 1927 e a sua reformulação em 1979 trouxeram mudanças no que diz respeito à inimputabilidade penal. E a partir deles, organizaram-se estruturas de atendimento e um campo específico do direito para tratar do contingente de *menores* que precisava ser controlado, contido, corrigido. Ao aprofundar as análises sobre um largo período histórico – desde 1870 com o Código Penal, até o Código de Menores de 1979 – e sobre como iam se estruturando as formas de controle e punição de adolescentes e jovens, Arruda (2020)

² Somente pessoas na faixa etária entre 12 e 18 anos que praticam ato infracional estão sujeitas às medidas socioeducativas, previstas e apresentadas, desde a advertência até a privação de liberdade, no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Excepcionalmente, no entanto, a medida socioeducativa poderá ser aplicada a maiores de 18 anos que praticarem ato infracional quando ainda eram inimputáveis, cessando de forma obrigatória quando o(a) jovem completar 21 anos, segundo o art. 2º, parágrafo único do ECA (TJDFT, 2019). Esta tese utiliza os termos “menina(s)”, “adolescente(s)” e “jovem(ns)” para se referir a toda essa extensão de faixa etária prevista na legislação, isto é, de 12 a 21 anos de idade.

demonstra como algumas delas foram elaboradas particularmente para determinados grupos sociais marcados pela cor, classe social e pelo sexo. A autora destaca ainda nesse exame histórico as formas peculiares direcionadas às meninas.

Uma política pública estruturada com suporte legal e ações programáticas foi registrada a partir da intervenção do Estado Republicano (iniciado em 1889), como apontam autores que analisam a história do atendimento à criança e ao(à) adolescente no Brasil, nesse período (Arruda, 2021, 2020; Froemming, 2016; Rizzini, 2009). A estruturação de políticas de atenção a esse segmento foi desenvolvida no sentido do controle, do ajustamento social, da correção e da proteção de crianças e adolescentes pobres, fadados(as) ao trabalho precoce ou à delinquência (Souza, 2019; 1997). Para os meninos de comportamento “desviante” o caminho era o trabalho (Souza, 1997) ou os institutos correccionais.³ Para as meninas, os internatos⁴ e o regime de soldadas⁵ no começo do século XX (Arruda, 2020; Rizzini, 1997). Essa lógica foi amparada por instrumentos como os códigos de menores, de 1927 e de 1979, e perdurou até o início dos anos de 1980, quando se observou mudanças na forma de se perceber as crianças e adolescentes pobres, não mais como uma ameaça à sociedade, mas sim como uma das expressões da questão social no Brasil, consequência da combinação de fatores associados aos impactos das políticas neoliberais e dos ajustes estruturais do capitalismo.

³ Também chamados de “reformatórios” ou “colônias correccionais”, os institutos tinham o objetivo de reeducar, reformar e reabilitar os jovens que cometeram infrações, em vez de simplesmente puni-los. Acreditava-se que, por meio da educação, disciplina e principalmente do trabalho, os jovens poderiam ser transformados em cidadãos produtivos e moralmente corretos. A disciplina rigorosa era uma característica central e regras rígidas eram impostas aos jovens, cuja desobediência poderia ser punida com castigos físicos, por vezes excessivamente severos. Os institutos eram constantemente caracterizados por más condições de vida, tratamento brutal e falta de higiene. E nem sempre os objetivos de “reabilitação” e “reintegração” eram alcançados. O entendimento das melhores práticas em relação aos jovens infratores evoluiu ao longo do tempo, buscando abordagens centradas no bem-estar e na “ressocialização”.

⁴ Também conhecidos como reformatórios ou colônias correccionais, os internatos abrigavam meninas pobres que haviam cometido infrações ou estavam em situação de risco. Alguns também tinham uma função de cuidado e proteção para meninas em situações vulneráveis, como órfãs ou cujas famílias tinham dificuldades financeiras. Geralmente eram administrados por organizações religiosas ou pelo Estado, e objetivavam reeducar e reabilitar as jovens incessantemente por meio de disciplina rígida e trabalho. Frequentemente reforçavam valores tradicionais e os rigorosos padrões de comportamento esperados das mulheres na sociedade da época, como modéstia, obediência, vestimenta adequada, conduta respeitosa, além de habilidades domésticas. Eles eram separados dos internatos para meninos, seja por questões de moralidade ou para manter o controle sobre as interações entre os sexos. Suas características específicas poderiam variar, dependendo da região do Brasil, do tipo de instituição (pública ou privada) e da orientação religiosa ou cultural dos(as) administradores(as).

⁵ Instituído formalmente pelo Código de Menores de 1927, embora segundo Arruda (2020, p. 35), “já fosse adotado pela Justiça de Órfãos no Rio de Janeiro”, o regime consistia no encaminhamento de meninas órfãs ou com comportamento indesejável para famílias que se comprometiam em supri-las em suas necessidades básicas, em troca de serviços, cujo pagamento era administrado pelo Serviço Social de Menores.

Nas décadas de 1970 e 1980, pesquisadores(as), funcionários(as) públicos(as) do sistema de atendimento infantojuvenil e os movimentos sociais denunciaram a existência de um enorme segmento destituído do acesso a bens e serviços básicos, e exigiram justiça social e não caridade ou benesse, incluindo as crianças e adolescentes (Rizzini, 1997). Gonzalez (2020) já retratava as más condições de vida e o enorme desemprego que atingia homens, mulheres e jovens de ambos os sexos, negras e negros, na década de 1970, bem como as formas e processos de marginalização em comparação com as pessoas brancas. A violência policial era igualmente seletiva e não poupava adolescentes, fossem meninos ou meninas. Era um contexto em que as forças sociais, políticas e econômicas firmavam as bases de um novo pacto civilizatório que foi consolidado na *Constituição Federal de 1988* (CF 88), a “Constituição Cidadã”.

A CF 88 afirmou os direitos fundamentais de crianças e adolescentes (artigo 227) e ratificou a inimputabilidade penal do(a) adolescente menor de 18 anos (artigo 228), inaugurando a *Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente*, que passa a reger a organização das políticas direcionadas a esse segmento sob nova perspectiva.⁶ O período seguinte a 1988 foi de bastante movimentação política e social em prol da consolidação das conquistas afirmadas na CF 88.

Os reflexos causados na institucionalização de ações voltadas para crianças e adolescentes geraram efeitos para a conformação da política socioeducativa, campo que atende aos(às) sujeitos(as) sobre os(as) quais dialogaremos nesta tese. Importante destacar que, entre tantos avanços, a CF 88 reconhece os direitos humanos em seus dispositivos, o que impulsionou o Brasil a avançar na integração do sistema global a partir do reconhecimento de diversos documentos de proteção a segmentos como, por exemplo, crianças, adolescentes e mulheres, em geral, e adolescentes em conflito com a lei e privados(as) de liberdade, em particular. São declarações, diretrizes, convenções e recomendações que, quando reconhecidos pelo país, sugerem ou impõem os estados a aplicar medidas que garantam os direitos acordados internacionalmente.

É nesse contexto que surge o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), promulgado em 1990, oferecendo novo olhar e forma de gestão de políticas para crianças e adolescentes. Além de reafirmar as responsabilidades entre o Estado,

⁶ Não é objeto de discussão nesta tese as distintas Doutrinas Jurídicas em debate no campo infantojuvenil, mas para quem tem interesse, ver: FROEMMING, Cecília Nunes. *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo*. 162 f. Tese (Doutorado em Política Social) — Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

a sociedade civil e as famílias na salvaguarda dos direitos infantojuvenis, o ECA estabelece os grupos de direitos fundamentais que devem ser atendidos com prioridade absoluta por meio das políticas públicas, em todas as áreas setoriais.

A prática de ato infracional compreende todo o Título III do ECA. Entre os artigos 103 e 128 dessa lei, são abordados os direitos individuais dos(as) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, suas garantias processuais, as medidas socioeducativas no caso de confirmação da prática de infração – advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, semiliberdade e internação – e a remissão como forma de exclusão do processo.

A política socioeducativa envolve programas e serviços públicos e de organizações da sociedade civil, prioritariamente nas áreas de segurança; justiça; saúde; educação; assistência social e profissionalização, oferecidos em um sistema próprio, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), no qual os(as) integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) têm funções específicas. A medida socioeducativa tem a finalidade de assegurar a responsabilização do(a) adolescente pelo ato infracional praticado⁷ e, ao mesmo tempo, garantir os seus direitos fundamentais, levando em conta a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 6º do ECA).

Em 2004 é instituída a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei* (PNAISARI) no âmbito do Ministério da Saúde, atualizada no ano de 2014. Essa política dispõe sobre as diretrizes da atenção à saúde ofertada aos meninos e meninas em cumprimento de medidas privativas de liberdade ou em meio aberto (Brasil, 2014). A normativa se refere às meninas quando versa sobre as ações relativas à saúde sexual e saúde reprodutiva, o acompanhamento do pré-natal e o aleitamento materno.

No ano seguinte, em 2005, as medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade (PSC) e de liberdade assistida (LA) passam a integrar a *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS, 2004). Em 2009, com a aprovação da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* (Brasil, 2009), esses serviços passam a figurar entre os demais ofertados no âmbito de atuação da proteção social especial de média complexidade.

Em 2006, após um amplo processo de consulta nacional nas cinco grandes regiões do país, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou a *Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006* (Brasil, 2006)

⁷ Arruda (Sposato, 2013 *apud* Arruda, 2020) apresenta o conceito de natureza híbrida da medida socioeducativa, explicando sua dupla dimensão: uma face coercitiva e punitiva (enquanto determinação) e outra face pedagógica e assistencial (enquanto execução socioeducativa).

– denominada daqui por diante nesta tese como *Resolução nº 119/2006* –, que instituiu as bases para a organização política, administrativa e pedagógica do Sinase, avançando na construção da política socioeducativa. Entre os documentos voltados para os(as) adolescentes infratores(as), a referida *Resolução nº 119/2006* foi a primeira a tratar da diversidade étnico-racial, de gênero e de identidade sexual em diversas partes do texto, indicando assim a preocupação com as especificidades de meninos e meninas. A *Resolução nº 119/2006* abordou a diversidade de gênero relacionada à identidade da pessoa humana, figurando entre os valores consagrados pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), numa clara associação ao campo de debates dos direitos humanos (Brasil, 2006). Essa Resolução também afirma a diversidade de gênero entre as 12 diretrizes pedagógicas que as entidades e os programas socioeducativos devem observar para orientar e fundamentar as suas práticas pedagógicas.

A diversidade de gênero está considerada entre as seis dimensões básicas do atendimento socioeducativo, previstas na *Resolução nº 119/2006*, com vistas à “concretização de uma prática pedagógica sustentável e garantista (...) estendida a todos os programas de atendimento” (Brasil, 2006, p. 56). Está igualmente relacionada à construção da identidade e ao sentimento de pertencimento social do(a) adolescente.

Entre os parâmetros socioeducativos elencados, a diversidade de gênero é um dos eixos organizativos, no qual estão agrupadas as recomendações para os programas, tais como as que fortaleçam a inclusão de gênero; garantam a equidade no atendimento aos adolescentes de ambos os sexos; e promovam a discussão sobre assuntos relacionados à sexualidade, reprodução, maternidade, cuidados e padrões de violência de gênero, envolvendo também os familiares e/ou responsáveis. Observe-se que esse documento não se dirigiu especificamente às adolescentes, a não ser no capítulo sobre os parâmetros arquitetônicos para unidades de atendimento socioeducativo, em que introduz conceitos da categoria “gênero”. Nesse capítulo está definido que se deve garantir “a separação física e visual dos setores de dormitórios feminino e masculino nas unidades de atendimento aos adolescentes de ambos os sexos” (p. 82) e se “prever a existência de vestiário feminino e masculino (p. 120)”. Menções indiretas às adolescentes, associando-se à categoria “sexo” aparecem em trechos diferentes no texto, para se referir igualmente a ambos os sexos.

Foi apenas seis anos depois que a *Lei nº 12.594, aprovada em 18 de janeiro de 2012*, instituiu o Sinase e promoveu, do ponto de vista formal, o reordenamento institucional no SGDCA em todas as esferas e áreas setoriais. Atenção especial

foi dada pela lei ao Sistema de Justiça, que além de unificar os procedimentos de aplicação e monitoramento das medidas socioeducativas, recebeu o novo papel de acompanhar o seu cumprimento. A conhecida “Lei do Sinase” introduziu o Plano Individual de Atendimento (PIA), principal instrumento de acompanhamento da medida e que baliza a avaliação de sua extinção ou continuidade, por parte do(a) juiz(juíza). Entre outras previsões, explicita os direitos dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, com destaque para a atenção à saúde, à educação, à capacitação para o trabalho e o direito à convivência familiar e comunitária. Vale lembrar que esses direitos já estavam assegurados pela CF 88 a todos(as) os(as) adolescentes e, particularmente, aos(às) adolescentes em cumprimento de medida de internação, no artigo 94 do ECA. A Lei do Sinase ainda proíbe o isolamento e impõe a normatização dos regimes disciplinares que se concretizam nos Regimentos Internos (RI) e nos Planos de Segurança. A menção ao tema de gênero aparece timidamente no artigo sobre os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, afirmando a

[...] não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status. (Brasil, 2012, Art. 35, VIII).

Também no ano de 2012 foram estabelecidas as *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*, a serem observadas pelas instituições de ensino, aprovadas por meio da *Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012*, do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012). Conforme esse documento, a Educação em Direitos Humanos deverá ser considerada na organização dos diversos instrumentos e processos do sistema de educação, como os Projetos Político-Pedagógicos (PPP); os Regimentos Escolares; os Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); os Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior (IES); os materiais didáticos e pedagógicos; o modelo de ensino, a pesquisa e extensão; a gestão e os diferentes processos de avaliação.

Em 2013 avançou-se na regulamentação de ações na área da educação, voltadas para o atendimento aos(às) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, por meio da *Nota Técnica nº 38, de 12 de agosto de 2013*, do Ministério da Educação, com orientação às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*, que instituiu o Sinase.

Nesse mesmo ano, o Conanda aprovou o *Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo (2013-2023)*, com previsões de ações em quatro eixos,

nas áreas de educação e saúde; assistência social; cultura; e educação profissional e esporte, para os(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O plano aponta diretrizes para o planejamento das políticas, incluindo o financiamento no que diz respeito ao atendimento ao(à) adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional.

Marco importante para promover a assimilação e a aderência do Sinase no SGDCA por meio de ações de treinamento e formação continuada, em 2015 foi criada a Escola Nacional de Socioeducação (ENS) com funcionamento descentralizado em Núcleos Estaduais.⁸

A *Resolução nº 180, de 20 de outubro de 2016*, do Conanda (Brasil, 2016a), foi mais precisa em relação às questões de gênero, uma vez que tratou designadamente sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos, visando superar as situações que desfavorecem o pleno desenvolvimento das meninas, bem como as violações e violências a que estão submetidas devido a questões de gênero. Contudo, essa Resolução não avançou muito no que diz respeito às especificidades das meninas, limitando-se à afirmação da igualdade entre os sexos.

No ano de 2016, observou-se um contexto político bastante desfavorável para o desenvolvimento das discussões sobre gênero, após o impeachment da presidenta⁹ Dilma Rousseff, em março. Em seu lugar assume o poder central uma tendência política mais conservadora, legitimada por grupos sociais, políticos e religiosos, que perdurou até outubro de 2022, quando no âmbito da política representativa elegeu-se Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de presidente, alterando-se as forças políticas e as prioridades a partir de 2023.

Essa onda conservadora se materializou na alteração de normas e políticas públicas que promoveram a revogação e o retrocesso de conquistas democráticas no campo dos direitos sociais, em especial na garantia dos direitos da criança e do(a) adolescente.

⁸ Em 2021 essas escolas passaram a integrar o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), instituído pela *Portaria nº 4.063, de 20 de dezembro de 2021*, no qual estão contempladas também: a Escola Nacional de Direitos Humanos, a Escola Nacional da Família, a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Endica) e a Escola Nacional de Socioeducação (ENS).

⁹ Segundo a gramática de Língua Portuguesa, palavras terminadas em “-ente”, como “presidente”, não apresentam flexão de gênero terminada em “-a”, já que são palavras comuns de dois gêneros. Porém, alguns linguistas divergem sobre a questão, vide posicionamento retratado pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), revelando que o substantivo pode perfeitamente ter a sua forma flexionada, ou seja, é correto também dizermos “presidenta”. Fato é que a palavra “presidenta” é mais antiga e tradicional em português do que a sua forma neutra “a presidente”, uma vez que está presente nos dicionários desde 1812, o que por si só já admitiria seu uso. A forma neutra “a presidente” só foi aceita por gramáticos e dicionaristas portugueses e brasileiros a partir de 1940, quando foi dicionarizada (catarinas.info/mundoeducacao.uol/portugues.com.br).

É de referir que entre as inúmeras medidas antidemocráticas do então governo estava o *Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019*, que previa a cassação do mandato de todos(as) os(as) conselheiros(as) eleitos(as) e empossados(as) no Conanda, mudando o funcionamento do órgão ao definir que os(as) membros(as) do conselho fossem escolhidos(as) por processo seletivo e não por eleição. O decreto previu também a redução da participação da sociedade civil nesse conselho, de 14 para 9 pessoas, e o governo federal passou a contar com 13 pessoas. O fato mobilizou as organizações da sociedade civil que protocolaram o *Mandado de Segurança nº 36684* para restaurar a composição e o funcionamento do Conanda, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Por sua vez, a Procuradoria Geral da República (PGR) entrou com a *Ação de Descumprimento de Preceito Federal (ADPF) nº 622*, arguindo a inconstitucionalidade do decreto. No ano de 2021, os ministros do STF consideraram inconstitucionais algumas das mudanças feitas no Conanda pelo então presidente da república.¹⁰ No novo governo eleito em 2022, o *Decreto nº 10.003/2019* foi finalmente revogado pelo *Decreto nº 11.473, de 6 de abril de 2023*, o qual recuperou as condições de funcionamento do Conanda.

Nesse contexto, foram travados intensos debates entre sociedade civil e governo, nos quais se sobressaíam divergentes tendências ideológicas, religiosas e morais, em torno de padrões societários que se pretendiam impor como hegemônicos, e que mencionavam as adolescentes infratoras em diversos momentos. Nos anos de 2018 e 2022, por exemplo, o Conanda aprovou duas importantes Resoluções que as contemplavam: a *Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018*, que dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade,¹¹ e a *Resolução nº 233, de 30 de dezembro de 2022 e publicada em janeiro de 2023*, que estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sinase. Esta última Resolução está fundamentada em declarações e convenções internacionais de direitos humanos¹² das quais o Brasil é signatário, e em

¹⁰ Leia mais em: Conanda, Decreto Presidencial nº 10.003/2019. [site Prioridade absoluta]. Disponível em: <https://prioridadeabsoluta.org.br/entenda-o-caso-conanda/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

¹¹ Resolução pelo *habeas corpus* coletivo nº 143.641, julgado pelo STF em 20 de fevereiro de 2018, que decidiu que mulheres adultas presas preventivamente e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que estejam grávidas, amamentando ou tenham filhos(as) com até 12 anos ou com deficiência, devem cumprir prioritariamente medidas não restritivas de liberdade.

¹² Declaração dos Direitos da Criança, proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) por aprovação unânime, em 20 de novembro de 1959; Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU, de 1989, ratificada pelo Brasil por meio do *Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990*; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, ratificada por meio do *Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002*.

marcos normativos nacionais¹³ que tratam dos direitos fundamentais de adolescentes em privação de liberdade,¹⁴ com ênfase nas questões relacionadas aos gêneros.¹⁵ Ela foi, inclusive, objeto de discussões nacionais, nas quais a abordagem de temas como maternidade e direitos sexuais e reprodutivos contribuiu para evidenciar as meninas no contexto socioeducativo. Em seu conteúdo, a citada Resolução evocou princípios internacionais de não discriminação de sexo, cor, orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e igualdade de direitos, além de reforçar a importância de prevenir e combater a violência em razão da diferenciação entre os gêneros, definindo ainda que essa precaução deve estar presente em todo o processo de atendimento. Assim, ao longo de 23 anos observa-se, a partir da revisão de alguns marcos normativos, a edificação da política socioeducativa no Brasil.

Entretanto, a garantia formal do direito não é suficiente para que ele seja imediatamente reconhecido e efetivado.

Em que pesem todas as conquistas no campo político e técnico já demonstradas, o aprimoramento do sistema não foi acompanhado da redução das opressões de gênero sobre as adolescentes. Ao contrário, aumentou o ingresso de meninas no sistema socioeducativo no país e, entre elas, a quantidade das que vivenciam a mais dura medida privativa de liberdade, a internação. O último levantamento da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) mostrou que, no ano de 2017, havia 143.316 adolescentes entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. Entre eles, 82% em meio aberto, sendo 11,8% do sexo feminino, e 18% em medidas privativas de liberdade, dentre os quais 4,05% eram do sexo feminino

¹³ Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA; Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais; Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, Estatuto da Juventude; Resolução nº 159, de 4 de setembro de 2013, que estabelece o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Conanda; Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

¹⁴ Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do Conanda, que institui as bases para a organização política, administrativa e pedagógica do Sinase; Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sinase; Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013, do Conanda, que institui o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o Sinase; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), em Regime de Internação e Internação Provisória.

¹⁵ Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras, conhecidas como “Regras de Bangkok”, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, por meio da Resolução nº 65/229, de 16 de março de 2011; Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018, do Conanda, que dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade; Recomendação emitida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), no dia 19 de dezembro de 2018, ao Conanda e ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT).

(Brasil, 2019b). Levantamentos realizados pela SNDCA no período de dez anos (de 2006 a 2016) registraram aumento de 93% de adolescentes e jovens do sexo feminino em privação ou restrição de liberdade (Arruda, 2021).

Carmen Antony (2007) chama a atenção para o aumento do encarceramento de mulheres no sistema prisional¹⁶ e para o crescimento do número de meninas nos Centros de Atendimento Socioeducativos, desde os últimos anos da década de 1990 nos países latino-americanos, geralmente devido a delitos que estão relacionados com o *microtráfico*,¹⁷ tendo como pano de fundo o proibicionismo às drogas.¹⁸ O aumento da quantidade de meninas apresenta desafios para todo o sistema de atendimento, tornando-se um tema importante para o conhecimento científico ao exigir constantes reflexões sobre a política socioeducativa, suas particularidades no atendimento às adolescentes e sobre o percurso destas pela infracionalidade.

Em minha trajetória profissional atuei diversas vezes com o tema do ato infracional, tanto no atendimento direto,¹⁹ quanto com ações de *advocacy*, ministrei treinamento para servidores(as) públicos(as) e participei da realização de pesquisas. No período de 2019 a 2021, coordenei uma pesquisa em dez capitais brasileiras sobre meninas infratoras em cumprimento de medida de internação, e dessa experiência nasceram as primeiras indagações que me orientaram ao aprofundamento de alguns achados nas investigações anteriores.²⁰

O interesse pela especificidade das meninas em cumprimento de medida socioeducativa e pelo modo como a política se organizou para atendê-las no Rio

¹⁶ Embora existam elementos comuns de análise entre as situações das mulheres e das meninas nos sistemas prisional e socioeducativo, respectivamente – como a seletividade penal, as particularidades da punição por meio do controle do comportamento e do disciplinamento dos corpos, o sexismo, entre outros –, há que se considerar também as diferenças entre a natureza e a função desses dois sistemas e a condição peculiar do(a) adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento (Arruda, 2011; 2020).

¹⁷ Expressão utilizada pela autora.

¹⁸ Mais adiante no texto, trataremos da política de combate às drogas no contexto brasileiro.

¹⁹ Atuei como assistente social em duas organizações da sociedade civil, em uma instituição filantrópica (entre 1989 e 1995) e em um centro de defesa de direitos humanos da criança e do adolescente (entre 1995 e 2011), nos quais eu atendia adolescentes e jovens que em algum momento de suas vidas se envolviam com o ato infracional e, como pesquisadora sobre o assunto (de 2003 até os dias atuais).

²⁰ Antes desta pesquisa, já havia coordenado outros estudos sobre o Sinase e as medidas socioeducativas em meio aberto, com destaque para dois deles: o primeiro foi realizado em 12 municípios brasileiros e pesquisou a municipalização do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) para a política de assistência social (Souza, 2008); o segundo tratou-se de uma pesquisa nacional nas 27 capitais, sobre a dinâmica de funcionamento dos programas e/ou serviços de atendimento aos(às) adolescentes em cumprimento de medidas de LA e de PSC (Ibam, 2014). Destas iniciativas resultaram relatórios técnicos, uma publicação sobre medidas socioeducativas em meio aberto (Souza, 2018) e diversas capacitações ministradas a agentes e técnicos(as) do Degase e da política de atendimento da assistência social, em diferentes municípios brasileiros.

de Janeiro surgiu em decorrência de minha aproximação com a questão dos feminismos, com os estudos de gênero e os estudos sobre políticas públicas para mulheres, a partir da minha atuação profissional com consultoria em gestão pública. Essa vivência ao longo dos últimos 20 anos me possibilitou compreender melhor, tanto as desigualdades entre mulheres e homens, e meninas e meninos, numa perspectiva feminista e interseccional,²¹ quanto as formas como a opressão de gênero se concretiza, levando as mulheres e as meninas à invisibilidade e à secundarização na sociedade.

Assim, as interrogações que inicialmente me orientaram à delimitação do objeto desta tese versaram sobre como as meninas infratoras e suas demandas específicas eram expressas na normativa, de que forma elas eram percebidas por aqueles(as) que com elas interagiam no cotidiano do atendimento e como essas noções se materializavam na execução da medida de internação. Discutir o atendimento às singularidades das meninas na política socioeducativa e as desigualdades por elas enfrentadas no sistema socioeducacional concorre para o reconhecimento de seus direitos e suas demandas como mulheres.

Em busca de respostas para algumas dessas questões e, em direção à delimitação do objeto desta tese, além da normativa relacionada ao tema, introduzida anteriormente, analisei estudos acadêmicos – como dissertações e teses – dados do período posterior à aprovação da *Resolução nº 119/2006*, fundamentados nos estudos de gênero e na teoria feminista interseccional (aprofundada no Capítulo 2 desta tese).

Datam da década de 2000 as primeiras investigações a respeito das condições de atendimento às meninas no sistema socioeducativo e das desigualdades vivenciadas por elas em razão do sexo, gênero ou orientação sexual, sendo o assunto objeto de pesquisa frequente em distintas áreas do conhecimento, como antropologia, criminologia, direito, psicologia, serviço social e sociologia, entre outras (Arruda; Krahn, 2020).

Como analisarei no Capítulo 1 desta tese, as obras acadêmicas estudadas apresentaram categorias alinhadas às abordagens de gênero que se articulam nesse debate sobre o atendimento socioeducativo às adolescentes infratoras. Entre elas, o patriarcado é realçado como o principal sistema de opressão sobre as meninas, que opera a partir da vigilância de gênero para dominá-las e subjugá-las dentro de padrões morais, comportamentais e heteronormativos.

²¹ Perspectiva que será aprofundada no Capítulo 2 desta tese.

Em distintas perspectivas do campo feminista (Lorde, 2019) o patriarcado é considerado a raiz das desigualdades de gênero, perpetuadas pelas instituições sociais, culturais e políticas que favorecem os homens e meninos em detrimento das mulheres e meninas. De acordo com o enfoque feminista interseccional, entre outros, o patriarcado não é apenas um conjunto de leis ou normas que limitam as oportunidades das mulheres, mas é um sistema social e ideológico mais amplo, que abrange relações de poder e controle que se manifestam em todos os aspectos da vida, incluindo a economia, a política, a cultura e as relações pessoais. Assim, a luta contra o patriarcado é vista como uma luta por justiça social e igualdade de gênero, que envolve a transformação das estruturas sociais, políticas e culturais que sustentam a opressão das mulheres de todas as idades.²²

Essa forma de dominação também se opera por meio da secundarização, invisibilização e marginalização das meninas em suas singularidades. E se expressa na percepção dos(as) agentes operadores(as) do sistema socioeducativo e no cotidiano do atendimento.

Assim, o *corpus* da análise desta tese compreende conjuntos de documentos normativos e técnico-operativos nacionais e estaduais que servem de referência para a organização da política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro. Visto que a pesquisa sobre a análise do atendimento socioeducativo nas dez capitais brasileiras, da qual fiz parte como coordenadora, tinha outra finalidade que não esta tese, o material produzido a partir dela²³ – conteúdo de entrevistas, grupos focais e rodas de conversa realizados com profissionais do Sinase, com meninas que cumpriam medida de internação à época (2018) na cidade do Rio de

²² O patriarcado é um conceito central nos estudos feministas, mas sua interpretação varia entre diferentes abordagens. Enquanto algumas representantes feministas liberais e pós-estruturalistas criticam o conceito tradicional de patriarcado como uma dominação masculina que não se aplica adequadamente às sociedades capitalistas contemporâneas, outras feministas radicais e socialistas propõem uma ampliação desse conceito. Para elas, o patriarcado deve abranger as diversas formas de opressão de gênero presentes nas sociedades atuais. Além disso, expoentes do feminismo radical e do ecofeminismo argumentam que, embora não seja a única explicação para todas as formas de desigualdade e opressão de gênero, o patriarcado ainda é considerado uma das origens da violência contra as mulheres. Por fim, teóricas das correntes feministas socialista, marxista, negra e decolonial enfatizam que é essencial considerar outras dimensões, como classe social e etnia, para uma compreensão completa das desigualdades de gênero. Em resumo, embora haja variações no entendimento do patriarcado entre as teorias feministas, todas reconhecem sua relevância na análise das relações de poder entre homens e mulheres.

²³ O material produzido pela pesquisa compreende relatórios de entrevistas e rodas de conversa com representantes dos seguintes órgãos do Sinase na cidade do Rio de Janeiro: delegacia de polícia, justiça da infância e da juventude, ministério público, defensoria pública, corpo diretivo e técnico do Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, para cumprimento de medida de internação; além de grupo focal com meninas e seus pais e/ou responsáveis. Importante realçar que houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) das escutas para fins da pesquisa original e autorização do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) para o uso do material coletado e produzido.

Janeiro e seus pais e/ou responsáveis –, será aproveitado a título de ilustração para as categorias encontradas nas análises documentais.

A metodologia usada para o exame dos documentos considerados foi a análise de conteúdo, fundamentada no método de Bardin (2011), com apoio do MAXQDA 2022, software acadêmico para análise de dados qualitativos e métodos mistos de pesquisa.

Esta tese está estruturada em três capítulos: Capítulo 1, Teórico-metodológico; Capítulo 2, A política de atendimento socioeducativo; e Capítulo 3, O atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação no estado do Rio de Janeiro.

No Capítulo 1 é analisado como as meninas são expressas na política socioeducativa, que papéis de gênero lhes são atribuídos e como são atendidos os seus direitos sexuais e reprodutivos, a partir da ótica feminista interseccional, que dá realce às relações de gênero e aos processos de opressão sobre as adolescentes. São analisados conceitos importantes e que iluminaram a compreensão de aspectos bastante específicos sobre as condições de vida das adolescentes aqui em foco, como “secundarização”, “precarização” e “invisibilidade”. O avanço das abordagens interseccionais sobre gênero trouxe para o campo dos debates o aprofundamento a respeito das dimensões de raça, classe e geracionalidade, como marcadores igualmente importantes para se pensar as desigualdades e os impactos dos sistemas de opressão sobre as mulheres e meninas. Mais do que presente, a interseccionalidade é, portanto, uma categoria especialmente relevante para este estudo.

No Capítulo 2 é analisada a emergência das adolescentes como preocupação social (por parte do sistema de justiça juvenil). Breves resgates históricos são feitos sobre a construção da menina infratora no início do século XX, e sobre as mudanças operadas nas formas de atendimento desde então, para se compreender alguns elementos remanescentes de uma ideologia ainda de controle e punição sobre os(as) adolescentes infratores(as), em especial as meninas. Ao longo da história do atendimento às crianças e aos(as) adolescentes pobres no Brasil observa-se a implementação de uma série de medidas de controle e normalização de comportamentos que passam pelas políticas públicas, e que visam atender a interesses políticos e econômicos característicos de cada momento histórico.

Algumas dessas medidas estão coadunadas com a seletividade punitiva de grupos sociais marcados pela cor, identidade ou expressão de gênero, idade, deficiência, localização geográfica e classe social, entre outras, revelando como distintas formas de opressão, discriminação e desvantagem social não podem ser

analisadas isoladamente, uma vez que estão interconectadas e se sobrepõem, se reforçam e se exacerbam mutuamente, criando experiências únicas para as pessoas que pertencem a múltiplos grupos marginalizados.

A interseccionalidade enfatiza a importância de reconhecer essas complexidades e de considerar a interação entre diferentes identidades ao tratar questões de justiça social, política e igualdade. Sendo assim, essa categoria importante também se fará presente no Capítulo 2.²⁴

No Capítulo 3 é analisada a política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, a partir da aprovação da *Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006*, do Conanda, que estabeleceu as diretrizes básicas para a organização e o funcionamento do Sinase, com foco nas especificidades de meninas e meninos. O sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro é um dos maiores do país, ficando atrás apenas do existente no estado de São Paulo. Contudo, a formação social, econômica e política do Rio de Janeiro apresenta nuances particulares, pelo fato de esse estado ter sido o local de moradia de classes dominantes com influência nacional durante muitos anos, mais precisamente desde o ano de 1808, com a vinda da corte real de Portugal, passando pela criação do Império do Brasil, em 1822, pela instalação da república, no ano de 1889, até a transferência da capital do Brasil, do Rio para Brasília, no ano de 1960. A chegada da corte real ao Rio de Janeiro trouxe consigo uma série de mudanças administrativas, sociais, culturais e econômicas. O impacto foi bastante significativo não apenas na cidade, mas na colônia como um todo, e diversos estudos nos mostram como ao longo desse período as relações sociais foram se construindo a partir da hierarquização das pessoas por sua classe social e cor da pele. Entender esses processos no Rio de Janeiro nos ensina a forma como as estratégias de controle e punição de meninas e meninos, pretas e pretos pobres, foram sendo organizadas.

A partir de uma abordagem de gênero sobre o atendimento socioeducativo, neste capítulo são analisados ainda os estereótipos, a invisibilização, secundarização e demais opressões de gênero observadas no cotidiano de uma instituição socioeducativa de internação na cidade do Rio de Janeiro, segundo a equipe de profissionais e as adolescentes atendidas, no ano de 2018.

²⁴ As abordagens sobre o período anterior a 1992 terão caráter de recuperação histórica de um debate que já está consolidado para alguns(algumas) autores(as), em especial aqueles(as) que em seus estudos deram visibilidade às adolescentes nos sistemas de atendimento público. Esse resgate histórico também tem o objetivo de demarcar os períodos em que se produziram as propostas de mudança para a organização das políticas públicas direcionadas ao atendimento de adolescentes infratores(as), que servem como referências para a análise da efetividade buscada na produção de políticas públicas.

Capítulo 1

Teórico-metodológico

Neste capítulo pretende-se examinar, a partir da perspectiva de gênero, artigos, teses e dissertações sobre a política de atendimento socioeducativo às meninas infratoras, produzidos após a aprovação da *Resolução nº 119/2006* do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu as bases metodológicas do Sinase, de 2010 até o ano de 2022, e sua relação com o objeto de estudo desta tese.

A perspectiva de gênero considera as diferenças e as relações entre os sexos (masculino, feminino)²⁵ como fatores cruciais na compreensão das dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas. Reconhece-se que o gênero não é uma categoria biológica, como o sexo, mas uma construção social que influencia profundamente as identidades individuais e as relações sociais. Entende-se que as expressões de gênero podem ser fluidas, construídas e redefinidas ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais e sociais. As construções de gênero engendradas no contexto das relações sociais afetam e são afetadas pelas relações de poder entre homens e mulheres. E isso pode levar à discriminação e à desigualdade de gênero e fortalecer os sistemas de opressão sobre mulheres e meninas.

Durante a revisão bibliográfica para a delimitação do objeto de estudo, foram revisitados alguns clássicos da literatura feminista, no sentido de captar como as categorias “gênero” e “sexualidade” são utilizadas a partir das distintas perspectivas e momentos históricos, e de que maneira são correlacionadas com os processos de criminalização e privação de liberdade de mulheres e meninas. Nessa etapa foram exploradas também referências teóricas de outras perspectivas, como da criminologia crítica, que analisam os processos de seletividade penal, criminalização, punição e/ou responsabilização e as condições das mulheres encarceradas, como também o impacto do aprisionamento, em especial, para as mulheres negras (Antony, 2007; Batista, 2011; Boiteux; Magno; Benevides, 2018; Borges, 2019; Davis, 2018; Espinoza, 2004). No que diz respeito às adolescentes,

²⁵ Apesar da relevância contínua dos estudos feministas interseccionais sobre a não-binariedade de gênero, isso não está em análise nesta tese. A não-binariedade de gênero se refere a uma expressão que transcende as categorias convencionais de masculino e feminino, proporcionando um espaço para pessoas que não se identificam estritamente como homens ou mulheres. Essa identidade pode abranger diversas nuances, incluindo as pessoas que se identificam com características tanto masculinas quanto femininas, ou que não se encaixam completamente em nenhum dos gêneros tradicionais, ou até mesmo que rejeitam por completo as definições binárias de gênero.

foram examinados artigos, dissertações e teses com análises sobre diversos aspectos relacionados ao atendimento em privação de liberdade, como medida socioeducativa de internação nos Centros de Atendimento Socioeducativos femininos no Brasil. Tais estudos, entre outros caminhos, focaram sua análise na trajetória social das adolescentes antes, durante e depois do cumprimento da medida, nas suas performances no contexto da privação de liberdade e nas opressões por elas sofridas nesses percursos (Arruda, 2011, 2020, 2021; Assis; Constantino, 2001; Diniz, 2017; Duarte, 2016; Froemming, 2016; Grillo, 2018; Leones, 2018; Schmidt, 2017; Vilarins, 2016, entre outros).

1.1 Gênero como categoria de análise principal

Os estudos de gênero que conformaram o pensamento feminista no Brasil nos apresentam contextos, conceitos e categorias importantes para apoiar a análise sobre as desigualdades e opressões de gênero, classe, cor, geracionalidade, entre outras, vivenciadas pelas mulheres e meninas na sociedade.

Da vasta bibliografia do pensamento feminista brasileiro e internacional, entre os clássicos e os estudos mais atuais, destacamos nesta tese aqueles que apresentam os avanços dos debates no campo científico e dos movimentos sociais, a respeito das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em relação aos homens, nas distintas fases dos feminismos (Holanda, 2019). Ressaltamos também aqueles que oferecem conceitos importantes para a compreensão do nosso objeto de estudo, como “gênero”, “sexualidade” e “patriarcado” (Boiteux; Magno; Benevides, 2018; Hirata, 2009), bem como os que articulam as categorias de “raça”, “gênero” e “classe” na sua interseccionalidade, além da dimensão geracional, para compreender os impactos dos sistemas de opressão, violência e seus efeitos sobre a vida das mulheres e das meninas (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1989; Flauzina, 2006; Gonzalez, 2020; Kurtiş; Adams, 2016).

A definição do conceito de gênero não é consenso entre os estudos de gênero e estudos feministas, e há divergências significativas em relação a essa questão. As discordâncias e abordagens variam entre diferentes correntes do feminismo e teorias de gênero, como se pode examinar no quadro síntese apresentado a seguir:

Quadro 1: Gênero em distintas correntes do feminismo.

Corrente Feminista	Características
Feminismo Liberal:	O Feminismo Liberal, uma das principais vertentes do feminismo, tem como objetivo promover a igualdade de gênero na esfera pública, defendendo o acesso igual à educação, à remuneração, o fim da segregação sexual no trabalho e a melhoria das condições de trabalho por meio de reformas políticas e jurídicas. As feministas liberais acreditam que a subordinação feminina é resultado de restrições habituais e legais que impedem as mulheres de alcançar o sucesso na esfera pública. Elas também se concentram na vida privada, analisando como ela pode impedir ou promover a igualdade que defendem.
Feminismo Radical:	O Feminismo Radical, uma vertente que surgiu no final dos anos 1960, propõe uma reestruturação radical da sociedade para eliminar a supremacia masculina em todos os contextos sociais e econômicos. O termo “radical” refere-se à raiz, pois as feministas radicais buscam a raiz da dominação e opressão das mulheres, que segundo elas está nas estruturas sociais e na própria natureza do patriarcado, visto como um sistema de poder no qual o homem possui poder superior e privilégio econômico. As feministas radicais se opõem à objetificação sexual das mulheres, procuram sensibilizar a opinião pública sobre o estupro e a violência contra as mulheres, questionam os papéis de gênero tradicionais e defendem que as mulheres não precisam (e não devem) reproduzir os estereótipos de gênero para que sejam reconhecidas enquanto mulheres.
Feminismo Negro:	O Feminismo Negro é uma vertente que se concentra nas experiências específicas das mulheres negras, tendo como um dos pontos centrais a teoria interseccional ou interseccionalidade, principalmente de raça e gênero, na luta contra o racismo, o sexismo e a supremacia masculina do patriarcado, em todos os contextos sociais e econômicos. O Feminismo Negro defende que a experiência das mulheres negras possui uma compreensão particular de sua posição em relação ao sexismo, à opressão de classe e ao racismo.
Feminismo Queer:	O Feminismo Queer é uma vertente que se concentra em identidades que não se enquadram no padrão heteronormativo, isto é, não se identificam com a norma heterossexual e cisgênera. A Teoria Queer é uma teoria interdisciplinar das Ciências Sociais e Humanas desenvolvida nos estudos feministas e de gênero, caracterizada por sua elasticidade e resistência a qualquer forma de definição, que busca desconstruir a ideia de identidades fixas de gênero e sexualidade, como masculina e feminina, como as únicas possíveis e naturalmente existentes. Pessoas queer veem o gênero não como algo rígido, mas fluido, variável ao longo da vida e sem rótulos.
Feminismo Materialista:	O Feminismo Materialista é uma vertente que enfatiza o papel do capitalismo e do patriarcado na compreensão da opressão das mulheres, examinando as relações econômicas e estruturais, e as questões relacionadas à classe, trabalho e poder. Para a teoria, as condições materiais de todos os tipos, nas quais os arranjos sociais incluindo a hierarquia de gênero se desenvolvem, desempenham um papel vital na produção social de gênero. Em vez de buscar a transformação do sistema capitalista, ela se concentra na mudança social, considerando a teia de relações sociais e psíquicas que compõem um dado momento histórico.

Feminismo Interseccional:	<p>O Feminismo Interseccional é uma corrente que entende que a opressão de gênero e a discriminação não ocorrem de forma isolada, mas estão interligadas e se sobrepõem a outras formas de opressão que os indivíduos sofrem com base em sua filiação a diferentes categorias sociais como gênero, raça, classe, etnia, deficiência, sexualidade, entre outras. Daí a importância de serem analisadas simultaneamente e mescladas em suas interseções, para se compreender completamente a própria identidade. A mulher é considerada tanto do ponto de vista coletivo quanto individual, segundo as opressões específicas da sua condição social. A diversidade das lutas é reconhecida e o espaço de fala dentro delas é valorizado.</p>
---------------------------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Essas são apenas algumas das correntes do feminismo que abordam o conceito de gênero de maneiras diferentes. As divergências em relação a esse conceito são complexas e refletem as diversas perspectivas dentro do movimento feminista e dos estudos de gênero.

Ao apresentar um histórico dos feminismos no Brasil em determinado período, Holanda (2019) encontra como ponto comum entre as autoras analisadas o entendimento de que esse conceito é uma construção social que emerge do processo histórico, cultural e político em que se desenrolam as relações sociais e se impõem o poder e a opressão de determinados grupos sobre outros.

Há consenso de que gênero como categoria analítica contribui para desnaturalizar a noção de mulher como “o outro”, em relação ao padrão masculino, expondo assim as relações sexuais de dominação. E de que as relações de poder são atravessadas pelo patriarcado, um sistema de opressões que incide mais fortemente sobre as mulheres, visto que tem como premissa a superioridade do homem e a prevalência dos seus direitos nos espaços públicos e privados.

Reconhece-se que gênero é uma categoria dinâmica e em constante mudança e que suas definições são moldadas e remoldadas por meio das práticas cotidianas, das interações sociais e das lutas políticas (Collins, 2002). Nesse sentido, a construção da identidade ou expressão de gênero, comumente a partir da imposição do que é feminino e masculino (os estereótipos de gênero), estrutura as relações sociais e as desigualdades entre homens e mulheres por meio de diversos mecanismos, como a cultura e a política.

O padrão civilizatório de dominação e subordinação abrange as expectativas sociais sobre como as meninas aprendem a se comportar como mulheres ou os meninos como homens, orientando assim o estabelecimento de normas e papéis de gênero como argumentos para as relações de poder, na lógica patriarcal. Por sua vez, os papéis atribuídos a homens e mulheres são influenciados por fatores como classe social, etnia, religião e orientação sexual, entre outros, e a compreensão dessas complexas interações é essencial para entender as dinâmicas de poder presentes em uma sociedade (Holanda, 2019).

Em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), Lélia Gonzales propõe a articulação entre raça, gênero e sexualidade para entender como se operam os sistemas de opressão na sociedade brasileira, realçando que as mulheres e as meninas negras são as mais oprimidas e violentadas nesse processo. Essa chave de leitura viria a ser cunhada como “perspectiva interseccional” ou “interseccionalidade” a partir de Kimberlé Crenshaw (1989) e outras intelectuais

do feminismo negro americano, como se examinará no decorrer deste capítulo. Com essas ideias, Lélia também contribuiu para que as meninas e jovens negras tivessem visibilidade nesse debate, denunciando as condições de vida e o processo de criminalização aos quais meninas e meninos negros(as) estavam submetidos no Brasil (Gonzalez, 1979).

Patricia Hill Collins (2002)²⁶ colabora com esse entendimento afirmando que a opressão interseccional em razão da raça, gênero e classe é uma das principais formas pelas quais a sociedade hierarquiza e estrutura as relações de poder, explicitando, portanto, uma dimensão fundamental da desigualdade social, em particular para as mulheres negras.

O conceito de “interseccionalidade” foi desenvolvido nos Estados Unidos pela acadêmica negra Kimberlé Crenshaw, no final da década de 1980. Fundamental para a análise do objeto desta tese, como já observado, ele tem sido amplamente discutido e utilizado por diversos autores no Brasil e no mundo. Crenshaw (1989) argumenta que as teorias até então existentes para explicar a discriminação, assim como as leis antidiscriminação e as políticas de igualdade, não eram adequadas para capturar a complexidade das experiências de mulheres negras, pois geralmente consideravam apenas uma forma de opressão por vez. Desse modo, acabavam por marginalizar essas mulheres, afetadas por formas únicas de discriminação e por múltiplos tipos de opressão.

Antes mesmo de Crenshaw ter cunhado o termo, as articulações entre as opressões vividas pelas mulheres negras já eram objeto de análise de diversas feministas nos Estados Unidos e na América Latina. Elas questionavam a centralidade dos debates sobre gênero no campo epistemológico de fonte eurocêntrica, cis, heteronormativa, branca e patriarcal, contestando a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única (Akotirene, 2020).

²⁶ Alguns de seus livros mais conhecidos incluem: *Race, class, and gender: an anthology* (1992), uma coletânea de ensaios de diversos autores organizados por Collins, que exploram as interseções entre raça, classe e gênero e como essas categorias sociais se intersectam e se interconectam; *Black sexual politics: African Americans, gender, and the new racism* (2004), no qual a autora explora a política sexual negra, examinando como o racismo, o sexismo e a LGBTQIAP+fobia se entrelaçam e afetam a vida das pessoas negras nos Estados Unidos; *On intellectual activism* (2012), no qual Collins discute a importância do ativismo intelectual, explorando como os acadêmicos podem usar seus conhecimentos e habilidades para fazer a diferença na luta contra a opressão; *Intersectionality* (2016), no qual explora o conceito de interseccionalidade, examinando como raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias sociais se intersectam e influenciam a vida das pessoas de maneiras complexas e, um dos mais recentes, *Bem mais do que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica* (2022).

bell hooks²⁷ (1984) é uma dessas autoras que criticam o olhar limitante que enxerga a opressão como resultante exclusivamente da questão de gênero, lembrando que as mulheres brancas de classe média constantemente são consideradas o “modelo” de feminilidade, enquanto as demais são vistas como “outros”.²⁸ Audre Lorde (1984), por sua vez, enfatizava que o feminismo branco muitas vezes negligenciava a experiência das mulheres negras e de outras mulheres não brancas.

Mais recentemente, Djamila Ribeiro (2018) revela que se utiliza de sua voz e da própria experiência de *silenciamento ou apagamento de sua personalidade*, vivida durante a infância e adolescência, para ilustrar o efeito dos sistemas de opressão sobre mulheres e meninas. A autora desvela a invisibilidade histórica das mulheres negras no movimento feminista, mostrando como são excluídas e marginalizadas em distintos campos da vida, como no acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho.

Nesse sentido, bell hooks (1984) observa que há mulheres que podem enfrentar opressões específicas de suas próprias interseções de identidade. Como exemplo, Sueli Carneiro (2015) salienta que as mulheres negras enfrentam não apenas racismo e sexismo, mas também LGBTQIAP+fobia,²⁹ pobreza e violência. E, assim como Lélia Gonzalez, Akotirene (2020) adiciona ainda a dimensão etária no panorama complexo das opressões enfrentadas pelas mulheres, afirmando-a como uma categoria analítica sensível, a ponto de articular discursivamente as estruturas do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo.

Pensar no enfoque interseccional, portanto, é pensar a questão racial, de classe e de gênero não como recortes, mas como marcadores importantes sobre os sujeitos, numa questão central. É considerar a interseção e a sobreposição das

²⁷ “bell hooks, assim mesmo, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa” (CARUSO, Gabriela. *O vazio deixado pelas referências que se vão* – ou: perdemos bell hooks. FGV Direito Rio, Programa de Diversidade e Inclusão [on-line]. Publicado em: 16 dez. 2021).

²⁸ Importante lembrar que Simone de Beauvoir realiza essa discussão na década de 1940.

²⁹ A sigla LGBTQIAP+ representa a diversidade de identidades e orientações sexuais presentes na sociedade contemporânea. Cada letra tem um significado específico: L (lésbicas), refere-se a mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres; G (gays), refere-se a homens que se sentem atraídos por outros homens; B (bissexuais), são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os gêneros; T (transsexuais, transgêneros, travestis), relaciona-se à identidade de gênero; Q (queer), termo abrangente para identidades não heterossexuais; I (intersexuais), pessoas nascidas com características biológicas fora das definições típicas de masculino ou feminino; A (assexuais), refere-se às pessoas que não sentem atração sexual; e P+, representa outras identidades e orientações sexuais. As divergências de opinião sobre o uso da sigla podem envolver debates sobre inclusão e representatividade. Portanto, a LGBTQIAP + fobia é a aversão a pessoas cuja identidade ou expressão de gênero estejam alinhadas a esses termos.

diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, idade, deficiência, entre outras, e como elas se manifestam de maneira interdependente e simultânea na vida das pessoas, cada uma delas apresentando-se com a mesma importância e complexidade (Collins; Bilge, 2021; Holanda, 2019).

Termos como “articulação” e “interconexão” passaram então a ser usados para expressar as interligações, as interdependências e sobreposições das violências contra as mulheres de forma não hierarquizada (hooks, 1984). Tanto é que hoje entendemos a interseccionalidade como uma categoria política (Akotirene, 2020), fundamental para a criação de políticas públicas que compreendam, de fato, as experiências das mulheres e atendam às suas reais necessidades.

E é justamente nesse sentido que Collins e Bilge (2021) compreendem a perspectiva da interseccionalidade: como uma estratégia metodológica que deve ser aplicada na análise das estruturas sociais e das políticas públicas, permitindo que sejam identificadas não apenas as especificidades das opressões, mas também as dos privilégios, em meio às múltiplas categorias sociais existentes. A partir dessa concepção, afirmam que a violência, por exemplo, pode ser analisada “tanto pela maneira como atravessa os sistemas de poder interseccionais, como pela maneira como é organizada entre os domínios do poder” (Collins; Bilge, 2021, p. 103), isto é, entre os sistemas de poder interligados e convergentes de opressões de gênero, raça e classe, entre outras (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021).

Consideramos importante dar destaque aos conceitos de “secundarização”, “marginalização”, “invisibilidade” e “precarização”, contidos nas abordagens de gênero presentes nas análises de gênero que foram apresentadas até então. Eles representam, de forma interligada, os efeitos dos processos de opressão de gênero sobre mulheres e meninas, e contribuíram para a compreensão de aspectos bastante específicos sobre as condições de vida das adolescentes infratoras aqui em foco.

A secundarização refere-se à marginalização sistemática das mulheres na sociedade, na política, na economia e em outras esferas de poder, bem como, à falta de acesso aos recursos e oportunidades disponíveis, e à subordinação que experimentam em comparação com os homens.

Esse conceito é fundamental nos estudos de gênero e nas teorias feministas, pois descreve como as mulheres e suas experiências foram historicamente marginalizadas, desvalorizadas e consideradas menos importantes do que as dos homens. Isso tem sido uma preocupação central para as feministas ao longo do

tempo e várias correntes do feminismo abordaram de diferentes maneiras e enfoques de gênero como as mulheres são colocadas em segundo lugar (Beauvoir, 1949) e quais as implicações dessa percepção para a inserção delas na sociedade.

A secundarização pode ser percebida em várias áreas da vida, como a família (Friedan, 1971) e o mercado de trabalho, no qual as mulheres geralmente ganham menos do que os homens, têm menos chances de avanço profissional e enfrentam discriminação (Saffioti, 1976; Carneiro, 2015; Gonzalez, 2020). Também pode ser vislumbrada na política, uma vez que as mulheres são sub-representadas nos cargos públicos e têm menos possibilidades de participação em processos decisórios (De Mello; Thomé, 2018). Além disso, a secundarização pode ser distinguida nas relações pessoais, nas quais as mulheres e meninas muitas vezes enfrentam diversas formas de violência, em especial em razão da misoginia (Manne, 2017)³⁰ e dos estereótipos de gênero marcados pelo sexismo e pelo racismo (Ribeiro, 2019).

Uma das chaves de leitura nesta tese é a observada relação entre os processos de secundarização a partir da invisibilização das demandas das adolescentes, seja na dinâmica do atendimento, seja na organização da política.

A invisibilidade diz respeito à maneira como as mulheres e meninas são ignoradas ou negligenciadas na sociedade. Podemos identificá-las em nenhuma dificuldade em situações com as quais nos deparamos cotidianamente, como por exemplo, no apagamento da mulher na política, na cultura, na história brasileira, na dinâmica da economia familiar (Lopes; De Souza; De Oliveira Sombrio, 2004; Ribeiro, 2019) e na própria epistemologia feminista clássica, branca e eurocêntrica (Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2018). Nesse sentido, o conceito de invisibilidade é importante para a análise feminista interseccional, porque destaca a necessidade de reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres para a sociedade, com foco nas mulheres e meninas negras.

Por fim, salientamos o conceito de vida precária, frequentemente associado à filósofa Judith Butler (2011). Ela reflete sobre o que nos vincula eticamente à

³⁰ A misoginia, caracterizada como aversão ou ódio às mulheres, é um conceito central nas teorias feministas, sendo abordada sob diversas perspectivas. A desumanização da mulher é uma das principais teorias que fundamentam a misoginia, vista como um pilar para a compreensão do funcionamento do machismo, no qual o homem se sente superior à mulher. A relação entre misoginia e violência contra a mulher é direta, com a misoginia manifestando-se de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, violência e objetificação sexual das mulheres. A violência relacionada ao gênero feminino inclui agressões físicas, psicológicas, sexuais, mutilações, perseguições e feminicídio.

alteridade, ao Outro compreendido como as pessoas marcadas por vidas precárias. Em seu livro *Vida precária*, Butler discute a elaboração de políticas de violência após a experiência coletiva da perda, do luto ou do dano a uma “soberania” nacional. Seu trabalho é fundamental para entender como a vulnerabilidade e a interdependência moldam nossa existência e nossas relações éticas com os outros. Em sua análise sobre os presos detidos em Guantánamo, capturados por serem árabes e vistos como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos da América (EUA), mesmo sem acusações formais, Butler (2010) conclui que esses “perigosos” têm vidas precarizadas, cuja perda não é lamentada. A autora afirma ainda que a precariedade da vida pode ser intensificada para alguns e atenuada para outros, e que certas populações enfrentam a precarização da vida como um processo politicamente induzido que aumenta a exposição à violência, ao dano e à morte.

Esse conceito é adotado na presente tese por entendermos que esteja alinhado com a realidade das meninas em privação de liberdade e com suas circunstâncias de vida, durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Suas vidas são menos valorizadas e, portanto, consideradas menos dignas de proteção do que outras. E também porque, como nos mostra Vilarins (2016), a exposição à violência, à opressão e à marginalização pré-existente ao envolvimento com o ato infracional cria para elas uma condição de precariedade diferente, em comparação com outros grupos de meninas menos vulnerabilizadas. Vilarins (2016) examina a precarização da vida na unidade de internação socioeducativa de Santa Maria, no Distrito Federal. Ela argumenta que quando o Estado penal intervém na vida das adolescentes, elas passam a ser identificadas como ameaça. Antes disso, fora do sistema, eram invisíveis. A ocorrência de atos infracionais permite que sejam rotuladas como jovens perigosas, uma categorização que não reconhece sua humanidade. Vilarins argumenta que a medida socioeducativa de internação não interrompe esse processo, mas o perpetua. Elas se desviam do padrão hegemônico que determina quais vidas são ou não dignas de compaixão.

Além disso, a vida precária é discutida no contexto da precarização de amplas camadas da população em diferentes contextos (Barbosa, 2018). Em sociologia e economia, o termo “precariado” é usado para uma classe social formada por pessoas que sofrem de precariedade, o que significa existir sem previsibilidade ou segurança, afetando o bem-estar material ou psicológico.

Portanto, as situações nas quais as meninas são submetidas a condições de vida precárias e inseguras representam outra chave de análise desta tese.

O tipo de abordagem e o enfoque de gênero aplicado às categorias observadas até então estão conectadas à perspectiva teórica que nos orienta no exame sobre como a política de atendimento socioeducativo se organiza para o atendimento às meninas.

A teoria social feminista é a principal referência desta tese. Trata-se de um campo amplo e diversificado que aborda questões de gênero, desigualdade e poder na sociedade. Existem várias vertentes dentro do feminismo e muitas autoras brasileiras têm contribuído significativamente para o desenvolvimento dessa teoria, como demonstramos, mas aqui adotamos uma perspectiva interseccional, utilizando também elementos das correntes radical, socialista e marxista, como sintetizado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Conexões entre o referencial teórico e as correntes feministas.

Corrente Feminista	Conexões
Feminismo Liberal:	Igualdade de gênero: o Feminismo Liberal busca a igualdade de gênero na esfera pública, como o acesso igual à educação, o que também se entende nesta tese ser importante para a liberdade e a emancipação das meninas inseridas no sistema socioeducativo.
Feminismo Radical:	Desafio ao patriarcado: no contexto estudado, o da privação de liberdade de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, o patriarcado também é compreendido como um sistema de poder no qual o homem possui poder superior sobre as meninas, o que se materializa nas relações que elas estabelecem com o sistema de justiça até a execução da medida socioeducativa. Rejeição à objetificação sexual: a objetificação sexual das meninas, combatida pelo Feminismo Radical, também é um princípio para o referencial teórico desta tese, em especial por se tratar de meninas negras que historicamente já sofrem com estereótipos relacionados aos seus corpos em razão de sua cor e, devido a isso, estão mais vulneráveis à violência sexual. Desafio aos papéis de gênero tradicionais: nesta tese também se questiona os papéis de gênero tradicionais atribuídos às adolescentes para que sejam reconhecidas enquanto mulheres.
Feminismo Negro:	Combate à discriminação: o combate tanto à discriminação de gênero quanto de raça é um princípio orientador desta tese. Interseccionalidade: é um dos pontos importantes nas análises empreendidas a partir do entendimento de que as opressões por elas sofridas são marcadas por sua classe social, seu gênero e sua cor e se dão de forma interseccional. Desafio ao patriarcado e ao racismo: questiona-se o patriarcado e o racismo em sua interseccionalidade a fim de dar visibilidade aos contextos sociais e econômicos nos quais as adolescentes estão inseridas. Foco na experiência das mulheres negras: dentre as meninas inseridas no sistema socioeducativo, as meninas negras são a maioria, portanto, o foco das análises desta tese é nesse grupo.
Feminismo Queer:	Não normatividade sexual: a maneira de as meninas viverem a sexualidade não é rotulada. Como se observa no contexto da provação de liberdade, quando não estão sob sujeição de outras adolescentes ou agentes, as meninas podem sentir atração apenas por pessoas do mesmo sexo, apenas por pessoas do sexo oposto, por pessoas do sexo oposto e do mesmo sexo, não sentir atração sexual, entre outros tipos de orientação.
Feminismo Materialista:	Foco nas condições materiais: esta tese reconhece que as circunstâncias de privação de liberdade nas quais as adolescentes se encontram foram produzidas num contexto de arranjos sociais nos quais imperam hierarquias de gênero dadas pelas condições materiais em que vivem.
Feminismo Interseccional:	Análise simultânea: entende-se que a opressão e a discriminação interagem entre si e estão entrecruzadas, e que assim devem ser analisadas, ou seja, simultaneamente e de forma interseccional. Experiências tanto coletivas quanto individuais e diversidade de opressões: o enfoque coletivo é tão importante quanto o individual para se entender as opressões e as discriminações de gênero.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Parte-se do pressuposto de que o sistema socioeducativo é um modo administrativo de organizar uma política pública e que está inserido em um sistema social mais amplo, sendo influenciado por estruturas sociais que servem de alicerce sobre os quais nossa cultura, instituições e relações interpessoais se desenvolvem. No caso em questão, as estruturas sociais em diálogo com a política socioeducativa operada pelo sistema socioeducativo são as instituições sociais, formais ou informais, que desempenham funções específicas na sociedade. Como exemplo, temos: a família, a educação, a religião e a mídia (as quais moldam as vidas das mulheres e influenciam as crenças, os comportamentos e as interações aceitáveis); e as normas sociais, regras e expectativas compartilhadas que guiam nosso comportamento, sejam culturais (baseadas na cultura) ou legais (definidas por leis), presentes no contexto das relações sociais que são estabelecidas em distintas dimensões da vida. Também podemos citar os papéis sociais, que compreendem os comportamentos esperados de indivíduos em posições específicas, como ser feminino ou masculino, ser mãe, ser mulher, ser menina, os quais são influenciados pelas estruturas sociais e pelas expectativas da sociedade; e, ainda, a estratificação social, que refere-se à divisão da sociedade em camadas ou classes com base em fatores como classe social, gênero, raça e educação, afetando oportunidades, privilégios e o acesso a recursos. Outro exemplo, por fim, são as redes sociais, que conectam pessoas, grupos e organizações com papel importante na disseminação de informações e no apoio social.

Nessa medida, a política socioeducativa é um braço do Estado de controle e seletividade penal da população e, atentando-se para o perfil dos que estão cumprindo medida socioeducativa nos centros, pode-se dizer que é também um instrumento de gestão da pobreza no contexto neoliberal, como já apontado por Wacquant (2007) quando define o encarceramento como estando a serviço do capitalismo.

1.2 As meninas em privação de liberdade no sistema socioeducativo

No conjunto de estudos sobre criminalidade e privação de liberdade feminina no Brasil, existe uma quantidade maior de análises sobre mulheres adultas (acima dos 18 anos) no sistema prisional, do que sobre adolescentes e jovens no sistema socioeducativo. Diversas autoras brasileiras e americanas tratam do tema das mulheres adultas encarceradas. Entre as pesquisadas para esta tese, destacam-se

Luciana Boiteux, Patrícia Carlos Magno e Laize Benevides (2018)³¹ e as feministas negras Angela Davis (2016)³² e Juliana Borges (2019).³³

Os estudos fornecem pistas para se entender aspectos do sistema patriarcal que marcam as práticas de seletividade penal, criminalização e punição contra as mulheres, e contribuem para interpretar os mesmos processos em relação às meninas que são envolvidas ou se envolvem com o ato infracional. Porém, elas não são suficientes para se compreender a política de atendimento socioeducativo, que parte de outras premissas que não as do Direito e as do Código Penal e da finalidade da execução da pena. No Capítulo 2 desta tese será detalhado o modo como esse sistema de opressões vai se enraizando até estruturar-se.

As pesquisas a respeito das meninas em privação de liberdade no Brasil, em geral, envolvem avaliações sobre o contexto institucional no qual elas cumprem a medida socioeducativa; sobre as particularidades do atendimento; as motivações para o cometimento do ato infracional e as formas de resistência que adotam no contexto da internação. Tais pesquisas partem da visão dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no atendimento, que podem ser as meninas, seus familiares e/ou os(as) profissionais que trabalham com elas, a fim de entender melhor suas experiências e percepções. Analisam documentose examinam os registros das intervenções realizadas pelos(as) profissionais, bem como as políticas e diretrizes que regem a medida socioeducativa. Buscam identificar as lacunas e os desafios na implementação das políticas de atendimento às meninas a partir de um

³¹ Na publicação *Gênero, feminismos e sistemas de Justiça: discussões interseccionais de gênero, raça e classe*, Luciana Boiteux, Patrícia Carlos Magno e Laize Benevides (2018) reúnem artigos de distintas vertentes que refletem temas importantes para as teorias feministas e para a luta feminista, entre eles: o antipunitivismo e o encarceramento feminino; o saber psiquiátrico; gênero e privação de liberdade; pessoas LGBTQIAP+ e sistemas de justiça; sistema de justiça pensado por mulheres; situação de maternidade e sistema de justiça; racismo e sistema de justiça; e democratização do sistema de justiça, gênero e feminismos.

³² Angela Davis argumenta que as mulheres nas prisões são frequentemente esquecidas e marginalizadas pela sociedade em geral e que as condições em que vivem são particularmente desumanas. Em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2016), a autora analisa como as mulheres, em particular as negras e pobres, são afetadas pelo sistema prisional, cujas condições degradantes e opressivas incluem a falta de acesso a cuidados de saúde adequados, a superlotação e a violência sexual. Davis também argumenta que o sistema prisional tem um efeito desproporcional nas mulheres que são mães e cuidadoras, separando-as de suas famílias e comunidades, o que causa um impacto devastador em seus(suas) filhos(as) e em suas perspectivas futuras. Além disso, Davis enfatiza a necessidade de um movimento mais amplo para a justiça social, que inclua a luta pelos direitos das mulheres encarceradas.

³³ Juliana Borges, escritora e pesquisadora brasileira que se dedica a temas como feminismo, raça e direitos humanos, tem escrito sobre questões relacionadas à situação das mulheres em prisões no Brasil, incluindo a violência de gênero, a superlotação, as condições precárias de vida e também a interseccionalidade, ressaltando como mulheres negras e pobres são desproporcionalmente afetadas pelo sistema de justiça criminal. Ao examinar o histórico sobre a ideologia da punição e do aprisionamento de mulheres, que serve como pano de fundo nas construções das estruturas sociais, ela analisa como se organiza e se constitui um sistema que se apresenta com propostas de controle e de sanções e termina por reproduzir desigualdades (Borges, 2019).

enfoque de gênero, destacando as práticas bem-sucedidas e as recomendações para aprimorar o atendimento.

Decerto, os estudos analisados nesta tese, que serão apresentados a seguir, têm naturezas distintas – entre artigos científicos, pesquisas institucionais, dissertações de mestrado e teses de doutorado –, e focam suas categorias de análise em aspectos variados a respeito da execução de medida socioeducativa de internação feminina e seus efeitos sobre as adolescentes, desvelando, em suas conclusões, como se opera a política de atendimento. As diferentes pesquisas acontecem em contextos específicos do ponto de vista territorial,³⁴ social, econômico e cultural, e partem de variados métodos e teorias sociais que dialogam com as abordagens feministas e os estudos de gênero. Todavia, chegam a conclusões similares em relação à existência das desigualdades de gênero e das opressões que incidem sobre as meninas, no contexto da política de atendimento socioeducativo.

Os primeiros estudos que trazem à tona as peculiaridades das meninas envolvidas com o ato infracional datam do início da década de 2000. O principal deles, citado em quase todos os que o sucederam, é o denominado *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*, de Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino, publicado em 2001.

Esse estudo buscou compreender o universo das jovens infratoras no Rio de Janeiro a partir de sua própria perspectiva, da perspectiva de suas mães e das equipes de atendimento das instituições. Entre os aspectos apresentados estão os fatores que as levam à infração, o modo como se relacionam à construção social, e a sua vivência infracional e institucional.

Assis e Constantino (2001) examinam o conceito de gênero em relação à infração juvenil feminina no Rio de Janeiro, elucidando como as dinâmicas de gênero afetam as trajetórias de vida das jovens envolvidas com a prática de delitos no contexto do comércio de drogas.

As autoras analisam as histórias de vida das meninas, salientando que as suas experiências familiares, escolares, amorosas e de violência influenciam suas escolhas e trajetórias de vida. Nesse contexto, revelam como a fragilidade das formas tradicionais de socialização – a escola e a família – e a atribuição exercida

³⁴ Debora Diniz (2017) estuda a unidade feminina de internação do Distrito Federal, Jalusa Silva de Arruda (2011 e 2020) examina uma unidade de atendimento na Bahia, Nathali Estevez Grillo (2018) analisa uma das unidades de execução de medida de internação em São Paulo, e Simone Gonçalves de Assis e Patrícia Constantino (2001), além de Ana Karolina Andrade Leones (2018), estudam a privação de liberdade em uma unidade feminina no Rio de Janeiro.

pelas instituições de controle social na construção das identidades femininas contribuem para os processos de marginalização e precarização de suas vidas e para a sua inserção no mundo da infracionalidade.

Elas expõem a condição de exclusão, abandono e vitimização das adolescentes e os distintos papéis assumidos por elas, para lidar com o mundo das drogas como meio de sustento (Assis; Constantino, 2001). As autoras também enfatizam a dimensão racial/étnica na análise das trajetórias dessas jovens, destacando como as experiências de pobreza e de marginalidade são atravessadas pela questão racial. Elas distinguem como as jovens negras têm menos oportunidades e estão mais expostas às diferentes formas de violência do que as demais, e como são mais suscetíveis ao desemprego e à desigualdade social, entre outras desvantagens que afetam as suas decisões e oportunidades.

Concluem que a medida socioeducativa de internação não tem sido eficaz na reinserção social das adolescentes infratoras, causando-lhes traumas e prejudicando seu desenvolvimento psicossocial.

Após esse estudo, que marcou as análises sobre as meninas no sistema de atendimento socioeducativo, outros surgiram, mas priorizamos nesta tese aqueles que se basearam nas abordagens de gênero após a aprovação da *Resolução nº 119/2006* do Conanda (Arruda, 2011, 2020; Arruda; Krahn, 2020; Diniz, 2017; Duarte, 2016; Froemming, 2016; Grillo, 2018; Leones, 2018; Schmidt, 2017 e Vilarins, 2016) e discorreremos sobre cada um deles a seguir.

Arruda (2011) entende que o ato infracional é uma construção social e cultural, intimamente ligada a fatores como a pobreza, o racismo, a exclusão social e a violência. Em suas análises sobre o atendimento às meninas em privação de liberdade, utiliza os conceitos de “invisibilidade”, “marginalização”, entre outros, identificando que no contexto da internação a situação das adolescentes é agravada por serem do sexo feminino, pois são frequentemente estigmatizadas, o que evidencia as desigualdades de gênero. A autora apresenta o abuso e a violência sexual como fatores marcantes na trajetória de vida das meninas, dos quais elas continuam sendo vítimas, por parte de agentes de segurança, e como isso lhes afeta a saúde mental e emocional.

Vilarins (2016) corrobora com o entendimento apresentado por Arruda (2011) sobre a trajetória de violências vivenciada pelas meninas. Partindo do conceito de “vida precária”, desenvolvido por Judith Butler, ela afirma que a precarização da vida das meninas internadas foi um processo anterior à entrada delas na medida socioeducativa de internação.

Do mesmo modo, a autora afirma que o atendimento prestado é insuficiente e precário, avaliando que o sistema socioeducativo brasileiro é orientado para a punição e o controle das meninas, e não para a proteção e o respeito aos seus direitos humanos, incluindo a negação ao direito reprodutivo e a exposição à violência sexual. Vilarins (2016) afirma, igualmente, que a ausência de uma perspectiva de gênero no atendimento prestado impede o reconhecimento das especificidades e necessidades das adolescentes infratoras. E chama a atenção para o fato de que essa ausência se materializa também nas condições precárias de trabalho dos(as) profissionais que atuam na instituição.

Conclui a autora que a medida de internação “não cumpre sua proposta garantista, transformando as meninas em perigosas pelo ato infracional que cometeram e por aquilo que caracteriza suas vidas” (Vilarins, 2016, p. 4), evidenciando como a imagem da “menina delinquente” é uma construção social alicerçada a partir de preconceitos e estereótipos de gênero, o que impede a compreensão das causas que levaram as adolescentes a cometerem atos infracionais.

Froemming (2016) é outra autora que analisa a relação entre a seletividade penal, o discurso punitivo e a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo. Ela reflete sobre a lógica punitiva vigente, situando-a como inerente ao sistema capitalista na sua vertente neoliberal, epondo em evidência a emergência de uma pedagogia social que reforça a vigilância do gênero feminino, observada no processo de mediação da equipe técnica, por meio dos seus relatórios.

Assim como as autoras anteriormente discutidas aqui, Froemming (2016) salienta a desigualdade de gênero e a violência institucional,³⁵ incluindo a violência sexual e a de gênero, sofridas pelas adolescentes em medida socioeducativa, bem como a influência de estereótipos de gênero e de raça/etnia no tratamento dispensado a elas. Além disso, realça que regularmente essas violências são naturalizadas pelos(as) profissionais que atuam na área.

Outro destaque da autora diz respeito ao fato de que as adolescentes em medida socioeducativa têm menor acesso a programas educacionais e profissionalizantes do que os adolescentes do sexo masculino, o que reflete a desigualdade de gênero presente na sociedade em geral.

³⁵ A violência institucional se refere à violência praticada por instituições, como o sistema socioeducativo, que desrespeita os direitos humanos das pessoas atendidas, seja por meio de ações abusivas, seja pela negligência em suprir suas necessidades básicas. Essa prática viola um dos princípios da medida socioeducativa que enfatiza a necessidade de garantir que as adolescentes infratoras tenham seus direitos humanos respeitados e protegidos, independentemente de quaisquer características pessoais, como gênero ou raça/etnia (Froemming, 2016).

Froemming (2016) descreve a seletividade penal, uma das estratégias dos sistemas de opressão, utilizando o enfoque interseccional. Segundo a autora, trata-se da forma como o sistema penal escolhe determinados grupos sociais para serem criminalizados e punidos de forma desproporcional, em função de características como classe social, raça/etnia e gênero, dentre outras. Ela identifica que o discurso da punição é bastante presente na política de atendimento socioeducativo, uma vez que é entendido como solução para resolver problemas sociais, como a violência e a criminalidade. Entretanto, conclui que ele na verdade contribui para a precariedade de vida das meninas.

Duarte (2016), por sua vez, examina as relações e experiências sociais de adolescentes infratoras internadas, observando que “na perda do direito mais essencial – a liberdade –, há o (des)aparecimento dos demais que denunciam o bojo vazio do conceito de cidadania para elas” (p. 8). A autora conclui que a socioeducação não se efetiva na perspectiva da proteção integral dos direitos fundamentais das meninas. Os resultados de suas análises indicam que as adolescentes enfrentam diversas dificuldades no centro de internação, como a falta de estrutura, a superlotação, a violência e o controle excessivo. E vivenciam problemas em suas relações familiares e sociais, que muitas vezes contribuem para o envolvimento com a delinquência, confirmando as conclusões às quais chegaram as autoras analisadas anteriormente, sobre a fragilidade dessas instituições tradicionais na socialização das meninas.

Como já observado, o conceito de gênero é considerado nesta tese como uma categoria analítica importante para compreender as desigualdades e as violências que as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas enfrentam. E por meio dele, Duarte (2016) afirma que as meninas diferem dos meninos não apenas em suas trajetórias de vida, mas em suas motivações para o cometimento do ato infracional.

A autora investiga como as construções sociais das masculinidades e das feminilidades influenciam a história de vida das adolescentes, suas relações familiares e sociais, bem como suas experiências no centro de internação. Enfatiza que as adolescentes internadas são sujeitas a uma dupla vulnerabilidade, por serem do sexo feminino e por estarem em situação de privação de liberdade.

Fabiana Schmidt (2017) examina as medidas socioeducativas para adolescentes no Brasil e sua relação com a persistente cultura punitiva, no atual estágio do capitalismo. Assim como assinala Froemming (2016), a autora acredita que as medidas socioeducativas acabam por servirem como instrumentos de controle da pobreza e de neutralização das denominadas “classes perigosas e/ou daqueles

supérfluos ao capital” (Schmidt, 2017, p. 9). Para ela, as conquistas legais no âmbito da infância e adolescência, como o ECA e o Sinase, ainda que relevantes, não foram suficientes para dissolver a lógica punitiva e autoritária reinante na sociedade brasileira, que tende a criminalizar jovens pobres e negros(as), afetando de maneira desproporcional meninas, adolescentes e jovens do sexo feminino.

Seguindo a mesma linha de entendimento das autoras citadas anteriormente, Schmidt (2017) infere que as medidas socioeducativas podem reproduzir desigualdades e reforçar estereótipos de gênero, tanto na forma como são aplicadas, quanto nos efeitos que produzem em meninas e meninos. Não obstante, a autora afirma que a vida delas é mais afetada do que a deles. Ela ilustra a afirmação lembrando que as jovens que são internadas tendem a ficar mais tempo afastadas da escola e da família, o que pode limitar suas oportunidades futuras de reinserção social.

Um dos diferenciais desta autora em relação às demais analisadas diz respeito a trazer para o debate a forma como a cultura punitiva no Brasil influencia as políticas de segurança pública. Ela também enfatiza que as medidas socioeducativas têm sido utilizadas de forma excessiva em relação às adolescentes, mesmo em casos que não apresentam risco à sociedade, como no envolvimento com as drogas.

Debora Diniz, em *Meninas fora da lei (...)* (2017), em consonância com as autoras já aqui estudadas, argumenta que a violência e o sistema de justiça juvenil são fortemente influenciados pelas construções sociais e culturais que definem comportamentos, papéis e expectativas diferentes para homens e mulheres na sociedade.

A autora perscruta o itinerário punitivo das meninas a partir de sua entrada no sistema socioeducativo e de suas condições de vida durante a internação, e relata que as adolescentes infratoras continuamente são vistas como “desviantes” ou “fora da lei” simplesmente por desafiarem as expectativas de gênero. Por essa razão, ela reforça a importância de se levar em consideração o gênero na avaliação das medidas socioeducativas de internação, já que a exclusão social e a discriminação de gênero podem aumentar o risco de reincidência dessas meninas no sistema de justiça.

Diniz (2017) chega a conclusões similares às das demais autoras examinadas: em relação à existência de um processo de criminalização da adolescência, diante da ausência de políticas públicas mais efetivas de proteção e educação para adolescentes em situação de vulnerabilidade; e em relação à incapacidade de a medida de internação conseguir reinserir socialmente as adolescentes de

maneira eficaz, sendo, ao contrário, mais prejudicial do que benéfica em muitos casos.

Arruda (2011), Diniz (2017), Froemming (2016) e Schmidt (2017) defendem a necessidade de se repensar as políticas públicas de justiça juvenil para a inclusão de uma abordagem de gênero que garanta, de fato, que meninas sejam tratadas de maneira justa e equitativa.

Leones (2018), por sua vez, busca compreender a forma como as adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro dão sentido à sua experiência institucionalizada, a partir do referencial teórico da criminologia crítica feminista e da perspectiva de gênero. Ela identifica que as especificidades de gênero das adolescentes são negligenciadas, sendo uma de suas expressões a falta de investimento na formação dos(as) profissionais que atuam nas unidades socioeducativas femininas cariocas.

Já Grillo (2018) realiza um estudo em uma instituição de privação de liberdade situada em São Paulo. A autora se propõe a conhecer “as condições em que as meninas vivenciam a medida socioeducativa de internação, para expor as opressões por elas sofridas” (Grillo, 2018, p. 8). Interessante distinguir o foco da autora nas táticas de resistência das adolescentes em internação, como estratégia de sobrevivência e de produção da vida naquele espaço,

[...] com o intuito de facilitar e tornar menos penoso o tempo da internação, ou seja, em oposição e no enfrentamento às consequências das opressões que estão sujeitas durante o tempo prolongado (*de seis meses a três anos*). (Grillo, 2018, p. 15).

Durante a execução da medida socioeducativa, Grillo (2018) observou que as meninas são cobradas a serem mais submissas, a adotarem um comportamento heteronormativo de expressão da sua sexualidade e a serem passivas em relação aos(as) funcionários(as). E quando não se submetem são estigmatizadas e punidas.

Apesar disso, elas apresentam diversas formas de resistência diante da instituição, incluindo a criação de estratégias para lidar com o ambiente hostil e opressor. Por exemplo, elas estabelecem vínculos afetivos sexuais com outras meninas e de amizade com os(as) funcionários(as), e exercem a leitura e a expressão artística, que as levam à construção e à afirmação de suas identidades e projetos de futuro. Para a autora, as resistências das meninas são uma forma de reivindicação de direitos e de dignidade.

Segundo Arruda (2020), o sistema socioeducativo é voltado para o atendimento aos meninos, que são a maioria em termos quantitativos. Em outras palavras, generaliza para as meninas as mesmas práticas que são aplicadas para eles.³⁶ Esse é o pressuposto para a definição do que Arruda chama de “monolitismo” da intervenção socioeducativa, isto é, ao centralizar nos meninos a gestão do atendimento, o sistema consolida uma expertise a partir da experiência deles, o que resulta com que funcione sempre nessa perspectiva.

Uma das conclusões da autora é que o sistema socioeducativo não oferece uma conduta educativa ou pedagógica que possa contribuir para o desenvolvimento pessoal e social das adolescentes, limitando-se a uma abordagem meramente repressiva e disciplinadora. Assim, ao invés de oferecer condições para uma reinserção social, a medida socioeducativa de internação acaba por reproduzir e ampliar as desigualdades sociais e de gênero, e as relações de poder autoritárias e punitivas.

Assim como as demais autoras até aqui estudadas, ela parte da interpretação de que o gênero é uma construção social que impacta as experiências, trajetórias e oportunidades de homens e mulheres, meninos e meninas. Ela identifica como as trajetórias das adolescentes internadas são marcadas por diversos desafios, incluindo a violência, a exclusão social e as precárias condições de vida. As múltiplas formas de violência incluem a violência doméstica, a violência sexual, a violência policial e a violência institucional, todas elas atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe.

Além disso, a autora discute como a questão de gênero está relacionada à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, ressaltando a importância de se promover a educação sobre esse tema, bem como de garantir o acesso a serviços de saúde que atendam às suas necessidades específicas.

Em recente revisão sobre dissertações e teses brasileiras em diferentes áreas do conhecimento que analisam a implementação de medidas socioeducativas, Arruda e Krahn (2020) apontam que nos estudos sobre socioeducação há uma secundarização das meninas expressa de diversas formas, ao que chamam de “cegueira de gênero” (Smart, 1980 *apud* Arruda; Krahn, 2020, p. 262).

As autoras discutem como as interconexões de gênero, raça e classe afetam a forma como as meninas são tratadas pelo sistema de justiça juvenil no Brasil. E

³⁶ Apesar de invisibilizarem as demandas das meninas em privação de liberdade, os estudos focados na comparação entre os meninos e as meninas apresentam contribuições importantes para se compreender os fatores que os(as) levam a cometer o ato infracional, e o modo como funcionam a política e o sistema de atendimento socioeducativo (Arruda; Krahn, 2020).

argumentam que as meninas pobres, negras ou indígenas têm mais chances do que os meninos de serem criminalizadas e punidas por esse sistema, devido às desigualdades estruturais existentes no país. O ponto de vista interseccional também é considerado como uma forma de pôr em evidência, de trazer ao centro as experiências das adolescentes, comumente invisibilizadas ou desconsideradas pelo sistema em questão, e pela sociedade em geral.

Por fim, os estudos sobre o atendimento às meninas em privação de liberdade nos mostram como as desigualdades no atendimento aos meninos e às meninas se expressam de forma peculiar para elas, que sistematicamente sofrem com o reforço aos estereótipos que lhes são atribuídos e com a vigilância de gênero que define os papéis sociais no modo patriarcal de se organizar a sociedade (Grillo, 2018; Schmidt, 2017).

Percebemos, dessa forma, que as trajetórias de vida das meninas internadas são marcadas pela precarização de suas condições socioeconômicas e familiares, e pela ausência de acesso às políticas públicas, atravessadas pelas desigualdades de gênero, por situações de violência e opressão, secundarização e invisibilização, que se agravam durante o cumprimento da medida socioeducativa, independentemente do seu envolvimento com o ato infracional.

Não obstante, as diversas denúncias apresentadas aos Ministérios Públicos, nos estados e em nível federal, contribuíram para que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) junto com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) avaliassem as condições de atendimento em todas as unidades de internação feminina no país, no ano de 2015.

O levantamento examinou as condições precárias de atendimento, os problemas de inadequação do espaço físico, a ausência de mulheres nas equipes técnicas e de agentes socioeducativas femininas, a inadequação da vestimenta padrão (camiseta e calção tipo surfista para ambos os sexos), a falta de vagas em alguns cursos ofertados pelo sistema e a má gestão das relações entre as meninas (Brasil, 2015), confirmando as desigualdades e as opressões sofridas pelas adolescentes.

Mas, como se explica o descompasso entre a norma que orienta a organização da política socioeducativa e a execução da medida, no que diz respeito às questões relacionadas às desigualdades de gênero? Aqui retomamos as perguntas feitas anteriormente, sobre os elementos que informam acerca da organização da política socioeducativa com base em uma perspectiva de gênero (ou uma política sensível ao gênero), para introduzir como se desenvolverá o método de análise desta tese, a partir do referencial teórico escolhido.

1.3 A abordagem metodológica e sua natureza

A pesquisa acadêmica está constantemente evoluindo para análises mais abrangentes e sensíveis, que se adequem às nuances e complexidades dos fenômenos investigados. Nesse contexto, a abordagem qualitativa tem se destacado como uma ferramenta inestimável para compreender os aspectos multifacetados de temas e problemas, permitindo uma investigação profunda e contextualizada.

Diante da natureza intrincada do meu objeto de estudo e dos objetivos da minha pesquisa de doutorado, a escolha da abordagem qualitativa se revela imperativa e justificada por diferentes razões.

Em primeiro lugar, minha pesquisa se concentra em explorar as perspectivas sobre o tema de gênero na organização da política de atendimento socioeducativo direcionada aos(as) adolescentes autores(as) de ato infracional. Além disso, a abordagem qualitativa é altamente flexível e adaptável, o que é crucial dada a natureza exploratória do meu estudo. Ela permite a emergência de novos temas e tópicos à medida que a análise avança, possibilitando aprofundar áreas que se mostram mais relevantes e interessantes. Essa flexibilidade também viabiliza uma apreciação contextualizada, na qual fatores sociais, culturais e históricos podem ser levados em consideração para uma compreensão mais abrangente do fenômeno.

A abordagem qualitativa permite a análise de mudanças, desenvolvimentos e interações por um determinado período, contribuindo para uma visão longitudinal que não apenas capta o momento presente, mas também a evolução do fenômeno no decorrer do tempo. Finalmente, a abordagem qualitativa possibilita a abertura para interpretações divergentes e marginais, desafiando pressupostos e enriquecendo a discussão acadêmica (Minayo; Deslandes; Gomes, 2012).³⁷

Quanto à dimensão epistemológica, ou a forma de compreensão do objeto, adotei nesta pesquisa a perspectiva de gênero, um enfoque teórico que tem como objetivo analisar as construções sociais e culturais em torno dos papéis de gênero.

³⁷ A obra apresenta um panorama completo sobre os aspectos teóricos, metodológicos e práticos da pesquisa social, incluindo uma ampla gama de técnicas e instrumentos para a coleta, a análise e a interpretação de dados. A análise de conteúdo, técnica utilizada neste estudo – que envolve a identificação e a categorização de temas e padrões em dados textuais, como entrevistas, transcrições de grupos focais e demais documentos – faz parte das abordagens de pesquisa discutidas, assim como a análise de discurso, a pesquisa-ação, a etnografia, a pesquisa participante, a pesquisa em saúde, entre outras.

Ou seja, como as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente e como essas construções afetam as relações de poder e as experiências de vida das pessoas.

O método tradicional marxista, ainda que seja fundamental para entender as relações entre economia e política no que diz respeito à gestão da pobreza por meio da criminalização, não é suficiente para analisar os seus efeitos sobre a vida das mulheres e meninas, haja vista a sua centralidade no conceito de classe (Froemming, 2016). O marxismo pode influenciar a compreensão das desigualdades de várias maneiras. No entanto, é importante reconhecer que o método, historicamente, concentrou-se principalmente nas questões de classe social e nas relações de produção e exploração econômica, por vezes minimizando ou mesmo negligenciando a análise das formas específicas de opressão que as mulheres enfrentam.

Conforme já analisado, as relações de poder entre homens e mulheres reiteradamente transcendem as estruturas econômicas e podem envolver questões culturais, sociais e políticas que não são abordadas de forma abrangente pelo marxismo. O método tende a tratar as opressões de forma isolada, em vez de considerar as interseções entre diferentes sistemas de opressão, como classe, gênero, raça, sexualidade, entre outros. Isso pode levar a uma apreensão limitada das experiências das mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão.

O feminismo marxista, todavia, oferece uma perspectiva crítica e enriquecedora para compreender a divisão sexual do trabalho, explorando as relações entre gênero, classe e produção.³⁸ A centralidade da classe no método marxista, porém, pode levar a uma visão de que a luta de classe é a principal luta, relegando as lutas feministas a um papel secundário, ignorando a sua importância em alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Assim, uma visão mais abrangente e interseccional é necessária para entender as complexas maneiras pelas quais as estruturas de poder afetam diferentes grupos sociais, incluindo as desigualdades de gênero.³⁹ Daí a importância dos estudos de gênero e da epistemologia feminista.

³⁸ Entre algumas das principais expoentes e suas obras relevantes destacam-se: Silvia Federici, autora de *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2004), na qual a autora examina a relação entre o capitalismo, a caça às bruxas e a opressão das mulheres, argumentando que a exploração do trabalho feminino foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Heleieth Saffioti, autora brasileira, contribuiu significativamente para a compreensão das relações entre gênero e luta de classes com sua obra *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade* (1976), na qual se debruça sobre a condição feminina no Brasil, sobretudo as especificidades das opressões enfrentadas pelas mulheres em relação à classe social.

³⁹ Várias autoras feministas brasileiras fizeram críticas ao marxismo como método para a compreensão das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, a exemplo de Heleieth Saffioti (A

A análise de gênero aplicada às políticas públicas, a exemplo da política socioeducativa, envolve examinar como as questões de gênero são incorporadas nos processos de formulação e implementação de políticas em várias áreas, como educação, saúde, trabalho e segurança, entre outras.

Essa estratégia parte de três princípios-chave para a compreensão das políticas públicas. O primeiro é o reconhecimento de que existem desigualdades e discriminações sistemáticas entre os gêneros, que afetam o acesso a recursos, oportunidades e direitos. O segundo princípio importante é o conhecimento da influência das relações de poder entre homens e mulheres nas políticas públicas e de como as normas de gênero moldam as interações sociais e políticas entre eles. E o terceiro fundamento dessa forma de abordagem é o entendimento de que as desigualdades podem ser exacerbadas ou atenuadas pelas políticas públicas.

Objetivo

O principal objetivo desta tese é analisar como são abordadas as questões de gênero na política de atendimento socioeducativo às meninas a quem se atribui a prática de ato infracional no Rio de Janeiro, para entender como se reproduzem as desigualdades de gênero que afetam diretamente as suas vidas.

Os pressupostos deste estudo têm relação estreita com as conclusões das pesquisas sobre gênero e sobre atendimento socioeducativo apresentadas ao longo desta tese. Uma primeira conjectura é a de que a socioeducação não contribui para a vida das adolescentes infratoras, ao contrário, acirra a precariedade de suas vidas, não apenas durante o cumprimento de medida socioeducativa, mas depois dele. Outra pressuposição reconhece que o sistema socioeducativo é mais uma forma de opressão de gênero, que opera de maneira interseccional, por meio do atendimento socioeducativo às meninas.

Procedimentos

mulher na sociedade de classes: mito e realidade, publicado em 1976), Leila Linhares Barsted (*Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993*, do ano de 1994), Lélia Gonzalez (*Lugar de negro*, de 1982, revisado em 2022) e Sueli Carneiro (*Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, de 2015).

A análise de conteúdo é o principal método de pesquisa adotado nesta tese, desde a etapa de revisão bibliográfica. Ao empregar a análise de conteúdo sob uma lente de gênero, buscou-se identificar, desvelar e desconstruir as complexas interações entre normas, valores e práticas que podem perpetuar desigualdades de gênero no sistema socioeducativo.

Essa maneira de proceder nos permitiu examinar o conjunto normativo e técnico-operativo da política socioeducativa do estado do Rio de Janeiro, a fim de identificar padrões, tendências e discursos subjacentes. E, a partir da percepção de alguns(mas) de seus(suas) agentes operadores(as) – sobre os(as) quais trataremos mais adiante –, expor as formas pelas quais as normativas podem reproduzir estereótipos de gênero, reforçar papéis tradicionais de gênero e falhar em abordar as necessidades específicas das adolescentes em privação de liberdade. Para isso, percorreu-se um caminho de análise, previamente planejado, sobre como o tema de gênero aparece e como as meninas são representadas nesses documentos e na perspectiva de agentes do sistema de atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro.

Sobre o conjunto das fontes de informação pesquisadas para a compreensão do objeto desta tese, importante dizer que foram selecionados determinados documentos que organizam a política de atendimento socioeducativo, os quais constituem o *corpus* desta análise. Como será conhecido no Capítulo 2, a política socioeducativa compreende um conjunto de princípios, diretrizes e orientações direcionado para a organização do atendimento aos(às) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional e que se materializa na articulação de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esse conjunto de princípios, diretrizes e orientações está expresso em documentos normativos gerais e setoriais em âmbito nacional e nos acordos internacionais no campo dos direitos humanos, os quais serão aqui tomados como referência, mas não analisados em profundidade.⁴⁰

⁴⁰ Os instrumentos internacionais de referência para esse tema, conforme ordem cronológica de aprovação são: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, adotado em 19 de dezembro de 1966 pela ONU e aprovado pelo congresso brasileiro em 12 de dezembro de 1991; a Convenção Americana de Direitos Humanos, que consolidou o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, aprovada em 1969 pela ONU, e em vigor internacionalmente a partir de 1978. Para o Brasil, esse tratado passou a vigorar em 1992; as Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), adotadas em 29 de novembro de 1985 pela Resolução 40/33 da ONU; a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 20 de novembro de 1989 pela ONU e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, adotadas em 14 de dezembro de 1990 pela ONU; e as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), aprovadas em 2010 pela ONU e adotadas pelo Brasil no mesmo ano.

Importante realçar que foram várias as camadas de apreciação dos documentos, iniciando-se por selecioná-los a partir de sua importância para a organização da política de atendimento às meninas. A primeira camada, para todos os documentos, levou em consideração o contexto de sua produção nos momentos históricos que marcaram a sedimentação da política socioeducativa. Além disso, observou-se como são tratados os temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual; como as adolescentes são expressas; quais são as atividades a elas relacionadas; e como as peculiaridades referentes às meninas, em especial seus direitos sexuais, reprodutivos e o direito à maternagem são abordados nos documentos. O Quadro 3, a seguir, apresenta o *corpus* de análise da pesquisa.

Quadro 3: Normativa nacional de referência para a organização da política socioeducativa no Brasil, de 2006 a 2023.

Ano	Normativa
2006	<i>Resolução nº 119, aprovada em 11 de dezembro de 2006, do Conanda, que estabelece as diretrizes básicas para a organização do Sinase e seu funcionamento.</i>
2012	<i>Lei nº 12.594, aprovada em 18 de janeiro de 2012, que institui o Sinase.</i>
2012	<i>Resolução nº 1, aprovada em 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a serem observadas pelas instituições de ensino.</i>
2013	<i>Nota Técnica nº 38, de 12 de agosto de 2013, do Ministério da Educação, com orientação às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sinase.</i>
2013	<i>Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo (2013-2023), que define as prioridades da política em nível nacional e orienta a sua organização em nível estadual e municipal.</i>
2016	<i>Resolução nº 180, aprovada em 20 de outubro de 2016, do Conanda, que tratou especificamente sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos.</i>
2018	<i>Resolução nº 210, aprovada em 5 de junho de 2018, do Conanda, que dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade.</i>
2023	<i>Resolução nº 233, aprovada em 30 de dezembro de 2022 e publicada em janeiro de 2023, do Conanda, que estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sinase.</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Especificamente, esses documentos orientam a organização e o funcionamento da política socioeducativa nos distintos sistemas setoriais que integram o atendimento, considerando o princípio da incompletude institucional na garantia da proteção integral dos direitos de adolescentes.

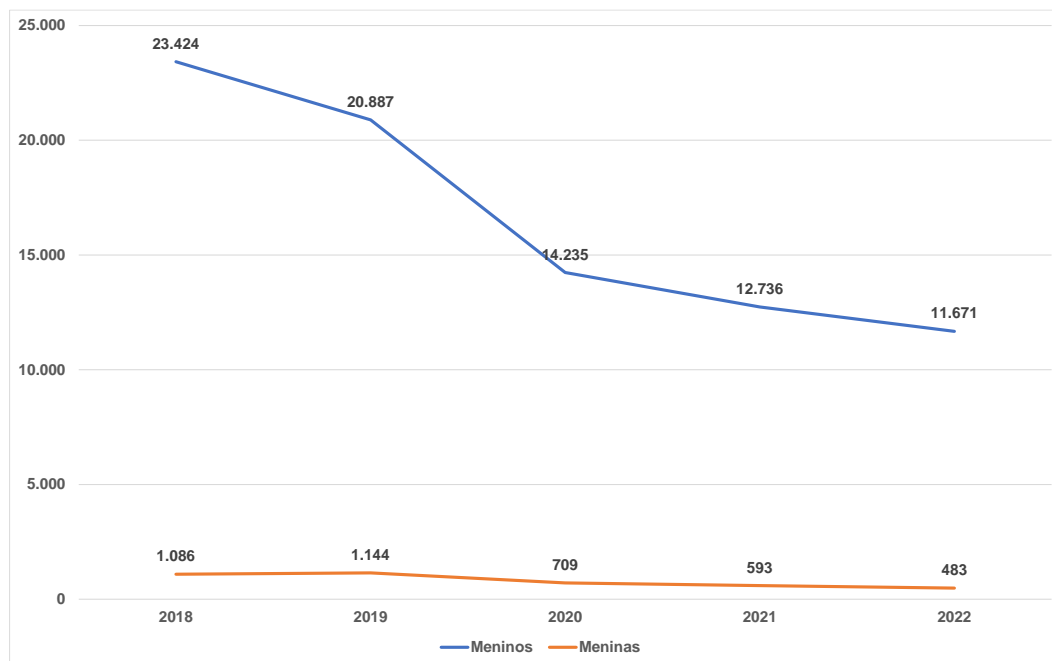
1.3.1 O atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro como foco de análise

O foco dessa análise é o atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro, estado que abriga um dos mais antigos sistemas de atendimento socioeducativo do país.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) existiam 330 unidades de internação em funcionamento no Brasil, no segundo semestre de 2018. São Paulo, com 104 unidades, Santa Catarina com 28 e Minas Gerais com 25 lideravam o ranking dos estados com o maior número de unidades em seus territórios e com o maior quantitativo de adolescentes internos(as) (Anuário Brasileiro de Segurança, 2020). Naquele mesmo ano, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2019), havia 24.510 adolescentes de ambos os sexos cumprindo medida de internação no sistema, sendo 23.424 do sexo masculino e 1.086 do sexo feminino. Quatro anos depois, no ano de 2022, existiam 12.154 adolescentes em internação no Brasil, dos quais 11.671 eram do sexo masculino e 483 do sexo feminino. O Rio de Janeiro se posiciona em quarto lugar entre os sistemas com o maior número de adolescentes internos(as) no país, depois dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco (Anuário Brasileiro de Segurança, 2020).

Em relação ao quantitativo de meninas em cumprimento de internação, observa-se que elas são significativamente em menor quantidade em todos os estados e no Distrito Federal. Esse dado fica facilmente perceptível ao observarmos o Gráfico 1, a seguir, que ilustra o panorama do número de adolescentes de ambos os sexos cumprindo medida socioeducativa de internação no Brasil, no período de 2018 a 2022.

Gráfico 1: Quantitativo de adolescentes por sexo cumprindo medida socioeducativa de internação no Brasil, entre os anos de 2018 e 2022.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora em 2023, com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2022.

O Rio de Janeiro estava na nona posição em relação ao percentual de meninas em internação, proporcionalmente ao quantitativo de meninos, no ano de 2022. À sua frente estavam os estados de Tocantins, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Roraima, Rondônia, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, conforme demonstra o Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Adolescentes em unidades de medida socioeducativa de meio fechado no Brasil e nas Unidades da Federação, em 2022.

Brasil e Unidades da Federação	Adolescentes do sexo masculino		Adolescentes do sexo feminino		Total
	Absolutos	%	Absolutos	%	
Brasil	11.671	96	483	4	12.154
Amapá	31	89	4	11,43	35
Pará	161	91	16	9,04	177
Goiás	132	91	13	8,97	145
Mato Grosso do Sul	177	93	14	7,33	191
Piauí	97	93	7	6,73	104
Tocantins	42	93	3	6,67	45
Paraná	396	93	28	6,60	424
Rondônia	93	94	6	6,06	99
Amazonas	47	94	3	6,00	50
Mato Grosso	111	94	7	5,93	118
Santa Catarina	354	94	22	5,85	376
Ceará	588	94	36	5,77	624
Rio Grande do Norte	403	95	22	5,18	425
Alagoas	144	95	7	4,64	151
Roraima	44	96	2	4,35	46
São Paulo	4524	96	182	3,87	4.706
Pernambuco	691	97	24	3,36	715
Rio de Janeiro	669	97	23	3,32	692
Sergipe	118	97	4	3,28	122
Paraíba	195	97	6	2,99	201
Bahia	198	98	5	2,46	203
Rio Grande do Sul	392	98	9	2,24	401
Maranhão	202	98	4	1,94	206
Minas Gerais	809	98	16	1,94	825
Espírito Santo	659	98	13	1,93	672
Distrito Federal	394	98	7	1,75	401
Acre	...	0	...	0,00	...

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2022.

(...) Informação não disponível.

No estado do Rio de Janeiro existe apenas um Centro de Socioeducação (Cense) feminino (com medida socioeducativa de internação), o qual será retratado mais adiante nesta análise.

Os documentos do conjunto normativo e técnico-operacional examinado foram encontrados na internet ou recebidos por e-mail pela equipe de coordenação do Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (Cense PACGC). Eles estão identificados no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Normativa estadual de referência para a organização da política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, de 2013 a 2022.

Ano	Normativa
2013	<i>Portaria do Degase nº 154, de 4 de novembro de 2013.</i> Dispõe sobre a instituição das diretrizes gerais de implantação do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.
2014	Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro.
2020	<i>Portaria do Degase nº 805, de 16 de janeiro de 2020.</i> Institui o Regimento Interno do Cense Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (PACGC), no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase).
2020	Regimento Interno (RI) do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Novo Degase).
2022	Plano Operacional de Segurança Socioeducativa (Poss).
2022	Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Cense PACGC.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Como afirmado anteriormente, embora não tenha sido elaborada para a finalidade desta tese, a pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação, realizada em 2018 em dez cidades brasileiras, e cuja equipe técnica integrei, oferece resultados que ilustram análises e conclusões obtidas no exame do conjunto normativo e técnico-operacional aqui considerado (Ibam, 2021).

As dez cidades foram escolhidas por concentrarem as maiores quantidades de meninas cumprindo medida socioeducativa de internação, em termos proporcionais, no momento da pesquisa, a saber: Belém (Pará), Recife (Pernambuco), Brasília (Distrito Federal), Goiânia (Goiás), Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), São Paulo (São Paulo), Fortaleza (Ceará) e Rio Branco (Acre).

O estudo objetivou investigar a dinâmica de funcionamento do atendimento às adolescentes em suas singularidades. Para isso, foram ouvidos(as) distintos(as) agentes do SGDCA, além das meninas infratoras e de seus pais e/ou responsáveis em todas as cidades. Mas somente o material produzido na pesquisa na cidade do Rio de Janeiro será analisado.

Alguns desses depoimentos serão aqui utilizados porque dialogam com questões levantadas nesta tese para a compreensão do seu objeto de estudo. Em especial, elucidam as percepções dos(as) agentes do SGDCA sobre as meninas,

as questões relacionadas ao tema de gênero e o modo como acontece o atendimento socioeducativo.⁴¹

Os blocos temáticos que estruturaram a análise da pesquisa em questão versavam sobre diversos assuntos, conforme a descrição a seguir.⁴²

BLOCO 1 – Perfil das adolescentes da unidade de internação

Foram examinadas três dimensões relacionadas ao atendimento socioeducativo das adolescentes que cometem atos infracionais: o perfil socioeconômico das meninas, a abordagem das questões de gênero e o programa de atendimento às adolescentes que se desligam da medida socioeducativa.

O perfil socioeconômico das meninas buscou descrever as características econômicas, culturais e raciais das adolescentes que entram no sistema socioeducativo, e os tipos de atos infracionais mais cometidos por elas. Essas informações puderam ajudar a compreender os fatores que as levam a entrar em conflito com a lei, e as possíveis medidas de prevenção e proteção social.

A abordagem das questões de gênero buscou analisar como o sistema socioeducativo lidava com a identidade ou expressão de gênero das adolescentes, e quais as diferenças e proximidades entre o atendimento das meninas e dos meninos. Essas questões puderam revelar as especificidades, os desafios e as oportunidades de trabalho com as adolescentes, bem como a existência ou não de normativas locais que orientassem os procedimentos da apreensão.

O programa de egressos⁴³ buscou verificar se havia algum acompanhamento das meninas que cumpriram medida socioeducativa após serem liberadas, e como era esse programa. Essa informação pôde indicar o grau de comprometimento do sistema socioeducativo com a inclusão social das adolescentes e os possíveis benefícios ou dificuldades desse processo.

BLOCO 2 – Cotidiano de atendimento na unidade de internação

Nesse bloco foi abordado o cotidiano de atendimento na unidade de internação, enfocando os serviços públicos que eram oferecidos às adolescentes que cumpriam medida socioeducativa.

⁴¹ O conteúdo das entrevistas foi disponibilizado pelo Ibam para a pesquisa que embasou esta tese, com o compromisso de que não fossem citados os nomes dos(as) interlocutores(as). Vale realçar que todos(as) os(as) depoentes assinaram o TCLE, incluindo os(as) gestores(as), técnicos(as), adolescentes e seus familiares e/ou responsáveis.

⁴² Os instrumentos de pesquisa aplicados junto aos participantes encontram-se nos Anexos 3, 4, 5, 6 e 7 desta tese.

⁴³ Os(as) egressos(as) são os(as) adolescentes que cumpriram a medida socioeducativa naquela unidade. Entre as obrigações definidas pelo ECA para as entidades que desenvolvem programas de internação, consta a manutenção de programas destinados ao apoio e ao acompanhamento de egressos(as) (artigo 94 do ECA).

Os serviços públicos abrangiam as áreas de saúde, educação, profissionalização, cultura, esporte e lazer, bem como os programas específicos para o tratamento de dependência de álcool, drogas e transtorno mental. O objetivo foi conhecer a qualidade, a frequência, a acessibilidade e a adequação desses serviços às necessidades e aos interesses das adolescentes.

As respostas dos(as) agentes puderam revelar as potencialidades, as limitações e os desafios do atendimento na unidade de internação, assim como as parcerias, as articulações e as demandas junto à rede de serviços públicos.

BLOCO 3 – Plano Individual de Atendimento (PIA)

Nesse bloco foi abordado o PIA, que é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo socioeducativo dos(as) adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação.

As perguntas desse bloco variaram de acordo com o papel e a função dos(as) agentes entrevistados(as), mas buscaram conhecer a importância, a eficácia, as fragilidades e as possibilidades de aprimoramento do PIA.

O objetivo desse bloco foi verificar se o PIA estava sendo elaborado, executado e avaliado de forma participativa, individualizada, integral e articulada com a rede de serviços públicos, respeitando os direitos, as necessidades e os interesses das adolescentes.

BLOCO 4 – Percepção sobre a gestão e a política de atendimento socioeducativa

Nesse bloco foi examinada a percepção sobre a gestão e a política de atendimento socioeducativo, enfocando as ações, os projetos e as parcerias que existiam para o acompanhamento das adolescentes reincentes, além das especificidades do cotidiano das meninas na unidade de internação.

As perguntas desse bloco variavam de acordo com o papel e a função dos(as) agentes entrevistados(as), mas buscaram aferir o nível de conhecimento, a opinião e a avaliação sobre os aspectos relacionados ao atendimento socioeducativo das adolescentes que cometem atos infracionais.

O objetivo desse bloco foi verificar se havia uma articulação, uma integração e uma participação dos(as) diferentes agentes envolvidos(as) no sistema socioeducativo, bem como identificar as potencialidades, as limitações e as demandas para o aprimoramento da gestão e da política de atendimento socioeducativo.

BLOCO 5 – Livres observações do(a) entrevistado(a)

Foram investigadas as livres observações dos(as) entrevistados(as) sobre o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade, dando espaço

para que expressassem suas opiniões, críticas, sugestões e experiências a respeito do tema.

As perguntas desse bloco eram iguais para todos(as) os(as) agentes entrevistados(as). O objetivo foi captar as percepções, as expectativas e as demandas dos(as) diferentes envolvidos(as) no atendimento socioeducativo às adolescentes que cometem atos infracionais.

As respostas dos(as) agentes puderam revelar tanto as visões, os valores, os sentimentos e as atitudes que orientam suas práticas profissionais, quanto os desafios, as dificuldades e as possibilidades de melhoria do sistema socioeducativo.

Foi adotada nesta tese a técnica de análise documental para o exame do conjunto normativo nacional e estadual selecionado, identificando suas fontes e caracterizando o contexto no qual foram produzidas, tendo como foco principal a observação de como foram apropriadas as questões de gênero, com prioridade para o tema das meninas cumprindo medida socioeducativa de internação.

Para o exame das informações produzidas nas entrevistas, rodas de conversas e grupos focais foi utilizada a análise de conteúdo na modalidade temática. Segundo Gomes (2012) e Bardin (2011), esse procedimento possibilita ir além do material obtido, pois com base nas inferências os resultados da pesquisa são discutidos numa perspectiva mais ampla.

Como já apontado, o *corpus* de análise compreendeu os documentos normativos e técnico-operacionais do atendimento socioeducativo e os resultados de entrevistas, rodas de conversa e grupos focais realizados no contexto da pesquisa sobre o sistema de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.

A unidade de registro, ou parte do texto examinada, compreendeu um conjunto de palavras ou temas relacionados às categorias “gênero”, “sexualidade”, “maternagem” ou às percepções sobre as meninas infratoras. Nesse sentido, a unidade de contexto foi o parágrafo ou a frase em que essas expressões foram identificadas. Toda a entrevista foi analisada, uma vez que as perguntas objetivaram entender o atendimento às meninas, tendo sido conferida atenção especial às respostas para aquelas perguntas nas quais as unidades de registro analisadas estavam claramente expressas. O mesmo método foi utilizado para análise do conteúdo das transcrições das rodas de conversa e dos grupos focais.

Quanto à categorização das unidades de registro encontradas, ou seja, como foi feito o agrupamento por categorias, conforme a literatura de base (o referencial teórico) procedeu-se de acordo com a semântica, em concordância com o significado conferido pelo(a) entrevistado(a), ou pelo(a) participante da roda de

conversa, ou grupo focal; com a frequência, pela quantidade de vezes em que apareceu; e com a expressão, quando tentaram exemplificar ou demonstrar algo. Por exemplo, como já apresentado anteriormente, gênero é um conceito que por vezes aparece associado à orientação sexual e/ou identidade sexual, assim como as relações afetivas ou sexuais vivenciadas pelas meninas surgem como forma de lesbianidade, sendo pouco entendidas enquanto modo de sociabilidade entre elas, ou de reprodução de padrões de convivência, proteção e cuidados. As entrevistas e os conteúdos das rodas de conversa e dos grupos focais passaram, portanto, por numerosas camadas de análise para se chegar a agrupamentos que fizessem sentido, se relacionassem com o referencial teórico e possibilitassem a visibilidade das meninas e de suas formas de expressão e demandas, e para que nos fosse permitido desvendar as representações que lhes são atribuídas, tornando-as invisíveis ou marginalizando suas necessidades no espaço da privação de liberdade.

O conteúdo das entrevistas, rodas de conversa e grupos focais mencionados neste capítulo será retomado no Capítulo 3 desta tese, no qual será analisado o atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro, tendo como foco as ações direcionadas às meninas que cumprem medida socioeducativa de internação, a fim de desvendar como elas contribuem para a reprodução das desigualdades de gênero nesses contextos. Já no Capítulo 2, a seguir, trataremos dos fatores que colaboram para a criminalização destas meninas em privação de liberdade, a partir da análise dos marcos normativos da política de atendimento socioeducativo para as adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional no Brasil.

Capítulo 2

A política de atendimento socioeducativo

Este segundo capítulo tem o objetivo de analisar a emergência das adolescentes como preocupação social (por parte do sistema de justiça juvenil) a partir do exame da normativa nacional (leis, resoluções, decretos), e seus efeitos mais imediatos. Esses resultados se expressaram na produção de políticas públicas (planos, programas, projetos), com ênfase no período posterior à aprovação do ECA em 1990 e suas atualizações.

Em princípio cabe apresentar os principais marcos internacionais e nacionais que influenciaram a organização da política socioeducativa, com ênfase no que diz respeito às meninas, às adolescentes e às ações a elas direcionadas.

2.1 A Política de Atendimento Socioeducativo nos marcos da Doutrina da Proteção Integral

2.1.1 Princípios e diretrizes da normativa internacional dos direitos humanos e a política de atendimento socioeducativo

Em consonância com a manutenção da dignidade humana e a proteção à criança e ao(a) adolescente, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou, por meio da Declaração dos Direitos da Criança no ano de 1959 (Unicef, 2011), dez princípios fundamentais que visam assegurar os direitos e a proteção de todas as crianças, independentemente de sua origem ou circunstâncias, a saber:

O *Princípio 1* garante que todas as crianças desfrutem de todos os direitos estabelecidos na Declaração, sem exceção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, religião, nacionalidade ou qualquer outra característica.

O *Princípio 2* destaca a importância da proteção especial das crianças e da criação de oportunidades e serviços que promovam seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de maneira saudável e digna, com consideração ao seu interesse superior.

O *Princípio 3* estabelece o direito da criança a um nome e uma nacionalidade desde o nascimento.

O *Princípio 4* enfatiza o acesso da criança aos benefícios da previdência social, cuidados de saúde adequados, alimentação, moradia, lazer e serviços médicos para garantir seu crescimento e desenvolvimento saudáveis.

O *Princípio 5* assegura que crianças com deficiências físicas, mentais ou sociais recebam tratamento, educação e cuidados especiais de acordo com suas necessidades individuais.

O *Princípio 6* destaca a importância do amor e da compreensão para o desenvolvimento pleno da personalidade da criança. O ideal é que a criança cresça com seus pais em um ambiente de afeto e segurança, e a sociedade e as autoridades públicas têm a obrigação de cuidar de crianças abandonadas ou em situação de carência.

O *Princípio 7* garante o direito da criança à educação escolar gratuita e obrigatória, com ênfase na cultura geral e no desenvolvimento de suas aptidões e individualidade.

O *Princípio 8* coloca a criança como prioridade para receber proteção e auxílio em todas as circunstâncias.

O *Princípio 9* assegura a proteção da criança contra o abandono, crueldade, exploração e trabalho prejudicial à sua saúde, educação e desenvolvimento.

O *Princípio 10* destaca a importância de proteger a criança contra práticas que possam promover a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza, incentivando a educação baseada em compreensão, tolerância, amizade, paz e fraternidade.

A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (CDC)

A política de atendimento socioeducativo tal qual está configurada a partir do ECA e em outros documentos que a organizam fundamenta-se na Doutrina da Proteção Integral, paradigma inspirado nos princípios e diretrizes do conjunto de documentos internacionais de proteção dos direitos humanos, de maneira especial a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (CDC) da ONU.

A Convenção é um tratado internacional que estabelece os direitos fundamentais das crianças em todo o mundo. Foi adotada pelo Brasil em 1989 e é o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado na história.

Esse documento define “criança”⁴⁴ como qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade, reconhecendo a ela direitos especiais devido à sua vulnerabilidade e necessidade de proteção especial.

A Convenção estabelece o princípio da não discriminação, garantindo que todas as crianças tenham os mesmos direitos, independentemente de sua raça, cor, sexo, língua, religião, origem étnica, deficiência ou qualquer outra condição. Incluindo aqui a relação com o ato infracional.

⁴⁴ Como já visto, o ECA define criança como a pessoa de até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos, sendo estendidos os direitos até os 21 anos em casos especiais, por exemplo quando se trata de ato infracional. Mesmo após atingir a maioridade penal aos 18 anos, um(a) jovem pode ser submetido(a) a medidas socioeducativas caso cometa algum ato infracional antes dessa idade. Nesses casos, os(as) adolescentes devem ser submetidos(as) a procedimentos específicos, diferentes dos aplicados aos adultos, levando-se em conta a sua condição de pessoa em desenvolvimento. Assim, prevalece a legislação do ECA em relação à maioridade penal. O Estatuto da Juventude, *Lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013*, define como jovens as pessoas que têm entre 15 e 29 anos de idade.

Entre os direitos fundamentais a Convenção reconhece às crianças o direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento, participação infantil, proteção contra abuso e exploração, direito à educação e direito à saúde.

Direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento: reconhece o direito de todas as crianças à vida, sobrevivência e desenvolvimento em seu mais alto potencial. Os governos são responsáveis por garantir que as crianças tenham acesso a cuidados de saúde, alimentação adequada, educação, moradia e um ambiente seguro. Como também a tratamento digno em situações de privação de liberdade, pelo cometimento de delitos.

Participação infantil: enfatiza o direito das crianças de expressar suas opiniões e serem ouvidas em questões que afetam suas vidas. Isso inclui o direito à liberdade de expressão e o direito de participar em processos de tomada de decisão. Entre eles o direito de ser ouvido em processos administrativos e no contexto do processo judicial movido contra eles quando da apuração do ato infracional.

Proteção contra abuso e exploração: garante que as crianças sejam protegidas contra todas as formas de abuso, negligência, violência, exploração e discriminação. Isso inclui proteção contra trabalho infantil, tráfico de crianças, casamento precoce, exploração sexual comercial, recrutamento para fins militares e outras violações dos direitos das crianças.

Direito à educação: reconhece o direito de todas as crianças à educação. Os governos são obrigados a garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade e que sejam incentivadas a frequentar a escola e a alcançar seu pleno potencial.

Direito à saúde: estabelece o direito de todas as crianças ao mais alto padrão possível de saúde física e mental. Os governos são responsáveis por fornecer cuidados de saúde adequados, incluindo prevenção e tratamento de doenças, acesso a serviços de saúde e informações sobre saúde.

Os artigos 37 e 40 da CDC estabelecem garantias específicas para crianças privadas de sua liberdade. O artigo 37 da CDC estabelece que nenhuma criança deve ser privada de sua liberdade de maneira ilegal ou arbitrária e, ainda que a sua detenção, reclusão ou prisão deve ser realizada em conformidade com a lei, servindo apenas como último recurso e pelo menor período apropriado. A segunda garantia assegurada por esse artigo determina que toda criança privada de liberdade deve ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana, levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Por fim, o artigo prescreve que toda criança privada de liberdade deve ficar separada dos adultos, a menos que seja contrário aos seus melhores interesses. Enfatiza o citado artigo, que a criança privada de liberdade tem o direito de manter contato com sua família por meio de correspondência ou visitas, exceto em circunstâncias excepcionais. O artigo 40 trata especificamente sobre o “direito de toda criança a quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais” (artigo 40 item 1 da CDC). Estabelece que crianças em tais circunstâncias devem ser tratadas de maneira a promover e estimular seu sentido de dignidade e valor, fortalecendo que aprendam o

respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de terceiros. Define que os Estados Partes assegurem à criança de quem se alegue ter infringido as leis penais goze das seguintes garantias: presunção de inocência; informação imediata das acusações; assistência jurídica para defesa; julgamento justo e sem demora; direito ao silêncio; direito ao interrogatório das testemunhas; revisão da decisão e medidas impostas; assistência gratuita de um intérprete; e respeito à vida privada durante todas as fases do processo.

Que os países signatários da Convenção busquem promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças acusadas ou declaradas culpadas de infringir as leis penais, bem como medidas alternativas à internação, tais como: de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em lares de adoção, programas de educação e formação profissional, para garantir que as mesmas sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias e ao tipo do delito. Por fim, por meio desse artigo afirma que toda criança privada de liberdade tem direito de contestar a legalidade da privação de sua liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial, e tem direito a uma rápida decisão sobre tal ação.

No que diz respeito à igualdade entre os sexos, há importantes documentos internacionais, aprovados antes e depois da Convenção, que devem ser observados conjuntamente para a efetivação dos direitos fundamentais de todas as crianças, com especial atenção às meninas em privação de liberdade.⁴⁵ São eles:

a) ***Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, do inglês Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women)***, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 1979. Trata-se de um instrumento fundamental na luta pela igualdade de gênero e contra a discriminação e seus princípios e disposições também podem ser aplicados para proteger os direitos das crianças e adolescentes, especialmente as meninas. A CEDAW reconhece que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e o respeito pela dignidade humana. Ela estabelece que os Estados Partes têm a obrigação de garantir ao homem e à mulher a igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

⁴⁵ Esses tratados são apenas alguns exemplos de instrumentos internacionais que protegem os direitos das mulheres e meninas em privação de liberdade. Existem outros tratados e instrumentos regionais que também podem ser relevantes, dependendo do contexto geográfico específico. Além disso, a ONU e outros órgãos internacionais desenvolveram várias resoluções e diretrizes para apoiar a implementação desses tratados e promover os direitos humanos das mulheres e meninas.

Isso inclui o direito à educação, à saúde, à capacitação e às oportunidades de emprego;

b) ***Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes***, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 1984. Essa convenção proíbe a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Ela estabelece obrigações para os Estados Partes prevenirem e combaterem a tortura, inclusive no contexto da privação de liberdade. Nesse documento, a tortura é definida como qualquer ato que inflige intencionalmente dor ou sofrimento agudo, físico ou mental, a uma pessoa com o objetivo de obter informações ou confissões, puni-la por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido, ou seja suspeita de ter cometido, intimidá-la ou coagi-la, ou por qualquer motivo baseado em qualquer forma de discriminação. Quanto aos tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, são considerados aqueles que consistem em infringir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave, ou o emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com a intenção de perturbar a capacidade de determinação ou a livre manifestação de vontade da vítima;

c) ***Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT, do inglês Optional Protocol to the Convention against Torture and other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment)***, adotado em 2002, estabelece um sistema de visitas regulares e independentes a locais de detenção por mecanismos nacionais e internacionais de monitoramento para prevenir tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Ele se aplica a todos os contextos de privação de liberdade, incluindo aqueles que afetam as mulheres e as jovens;⁴⁶

d) ***Regras de Bangkok sobre o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras***, adotadas pela Assembleia Geral da ONU, em 2010. São um conjunto de regras que fornecem orientações específicas para melhorar as condições e o tratamento de mulheres em prisões e outros contextos de privação de liberdade. O documento dispõe sobre as orientações para o tratamento das adolescentes e jovens privadas de liberdade e infratoras, nas regras 36 a 39 e na regra 65.

⁴⁶ Para a ONU, a “juventude” é definida como o grupo etário composto por pessoas entre os 15 e os 24 anos. Essa definição foi endossada pela Assembleia Geral da ONU na sua *Resolução nº 36/28 de 1981*. Ela vem ao encontro da idade definida pelo ECA para a adolescência no Brasil.

Isso abrange todas as fases do processo criminal, desde o momento da apreensão até os estágios de pré-julgamento, sentença e pós-sentença. Entre as regras estabelece-se que as autoridades competentes devem implementar medidas para atender às necessidades de proteção das adolescentes privadas de liberdade, como o acesso à educação e orientação vocacional que sejam equivalentes aos disponíveis aos adolescentes do sexo masculino internados; a programas e serviços correspondentes à sua idade e gênero, como aconselhamento sobre abuso ou violência sexual; à educação sobre atenção à saúde da mulher e assistência regular a ginecologistas, de modo similar às presas adultas. Enfatiza-se que as adolescentes gestantes devem receber suporte e cuidados médicos equivalentes ao fornecido às presas adultas. Sua saúde deve ser monitorada por médico(a) especializado(a), tendo em conta que devido à sua idade pode haver maiores riscos de complicações durante a gestação. Reforça o que a CDC já afirmou, que a institucionalização de adolescentes em conflito com a lei deve ser evitada tanto quanto possível. E finalmente que a vulnerabilidade de gênero⁴⁷ das adolescentes do sexo feminino deverá ser tomada em consideração nas decisões.

2.1.2 Documentos internacionais de direitos humanos que tratam de adolescentes e jovens envolvidos(as) com o ato infracional

Outros documentos internacionais de direitos humanos tratam de assuntos específicos sobre os(as) adolescentes e jovens envolvidos(as) com delitos e orientaram a organização da política socioeducativa no Brasil. Ainda que não tenham obrigatoriedade legal têm forte influência sobre os movimentos sociais garantistas que defendem os direitos da criança e do(a) adolescente. Alguns dos principais documentos são:

⁴⁷ Embora as Regras de Bangkok não definam explicitamente o conceito de “vulnerabilidade de gênero”, elas reconhecem implicitamente que as mulheres e meninas infratoras podem ser particularmente vulneráveis devido a uma série de fatores sociais e pessoais. Esses fatores incluem, mas não se limitam a, experiências passadas de violência e abuso, responsabilidades familiares e cuidados com os(as) filhos(as), discriminação e desigualdade de gênero na sociedade.

Regras de Beijing – Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, adotadas pela Assembleia Geral da ONU, em 1985. Esse conjunto de regras fornece orientações para a administração da justiça juvenil. As regras estabelecem princípios básicos relacionados ao tratamento e à intervenção em relação a “jovens infratores(as)”, enfatizando a reinserção social e a prevenção da reincidência. Aplicam-se a todos(as) os(as) jovens infratores(as), independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou qualquer outra condição. Estabelecem que durante a custódia, eles(as) têm direito a cuidados, proteção e assistência em diversas áreas, levando em conta sua idade, sexo e características individuais. Aqueles(as) que se encontram institucionalizados(as) têm direito a cuidados, proteção e assistência necessária em várias áreas, considerando sua idade, sexo e personalidade. Destaca-se que as jovens infratoras institucionalizadas merecem atenção especial em relação às suas necessidades e demandas pessoais, afirmando que elas não devem receber menos cuidado, proteção, assistência, tratamento e capacitação do que os jovens do sexo masculino.

Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), adotados pela Assembleia Geral da ONU, em 1990. Esse documento estabelece um conjunto de princípios orientadores para a prevenção da delinquência juvenil, voltados para orientar os Estados membros a formular e implementar programas e políticas especializados, com ênfase na assistência, proteção e participação da comunidade. As Diretrizes de Riad reconhecem que cada criança goza dos direitos humanos fundamentais, incluindo, em especial, o acesso à educação gratuita. Elas também destacam a necessidade de desenvolver abordagens e estratégias nacionais, regionais e internacionais para a prevenção da delinquência juvenil. Embora não tratem especialmente das meninas, essas regras são observadas pelos(as) defensores(as) dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao reivindicar a observância dos direitos humanos na proteção interna (no âmbito do sistema de justiça brasileiro) dos direitos das pessoas até os 18 anos de idade, de ambos os sexos.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, adotadas pela Assembleia Geral da ONU, em 1990. Essas diretrizes têm por escopo estabelecer um conjunto de normas mínimas, que visam proteger jovens privados(as) de liberdade em todas as suas formas, em conformidade com os princípios dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, com o propósito de mitigar os efeitos prejudiciais de qualquer modalidade de detenção e incentivar a reinserção social. As principais disposições contidas nessas diretrizes englobam diversas prerrogativas asseguradas aos(às) adolescentes em tais circunstâncias. A primeira delas reforça um dos princípios da CDC sobre a excepcionalidade da privação da liberdade, pois reafirma que a alocação de um(a) jovem em uma instituição deve, em todas as circunstâncias, constituir uma medida de último recurso, sendo adotada pelo menor período imprescindível. Preocupada com a vulnerabilidade dos(as) jovens nessas circunstâncias aos maus tratos, vitimização e violação dos seus direitos, o documento defende que eles(as) devem receber atenção e proteção especiais, sendo imperativo assegurar seus direitos e bem-estar tanto durante quanto após o período de privação de liberdade. E enquanto essa medida durar estabelece que cabe às autoridades competentes garantirem que todos(as) os(as) jovens sejam devidamente instruídos(as) sobre os regulamentos que regem o funcionamento interno da instituição, seus propósitos, a metodologia do tratamento concedido, normas disciplinares, meios autorizados de obtenção de informações e apresentação de queixas, bem como todos os demais elementos necessários para uma compreensão abrangente de seus direitos e obrigações durante o período de detenção. Visto que entende que o sistema de justiça voltado aos(às) jovens deve primar pela salvaguarda de seus direitos e segurança, promovendo, ademais, seu bem-estar físico e mental. Embora não aborde nenhum assunto especialmente relacionado às meninas, segue um dos princípios gerais da CDC de não discriminação em razão do sexo e a sua aplicação indistintamente.

Declaração do Panamá, ratificada durante a Décima Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em 2000, no Panamá. Esse encontro, que contou com a participação de 21 nações, enfatizou a necessidade de políticas direcionadas para a infância e a adolescência. Sob o lema “Unidos pela infância e adolescência, base da equidade no novo milênio”, a Declaração estabeleceu diretrizes estratégicas para alcançar a equidade e

a justiça social por meio da implementação de políticas de saúde, educação e assistência social voltadas para crianças e adolescentes. Os principais pontos abordados na Declaração incluem: a importância estratégica de se dedicar atenção especial à infância e à adolescência como meio para alcançar um desenvolvimento humano sustentável, consolidar a democracia e promover a equidade e a justiça social; a necessidade de formular políticas e promover programas e ações que garantam o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, bem como seu bem-estar e desenvolvimento integral; o compromisso em promover e defender a democracia e o estado de direito; o pluralismo político e a identidade cultural; os direitos humanos em suas vertentes civis e políticas, econômicas, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Essa declaração também não dá destaque às meninas em seu texto, apenas quando se refere à equidade de gênero, enfatizada como um elemento crucial para apoiar o desenvolvimento humano e individual e a justiça social. Nessa mesma direção, afirma que a ampliação dos sistemas de previdência social para abranger o máximo de famílias possível e o incremento do acesso aos serviços de cuidados de saúde integral, com especial atenção às crianças, às mulheres grávidas e às mães adolescentes, são medidas fundamentais. O Brasil é um dos signatários dessa declaração. No entanto, é importante salientar que esse documento não possui caráter jurídico vinculativo.⁴⁸

Como se observa, o conjunto de documentos internacionais apresentados está voltado para o respeito aos direitos humanos fundamentais, o que é reforçado pela CF 88 e pelo ECA, como será analisado a seguir.

⁴⁸ Ter caráter jurídico vinculativo significa que um documento, como um tratado ou uma lei, tem força legal e pode ser aplicado ou imposto. Em outras palavras, as partes envolvidas estão legalmente obrigadas a cumprir as disposições estabelecidas no documento.

2.1.3 Marcos normativos da Política de Atendimento Socioeducativo a adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional no Brasil

1988: A Constituição de 1988 e os direitos humanos de crianças e adolescentes

A Constituição de 1988 estabelece os direitos e liberdades fundamentais dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as), reconhecendo a dignidade da pessoa humana como um dos princípios basilares do Estado brasileiro, e a criação de órgãos e instituições responsáveis pela proteção e promoção dos direitos humanos.

Ela consagra também uma série de direitos individuais, sociais, econômicos e culturais, que garantem a proteção e a promoção dos direitos humanos para todas as pessoas, independentemente da idade, abordando ainda a não discriminação em razão do sexo. Isso significa que o sexo não pode ser usado como base para discriminação com o objetivo de criar desigualdades substanciais entre homens e mulheres, o que se aplica aos meninos e às meninas em quaisquer circunstâncias. Assim, os direitos das mulheres estabelecidos na CF 88 se estendem igualmente às adolescentes. Isso inclui a igualdade de direitos, a proteção no mercado de trabalho e a repressão à violência doméstica. Portanto, as adolescentes no Brasil estão protegidas tanto pelos direitos gerais concedidos a todas as mulheres quanto pelos direitos específicos concedidos às crianças e adolescentes pela CF 88.⁴⁹

O Brasil, como signatário da Declaração dos Direitos da Criança, incorporou princípios na instalação do governo democrático de direito, em sua Constituição Federal, promulgada em 1988, na qual estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar diversos direitos às crianças e adolescentes.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos. (Brasil, 1988).

⁴⁹ A Constituição Federal brasileira de 1988 (CF 88) estabeleceu vários direitos fundamentais para as mulheres, incluindo: a) igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres (artigo 5º da CF 88); b) proteção no mercado de trabalho com a proibição da discriminação por sexo ou estado civil nesse campo (artigo 7º, CF 88); c) licença maternidade, garantindo à gestante uma licença sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias (artigo 7º, XVIII da CF 88); d) repressão à violência doméstica, com expressa declaração da obrigação do Estado a reprimir a violência contra as mulheres no âmbito das relações familiares (artigo 226, § 8º da CF 88); e) igualdade no âmbito familiar, eliminando a figura do homem como chefe da relação conjugal e estabelecendo igualdade entre homens e mulheres.

1990: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9069/1990

Assim, em 1990, o ECA promoveu importantes inovações ao abordar crianças e adolescentes como legítimos de direitos.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (Brasil, 1990).

Após o ECA, crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis em caso de cometimento de atos infracionais; contudo, são sujeitos de medidas socioeducativas ou internação em estabelecimentos educacionais por até três anos, devendo essa medida ser aplicada em casos graves. Em seu artigo 103, o ECA considera como ato infracional a conduta da criança e do(a) adolescente descrita como crime ou contravenção penal. Outra atualização importante trazida pelo ECA é a substituição do termo “menor” que era utilizado de forma discriminatória, numa tentativa de extinguir a carga de preconceitos que havia anteriormente.

Essa visão de garantia de direitos, inaugurada com a Doutrina da Proteção Integral, revoga, pelo menos do ponto de vista formal, a discriminação sobre crianças e adolescentes pobres envolvidos(as) com delitos, antes percebidos(as) como ameaça ou em situação irregular, e agora como sujeitos de direitos.

O novo olhar sobre as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos propõe o reconhecimento de sua singularidade e de novas práticas de atenção à questão do ato infracional, orientando assim a construção de políticas e formas de gestão mais integradas, visando assegurar a integralidade do atendimento aos seus direitos.

A política de atendimento no ECA consiste em uma série de ações e programas destinados a assegurar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e

social desse segmento. Nessa normativa a política de atendimento deve ser executada de forma articulada entre as esferas governamentais, com a participação da sociedade civil e de órgãos especializados. Além disso, deve ser pautada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, do respeito à diversidade, da não discriminação, do direito à convivência familiar e comunitária, entre outros. Dentre as principais diretrizes da política de atendimento previstas no ECA que têm fundamental importância para a organização do atendimento socioeducativo, destacam-se:

Descentralização e participação: organização da política de atendimento de forma descentralizada, com participação dos governos federal, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil e das famílias, por meio de conselhos de direitos e tutelares.⁵⁰

Municipalização: priorização da atuação dos municípios na oferta de serviços e programas de atendimento, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais. Incluindo aqui a municipalização da gestão e execução das medidas socioeducativas em meio aberto – liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade –, assumidas pela política pública de assistência social desde o ano de 2008.

Intersetorialidade: articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social, segurança, justiça, cultura e esporte, visando à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Plano Nacional, Estaduais e Municipais: estabelecimento de planos específicos para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com a participação da sociedade civil. Imprescindíveis para organizar a política no território, promovendo a integração entre as medidas socioeducativas em meio aberto e em privação da liberdade, bem como entre o SGDCA em todas as esferas.

De natureza híbrida, medidas socioeducativas têm caráter sancionatório-punitivo quanto à imposição, e pedagógico-educacional quanto à execução (Frasseto, 2006).

Uma evolução natural da sociedade na qual, cada vez mais pessoas se aproveitam da medida socioeducativa aplicada e esses delitos que se extinguem quando o infrator completa 21 anos para, dessa forma, acobertar ou até mesmo praticar diversos crimes com a certeza de que, se condenados, terão brevemente a liberdade e,

⁵⁰ Como veremos mais adiante no Capítulo 3, a promulgação do ECA coincide com o andamento das medidas de reforma do Estado, que remanejaram atividades e funções antes sob execução da União para os estados e os municípios, com particular expressão no caso da descentralização do atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro.

por tais medidas não possuírem natureza de pena, terão suas fichas limpas, beneficiando-se, dessa forma, para cometerem outros crimes e não terem antecedentes criminais. (Aquino, 2012, versão online).

O caráter educativo das punições nos remete ao poder disciplinar apresentado por Foucault (1975), em que se busca a normalização dos agentes, fazendo-os funcionar em conformidade com a norma, punindo os(as) desviantes e recompensando os(as) normalizados(as). Sob esse aspecto, a disciplina pode ser vista como uma técnica, a partir da qual se moldam padrões de comportamento por meio de uma pedagogia voltada para a manipulação do corpo, visto como o elemento-chave do poder disciplinar.

Por mais que, para o senso comum, medidas socioeducativas e penas possam ser conceitos sinônimos, na prática eles são bem distintos entre si. O direito da criança e do(a) adolescente é bem estruturado do ponto de vista da doutrina e da jurisprudência com vistas ao ato infracional. A sua estrutura é diversa do Código Penal que trata dos crimes e delitos cometidos por adultos(as). Contudo, não se pode negar a existência de um diálogo entre ambos.

Em conformidade com o ECA, as medidas socioeducativas são:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII- qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

2º Em hipótese alguma, e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. (Brasil, 1990).

O tratamento destinado aos(às) adolescentes infratores(as) é tema de grande relevância para a Assembleia da ONU. Diante de tais medidas, adolescentes autores(as) de atos infracionais quando adentram as instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade, o fazem após determinação proferida pelo(a) juiz(juíza) da Vara da Infância e da Juventude. Isso os(as) difere dos(as) demais adolescentes, tendo em vista estarem subordinados(as) às normas de uma instituição e privados(as) e ou restritos(as) de ir e vir.

Dos diversos artigos do Estatuto que tratam dos direitos dos(as) adolescentes em privação de liberdade, salienta-se o artigo 94 no qual as entidades que desenvolvem programas de internação são instadas a observar os direitos e garantias fundamentais de que são titulares os(as) adolescentes na execução da medida socioeducativa de internação.

Essas obrigações são projetadas para garantir os direitos dos(as) adolescentes, sem restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; entre elas:

- a) As entidades são obrigadas a oferecer atendimento personalizado em pequenas unidades e grupos reduzidos, preservando a identidade do(a) adolescente e proporcionando um ambiente de respeito e dignidade. Elas devem se esforçar para restabelecer e preservar os vínculos familiares do(a) adolescente, comunicando à autoridade judiciária os casos em que o reatamento dos vínculos familiares se mostre inviável ou impossível.
- b) As instalações físicas devem ser adequadas em termos de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, e devem ser fornecidos os objetos necessários à higiene pessoal. Além disso, as entidades devem fornecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos(as) adolescentes atendidos(as).
- c) Os cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos são obrigatórios, assim como a escolarização e a profissionalização. As entidades também devem proporcionar atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como assistência religiosa àqueles(as) que desejarem, de acordo com suas crenças.
- d) Cada caso deve ser objeto de um estudo social e pessoal, sendo reavaliado periodicamente com um intervalo máximo de seis meses. Os resultados dessas reavaliações devem ser comunicados à autoridade competente. Além disso, o(a) adolescente internado(a) deve ser informado(a) periodicamente sobre sua situação processual.
- e) As autoridades competentes devem ser informadas sobre todos os casos de adolescentes portadores(as) de moléstias infectocontagiosas. As entidades também devem fornecer um comprovante de depósito dos pertences dos(as) adolescentes e manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos(as).
- f) É obrigatório providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles(as) que não os tiverem. Além disso, as entidades

devem manter um arquivo de anotações no qual constem dados que possibilitem a identificação do(a) adolescente e a individualização do atendimento.

Por fim, as entidades precisam ter profissionais capacitados(as) para reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos. Observa-se entre eles, a influência da normativa internacional de proteção dos direitos humanos analisada anteriormente.

Em 1996, o Conanda aprovou as *Resoluções nº 46 e 47*, importantes para a organização da política de atendimento socioeducativo, abordando especificamente as medidas de internação e semiliberdade:

Resolução nº 46, de 29 de outubro de 1996, regulamenta a execução da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre outros aspectos definiu a capacidade máxima de 40 (quarenta) adolescentes por unidade.

Resolução nº 47, de 6 de dezembro de 1996, regulamenta a execução da medida socioeducativa de semiliberdade, a que se refere o art.120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo que essa deve ser executada durante o dia com a realização de atividades educativas, profissionalizantes e de lazer, sob acompanhamento e controle de equipe multidisciplinar especializada e, sempre que possível, posterior encaminhamento ao convívio familiar no período noturno.

2004: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI)

Por meio da Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014, o Ministério da Saúde redefine as diretrizes da *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI)*, incluindo o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelecendo novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.

Essa Política representa um avanço na garantia dos direitos e na promoção da saúde desse grupo vulnerável. Ela busca superar as lacunas existentes no sistema de saúde, oferecendo uma abordagem integrada e inclusiva, que considera as necessidades específicas e os direitos desses(as) adolescentes.

É uma iniciativa que busca garantir o acesso à saúde e promover a integralidade do cuidado para adolescentes que estão em “conflito com a lei”. Essa política reconhece a necessidade de uma abordagem diferenciada e específica para esse grupo, considerando suas particularidades e o contexto em que se encontram, a privação da liberdade.

A principal premissa da PNAISARI é a proteção dos direitos dos(as) adolescentes em conflito com a lei, “em regime de internação e internação provisória, incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado” (Brasil, 2014), garantindo-lhes o direito à saúde, bem como o acesso a serviços de qualidade e ações voltadas para a prevenção, promoção, recuperação e reabilitação da saúde. O objetivo central é promover a inclusão social desses(as) adolescentes, possibilitando a sua reinserção social por meio do cuidado integral à saúde.

A PNAISARI se baseia em princípios fundamentais, como a equidade, a integralidade, a universalidade, a participação social e a intersetorialidade entre as políticas públicas. Isso significa que a atenção à saúde desses(as) adolescentes deve ser pautada pela igualdade de acesso, pela abordagem global e abrangente das suas necessidades, pela cobertura a todos(as) desse grupo, pela participação ativa da sociedade civil na formulação e implementação das ações e pela integração de diferentes setores, como saúde, justiça, assistência social e educação.

A PNAISARI prevê a criação de serviços especializados, com equipes multiprofissionais capacitadas para atender às necessidades específicas desses(as) adolescentes. Essas equipes devem desenvolver ações de prevenção, promoção e assistência à saúde, além de estabelecer parcerias com outros setores e organizações da sociedade civil.

Além disso, a política reconhece a importância da educação em saúde e da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos para esse grupo. Ela propõe ações de educação em saúde voltadas para a prevenção de doenças, o incentivo a estilos de vida saudáveis e a promoção do autocuidado. Também são previstas ações específicas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, visando a informação, a prevenção de gravidez precoce e a redução de doenças sexualmente transmissíveis.

Em que pese o fato de ser uma Portaria Interministerial conjunta, envolvendo o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, a primeira edição da PNAISARI, do ano de 2004, pouco tratou das meninas ou das adolescentes do sexo feminino, não

abordando a questão da maternidade e dos cuidados básicos da saúde das meninas.

E o papel definido para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na PNAISARI em sua primeira versão, em 2004, é bem significativo para a implementação das ações como se observa nos artigos em destaque:

Art. 3º Para a implementação das ações, o Ministério da Saúde, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, as Secretarias Estaduais de Saúde, as secretarias gestoras do sistema socioeducativo, e as Secretarias Municipais de Saúde poderão estabelecer, parcerias, acordos, convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, bem como com organizações não-governamentais, regularmente constituídas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitados os critérios definidos no artigo 91 do ECA, e que detenham experiência de trabalho com adolescentes, em conflito com a lei.

(...)

Art. 6º Compete à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres alocar recursos para o financiamento da capacitação, em gênero, dos adolescentes e dos profissionais envolvidos no atendimento aos adolescentes em regime de internação e internação provisória.

Art. 7º O processo de educação permanente das equipes de saúde e dos profissionais das unidades de internação e internação provisória será cofinanciado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde.

(...)

Art. 9º Determinar que o acompanhamento da implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em regime de internação e internação provisória será realizado, em âmbito nacional, por uma Comissão de Acompanhamento, formalmente indicada e integrada por representantes das seguintes unidades:

(...)

III - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

(...)

IX - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

(...)

§ 2º A Comissão reunir-se-á quadrimestralmente para acompanhar a implementação dos Planos Operativos Estaduais e avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos, podendo propor ao Ministério da Saúde, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, às Secretarias Estaduais de Saúde, às secretarias gestoras do sistema socioeducativo, ou às Secretarias Municipais de Saúde, os ajustes que se fizerem necessários.

§ 3º A convocação e coordenação das reuniões da Comissão caberão ao Ministério da Saúde, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Art. 10, Parágrafo único. As normas para a implantação e implementação das diretrizes só entrarão em vigor após a aprovação e homologação nos fóruns de pactuação da Saúde e pelo Conselho Nacional de Saúde, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho de Direitos da Mulher. (Brasil, 2004).

A palavra gênero aparece somente uma vez no texto da Portaria de 2004, precisamente no artigo 6º ao tratar da alocação de recursos para o financiamento da capacitação em gênero.

A Portaria instituída em 2014 avança muito pouco em relação à anterior, mas inclui artigos que tratam da maternidade, como segue descrito:

Art. 10. A atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei será organizada e estruturada na Rede de Atenção à Saúde, garantindo-se:

I - na Atenção Básica:

(...)

c) o acompanhamento do pré-natal e a vinculação ao serviço para o parto das adolescentes gestantes, com atenção especial às peculiaridades advindas da situação de privação de liberdade, seguindo-se as diretrizes da Rede Cegonha;

d) o aleitamento materno junto às adolescentes, sobretudo às adolescentes puérperas e mães em situação de privação de liberdade, seguindo-se as diretrizes da Rede Cegonha; [...]. (Brasil, 2014).

Uma política de saúde voltada para as meninas deve reconhecer a importância de abordar as necessidades específicas das adolescentes em razão do seu sexo e de suas demandas particulares. Ela deve buscar garantir o acesso a serviços de saúde que considerem as particularidades e os direitos das adolescentes, promovendo a equidade de gênero no cuidado integral à saúde.

Importante reconhecer que as adolescentes do sexo feminino podem enfrentar desafios adicionais devido à interseção entre a sua condição de adolescente em privação de liberdade e sua identidade ou expressão de gênero. Entre outros aspectos isso inclui considerarmos o rol de atividades que integram a ação socioeducativa, a presença de violência de gênero, da discriminação em razão de sua identidade de gênero, e o acesso limitado à educação sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

Para abordar essas questões, a política de saúde deve propor ações específicas voltadas para as adolescentes do sexo feminino. Nesse sentido, é importante a implementação de serviços de saúde especializados, com equipes capacitadas para lidar com as necessidades específicas das meninas, com atendimento psicossocial, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, contracepção e saúde sexual e reprodutiva. Além disso, faz-se necessário promover ações de prevenção da violência de gênero, estimulando a autonomia das adolescentes e ações de capacitação de profissionais de saúde, com ênfase na sensibilização e na compreensão das questões de gênero e de violência contra as mulheres.

Não é objeto de estudo desta tese o aprofundamento de como se deu a implementação da PNAISARI no Brasil, mas esse tema merece ser analisado, em especial porque havia desde o início uma previsão de integração entre a política de direitos das mulheres e a política de direitos da criança e do(a) adolescente, mediada pela área dos direitos humanos.⁵¹

⁵¹ Importante chamar a atenção para a existência de uma série de atualizações da PNAISARI bem como dos cadernos de atuação realizados em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Social.

2005: Medidas em meio aberto e a política de assistência social

Outro momento importante para a política socioeducativa foi a incorporação das medidas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade no ano de 2005, com a aprovação na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB Suas).

A partir desse ano, as medidas em meio aberto passam a compor o rol dos serviços socioassistenciais da proteção social de média complexidade, sendo classificadas nesse conjunto e sua provisão devidamente definida e organizada em nível nacional, por meio da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Setores da sociedade civil reagiram com resistência em relação à municipalização do atendimento socioeducativo. Para alguns estudiosos essa medida fragmentou a política de atendimento socioeducativo,⁵² visto que a gestão dos serviços socioassistenciais e, por conseguinte, das medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade são executadas na esfera municipal, enquanto as medidas privativas de liberdade são executadas pelos estados e pelo Distrito Federal.

Decerto que a transição do atendimento, até então realizado pelos estados, não foi pacífica em algumas localidades, incluindo o Rio de Janeiro, que já apresentava certa tradição nesse sentido quando o sistema Funabem/ Fundação Estadual do Menor (FEEM) foi desmontado (Moreira, 2005).

E sim, esse é um ponto a que se deve ter atenção, vez que há uma integração entre as medidas notadamente quando há progressão do regime de privação de liberdade para o meio aberto.

2006: A Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006, do Conanda

Em 2006, Conanda estabeleceu a *Resolução nº 119/2006*, após um extenso processo de consulta nacional. Essa Resolução delineou as bases para a organização política, administrativa e pedagógica do Sinase, consolidando ainda mais a estrutura do sistema.

⁵² Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva e João Paulo Macedo, por exemplo, argumentam que a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto pode levar à fragmentação da política de atendimento socioeducativo no Brasil. Eles identificam vários obstáculos à implementação eficaz dessas medidas, incluindo a morosidade no Judiciário, a estigmatização dos(as) adolescentes, a pouca adesão da família no processo de acompanhamento, a precarização das condições de trabalho e a fragilidade na rede intersetorial municipal. Além disso, eles argumentam que o despreparo dos(as) profissionais para atuarem no campo socioeducativo, no âmbito do Creas, acaba reduzindo a dimensão política, pública e coletiva das medidas a aspectos de ordem individual, moral, comportamental e psicológica (Silva; Macedo, 2020).

A Resolução reforça as disposições das *Resoluções nº 46 e 47, de 1996*, que contêm definições específicas sobre internação e semiliberdade, respectivamente. Notavelmente, foi o primeiro documento a abordar a diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual em várias partes do texto. Isso indica uma preocupação com as especificidades dos(as) jovens, sugerindo a definição desses termos e a organização de políticas direcionadas para os grupos sociais representados.

A diversidade de gênero é abordada na citada Resolução como relacionada à identidade da pessoa humana, alinhada aos valores consagrados pela Declaração dos Direitos Humanos. Esse tema é considerado entre as 12 diretrizes pedagógicas que as entidades e os programas devem observar para orientar e fundamentar suas práticas pedagógicas.

O documento propõe que essas diretrizes sejam discutidas, conceituadas e desenvolvidas, em especial no PPP, instrumento que consolida esses aspectos do atendimento. Nessa direção, a diversidade de gênero é considerada ainda entre as seis dimensões básicas do atendimento previstas na *Resolução nº 119/2006*. Está relacionada à construção da identidade e ao sentimento de pertencimento social do(a) adolescente. Entre os parâmetros socioeducativos listados, a diversidade de gênero aparece como um eixo organizativo no qual estão agrupadas recomendações para os programas. Essas recomendações incluem fortalecer a inclusão de gênero; garantir a equidade no atendimento aos adolescentes de ambos os sexos; e promover a discussão sobre assuntos relacionados à sexualidade, reprodução, maternidade, cuidados e padrões de violência de gênero, envolvendo também os familiares e/ou responsáveis.

Observe-se que esse documento não se dirigiu especificamente às adolescentes do sexo feminino, apesar de tratar da questão da diversidade de gênero, a não ser no capítulo sobre os parâmetros arquitetônicos para as unidades de atendimento socioeducativo. É importante lembrar que, até então, no campo do atendimento à criança e ao(à) adolescente a ideia da diversidade ainda estava muito associada à questão da orientação sexual. Nessa parte a Resolução define que se deve garantir “a separação física e visual dos setores de dormitórios feminino e masculino nas Unidades de atendimento aos adolescentes de ambos os sexos” (Brasil, 2006, p. 82) e se “prever a existência de vestiário feminino e masculino” (p. 120).

2012: A Lei nº 12.594, aprovada em 18 de janeiro de 2012, Lei do Sinase

A Lei nº 12.594, sancionada em 18 de janeiro de 2012, estabeleceu o Sinase e promoveu uma reestruturação institucional no SGDCA em todas as esferas e áreas setoriais. Essa lei conferiu um papel significativo ao Sistema de Justiça, unificando os procedimentos de aplicação e monitoramento das medidas socioeducativas e atribuindo-lhe um novo papel de acompanhamento do cumprimento dessas medidas.

Adolescentes passam a receber a tutela da lei e o amparo do Estado, especialmente por sua condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, a respeito do atendimento socioeducativo, conforme preconiza a *Lei nº 12.594/2012*:

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (Brasil, 2012a).

O Sinase compõe o SGDCA, que vem a reagir à política de proteção especial e de justiça. Assim, compreende-se o(a) adolescente autor(a) de ato infracional em todo o ciclo, iniciado junto ao processo de apuração até a aplicação e execução da medida socioeducativa. Importante ressaltar que o Sinase mantém comunicação e sofre interferência dos demais sistemas que compõem o SGDCA (sejam eles relacionados à educação, saúde, justiça).

A proposta do ECA e do Sinase para a questão do adolescente autor de ato infracional é desafiadora e complexa, principalmente porque apresenta uma nova concepção de atendimento, com princípios e diretrizes inovadoras na concepção e gestão de políticas sociais, e porque busca responder simultaneamente a um fenômeno social e jurídico que envolve atores diversos. Em alguns momentos o aparato jurídico e legal parece não satisfazer os interesses da mídia e da sociedade. A cada novo cometimento de ato infracional por adolescente emergem velhos questionamentos em torno da redução da imputabilidade penal, como única resposta à questão. (Pinto; Silva, 2014, p. 142).

Dessa forma, com esse marco legal, pretende-se oferecer ao(à) adolescente infrator(a) condições para que seja cumprida as medidas às quais fora submetido(a) de forma a preservar sua integridade e a dignidade da pessoa humana. Nota-se, dessa forma, uma preocupação do(a) legislador(a) em adequar os cenários e as circunstâncias para receber o(a) adolescente. Ainda que essa preocupação exista desde a época do Império, ela estava voltada aos “danos”. Os casos

de criminalidade cometidos por crianças e adolescentes foram registrados no Código Penal do Império (1830) e, posteriormente, no primeiro Código Penal da república (1890).

O Sinase é um avanço na regulamentação do atendimento aos(às) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, e acaba por promover um reordenamento institucional em todo o SGDCA. Essa Lei também proíbe o isolamento e impõe a normatização dos regimes disciplinares que se materializam nos Regimentos Internos e nos Planos de Segurança. O tema do gênero é mencionado de forma ainda tímida no artigo sobre os princípios que regem a execução das medidas socioeducativas, afirmando a

[...] não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status. (Brasil, 2012, art. 35, VIII).

2012: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

No ano de 2012, foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme a *Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012*, do Conselho Nacional de Educação. Essas diretrizes devem ser observadas pelas instituições de ensino e consideradas na organização dos diversos instrumentos e processos do sistema de educação. Isso inclui os Planos Político-Pedagógicos (PPP), os Regimentos Escolares, os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Ensino Superior (IES), os materiais didáticos e pedagógicos, o modelo de ensino, pesquisa e extensão, a gestão e os diferentes processos de avaliação.

Em 2013, houve avanços na regulamentação de ações na área da educação voltadas para o atendimento aos(às) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional. Isso foi realizado por meio da *Nota Técnica nº 38/2013* do Ministério da Educação, que forneceu orientações às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*, que instituiu o Sinase.

2013: Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo (2013-2023)

No ano de 2013, o Conanda aprovou o *Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo* (2013-2023). Esse plano prevê ações em quatro eixos principais: educação, saúde, assistência social e cultura. Além disso, inclui ações voltadas para a educação profissional e o esporte para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que visam orientar as demais unidades da federação na organização de suas políticas.

O plano previu dois períodos de implementação. O primeiro período (de 2014 a 2015) compreendeu as implantações sugeridas nesse documento, formulação dos Planos Estaduais e Distrital do Plano Decenal, bem como a primeira avaliação nacional do Sinase. O segundo período teve a duração de quatro anos (de 2016 a 2019) e representou um marco importante para a assimilação e aderência ao SGDCA. Como parte desse esforço, em 2015 foi criada a Escola Nacional de Socioeducação (ENS), com funcionamento descentralizado em núcleos estaduais. A iniciativa objetiva promover ações de treinamento e capacitação para melhor implementação do Sinase no SGDCA.

Importante realçar que esse plano foi construído na conjuntura de disputas políticas e jurídicas travadas no contexto social, em torno de perspectivas garantistas, fundamentadas na Doutrina da Proteção Integral, mas também sob a influência dos chamados menoristas, os quais pretendiam manter elementos característicos da Doutrina da Situação Irregular, baseada na lógica dos códigos de menores, que traz em sua essência a defesa de práticas correccionais e repressivas.

2014: A Escola Nacional de Socioeducação

Em atenção à diretriz que aborda a necessidade de formação continuada dos que operam no atendimento socioeducativo, conforme disposto no item 6.12 da *Resolução nº 119/2006* do Sinase, a instituição da ENS, no âmbito da Coordenação Geral do Sinase/SDH-PR, por meio da *Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2014*, foi um importante marco para a implementação da política de atendimento socioeducativo. A formação dos(as) trabalhadores(as) que atuam com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é central para a efetivação dos princípios, diretrizes e metas da política.

A ENS é uma resposta às demandas de formação continuada dos(as) trabalhadores(as) e gestores(as) da área nas diversas unidades da federação e tem como principal documento norteador os *Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares da Escola Nacional de Socioeducação*, aprovados pelo Conanda,

com fundamentos na *Resolução nº 119/2006* e no *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução nº 160/2013)* ambos aprovados por esse mesmo conselho.

Os parâmetros curriculares estão organizados em três núcleos que ofertam a formação por meio do uso de metodologias de ensino de educação a distância e semipresenciais:

Núcleo Básico, compreendendo seis eixos para a adolescência e juventude: questões contemporâneas; políticas públicas e marco legal da socioeducação no Brasil; metodologia do atendimento socioeducativo; orientações pedagógicas do Sinase; parâmetros de gestão do atendimento socioeducativo; e parâmetros de segurança no atendimento socioeducativo.

Núcleo Específico, “formado por cursos de extensão que necessitam ser estudados caso a caso, gerando infinitos temas como possibilidade de estudo” (p. 11), a partir de demandas locais.

Núcleo de Especialização, que oferta cursos com carga horária mínima de 360 horas, nos quais estão incluídas as disciplinas cursadas e a produção da monografia ou publicação como exigência, sobre temas abordados no Núcleo Básico ou Específico.

Gênero, orientação sexual e diversidade sexual estão entre os temas abordados no Eixo 1 do Núcleo Básico e no Núcleo Específico, mas não aparecem em nenhuma das ementas dos Módulos do curso Matriz de Formação do Sinase, ofertado nos anos 2014 e 2015, o que pode sugerir a invisibilidade das meninas no processo de formação. Importante informar que esse curso ainda é ofertado atualmente com o mesmo conteúdo, permanecendo como um projeto de extensão universitária.

O site da ENS informa que todas as unidades da federação apresentavam alguma iniciativa de criação dos Núcleos Gestores Estaduais da Escola Nacional de Socioeducação. Esses Núcleos têm sido fundamentais para a construção de conhecimento específico sobre a socioeducação no país e o alinhamento de conceitos, bem como para a atualização permanente dos(as) trabalhadores(as). No Rio de Janeiro, o Núcleo Gestor Estadual foi instituído pela *Portaria nº 183, de 13 de abril de 2015*, do Degase.

2016: Resolução nº 180, de 20 de outubro de 2016, do Conanda

A *Resolução nº 180/2016*, aprovada pelo Conanda, abordou especificamente a igualdade de direitos entre os sexos. Seu objetivo era superar as situações que impedem o pleno desenvolvimento das meninas e as violações e violências que elas sofrem devido às questões de gênero.

No entanto, essa Resolução não contribuiu significativamente para avanços na política em relação ao atendimento às meninas, às suas especificidades e a uma discussão efetiva de gênero. Limitou-se à afirmação da igualdade.

O debate sobre saúde sexual e reprodutiva da mulher e o enfrentamento à violência alcançou timidamente a política de direitos da criança e do(a) adolescente. As políticas na área da saúde avançaram, e a assistência social passou a atender aos casos de violência pelo Centro de Referência de Assistência Social (Creas). Ou seja, havia um debate sobre saúde e prevenção à violência que se concretizou em políticas públicas. Porém, na área da segurança pública, a política antidrogas resultou em um aumento do encarceramento de mulheres e meninas.

2018; A maternidade e a privação de liberdade no cumprimento da medida socioeducativa de internação

O tema da maternidade de adolescentes no contexto da privação de liberdade é tratado como objeto de estudo ou tema afeto à condição das meninas em privação de liberdade em diversos artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado no Brasil, sejam as demandas relacionadas à gestação, ou mesmo o exercício da maternidade após o nascimento da criança.

Contudo, o debate começou a chamar mais atenção da sociedade e exigir ações efetivas de proteção da mãe e dos seus filhos após a concessão do Habeas Corpus coletivo nº 143.641, pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos. No ano de 2018, o documento determinou que as adolescentes provisoriamente privadas de liberdade que estejam gestantes, amamentando ou que sejam mães de crianças com deficiência tenham o direito de aguardar o julgamento dos seus processos em casa. Contudo, o Instituto Alana demonstra com dados que, no ano de 2020, em plena pandemia pela contaminação de Covid-19, essa decisão ainda estava sendo descumprida:

Em setembro de 2020, em todo o país, havia 101 adolescentes gestantes, lactantes ou mães de crianças pequenas inseridas no sistema socioeducativo, de acordo com levantamento realizado a partir de informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo projeto Justiça Juvenil, do programa Prioridade Absoluta. Dentre essas, 11 gestantes, 12 lactantes e 78 mães. Das 101 adolescentes, 70 estavam cumprindo medida socioeducativa em privação de liberdade, 16 em semiliberdade e 15 em internação provisória. Esses números, somados à crise sanitária ocasionada pela covid-19, alertam para a urgência de garantir o direito de mães e crianças encarceradas.

2018: Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018, do Conanda

Em 2018, o Conanda avança na garantia dos direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade, aprovando a *Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018*, pautada nas Regras de Bangkok (regras da ONU para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras) e em outras legislações de interesse da criança.⁵³

2022: Resolução nº 233, de 30 dezembro de 2022, do Conanda

No dia 17 de dezembro de 2020, uma Resolução foi aprovada para definir diretrizes de atendimento a adolescentes privadas de liberdade no Sinase. No entanto, o documento enfrentou críticas e interpretações por parte de representantes do governo federal à época e de setores conservadores da sociedade que desqualificavam o trabalho do Conanda. A Resolução foi elaborada com ampla participação social, incluindo consulta pública e contribuições, visando abordar problemas como violência sexual, racismo, falta de absorventes e suspensão de visitas em unidades socioeducativas femininas, conforme relatado pelo MNPCT desde 2015. O documento, com 57 artigos, destacava as violações enfrentadas por meninas nas unidades socioeducativas estabelecendo medidas como fornecimento de absorventes, acompanhamento por agentes socioeducativas mulheres para evitar violência sexual, proibição de videomonitoramento em locais de troca de vestimenta, e garantia de acesso à educação, saúde, e medidas de combate ao racismo e discriminação de gênero, incluindo atenção especial a adolescentes gestantes e mães, capacitação de funcionárias, e promoção da saúde física e mental.

Aprovada em 30 de dezembro de 2022, a Resolução nº 233 do Conanda evidenciou as meninas e suas especificidades no contexto do socioeducativo.

Fundamentada em documentos e instâncias internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário ou membro, e no marco normativo nacional que trata dos direitos fundamentais de adolescentes em privação de liberdade,

⁵³ Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 1984, no art. 83, § 2º; 2009 - Resolução nº 4, de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e, o Habeas Corpus coletivo nº 143.641; 2014 - a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), instituída pela Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210/2014; 2015 - a Portaria GM/MS nº 1.130 de 2015, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Aleitamento Materno (PNAISC); 2015 - a Portaria nº 1.459 de 2011 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Rede Cegonha; 2016 - o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 2016, alterou o art. 318, incisos IV e V do Código de Processo Penal, Decreto-Lei nº 3.689, de 1941; 2017 - a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), atualizada nas Portarias de Consolidação nº 2 e nº 6, de 2017.

com ênfase nas questões relacionadas aos gêneros, a Resolução evocou princípios internacionais de não discriminação de sexo, cor, orientação sexual, identidade sexual e igualdade de direitos, entre outros, além de reforçar a importância da prevenção e do combate à violência em razão da diferenciação entre os gêneros.

As abordagens sobre o período anterior a 1990 possuem caráter de recuperação histórica de um debate que já está consolidado para alguns(algumas) autores(as), em especial aqueles(as) que em seus estudos deram visibilidade às adolescentes nos sistemas de atendimento público. Esse resgate histórico apresenta também o objetivo de demarcar os períodos em que se produziram as propostas de mudança para a organização das políticas públicas direcionadas ao atendimento de adolescentes infratores(as), que servem como referências para a análise da efetividade buscada na produção de políticas públicas.

2.2 Adolescentes e a infracionalidade

Uma questão que assola grande parte das famílias e a sociedade de forma geral diz respeito às práticas e escolhas dos(as) adolescentes. Aqueles(as) que vão para o mundo da infracionalidade, o fazem com qual motivação? Quem é esse(a) adolescente? Para responder a essas questões é preciso um resgate da história, destacando os momentos em que se foi construindo a imagem da criança e do(a) adolescente marginais e marginalizados(as), excluídos(as), segregados(as) a determinados caminhos.

Faz-se então, necessário entender como ocorreu a organização social no Brasil, especialmente a partir da colonização e da abolição da escravização, baseada em relações hierarquizadas em razão da classe social, do gênero e da cor da pele, decorrendo daí diversas formas de desigualdade e opressão, características de uma sociedade desigual.

Assim, não existe uma única resposta para àquela pergunta. Qualquer entendimento sobre quem são esses(as) adolescentes e quais são suas motivações exige um estudo que transite por diversos fatores de cunho social, condições históricas, mercado de trabalho, relações familiares, entre tantos outros.

Essa observação acerca dos universos simbólicos que perpassam os modos de subjetivação de crianças e adolescentes é pertinente, tendo em vista que é no dia a dia dessas vivências das relações de gênero, em contextos específicos, que se viabilizam, por meio das inquietações, as novas formas de resignificação.

De acordo com os estudos de Ikumi, Kodato e Sanches (2013), as representações sociais de conduta delituosa formuladas por adolescentes em conflito com a lei estão ancoradas na compreensão do fenômeno da violência como potência. E, dentro desse cenário, o ato infracional é visto como uma ação agressiva contra a sociedade; de alguma forma, esses(as) adolescentes percorreram várias trajetórias institucionais sem serem sensibilizados(as) a ponto de modificar suas condutas infratoras em condutas socialmente aceitas.

As pesquisas de Becker (2003) apontam que:

As desigualdades e a injustiça social se refletem profundamente na adolescência. O jovem de classe mais pobre já chega à adolescência com grandes desvantagens: atravessa-a com muita dificuldade, frequentemente sem poder nem sequer pensar em conflitos familiares, sexuais ou mudanças no corpo, pois têm necessidades básicas mais prementes a serem resolvidas, como conseguir roupa e comida; e suas perspectivas e opções para o futuro são muito limitadas. (Becker, 2003, p. 59).

Apesar dos avanços na compreensão da adolescência, ainda é possível identificar certa inclinação para caracterizar esse período como um momento no curso de vida, repleto de dificuldades, conflitos, alterações constantes de humor e comportamentos de risco (Senna; Dessen, 2012).

Indo para além dos conceitos e das perspectivas do termo “adolescente”, vemos que os estudos de Arruda (2011) nos apresentam um retrato das adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no estado da Bahia, retrato esse que reflete a vulnerabilidade delas diante do sistema prisional. Em sua tese de doutorado, Arruda (2020), a partir de um estudo nas Ordenações Filipinas, retrata o abandono das crianças libertas pela *Lei do Ventre Livre* e como essas crianças e adolescentes pobres e pretos(as) vão sendo relegados(as) à marginalidade e invisibilidade e enredados(as) no processo de seletividade penal.

Nunes de Oliveira (2022) aponta que jovens, pobres e periféricos(as), sobretudo negros(as) e oriundos(as) das favelas são constantemente envolvidos(as) em cenas de extermínio e encarceramento. A autora aduz que a marginalização e o controle dos grupos sociais mais vulneráveis “são as velhas fórmulas punitivas do cenário brasileiro como estratégias de controle punitivo pelas expressões de violência urbana e institucional em conflitos pautados pela discriminação” (Nunes de Oliveira, 2022, p. 197).

Essas práticas nos convidam a pensar que o Estado vê como puníveis, culpáveis e alvos das atuações de controle pessoas (em grande maioria do sexo masculino), de pele escura e com baixo nível de escolaridade. Por isso, deve o

Estado retirar tais pessoas do convívio social, como se todos fossem de grande periculosidade para a sociedade.

Quando voltamos os olhos para esses(as) adolescentes, notamos muitos meninos e poucas meninas que parecem invisíveis.⁵⁴ Por um lado, são minoria em relação aos meninos e, por outro lado, nota-se uma não atenção (por parte das instituições) às peculiaridades do sexo feminino em relação ao masculino. Assim, notam-se instituições que não respeitam o corpo feminino ali privado de suas necessidades.

Tendo como pano de fundo as distinções de trajetórias baseadas no sexo dos(as) adolescentes, evidencia-se o controle estatal sobre os corpos das jovens, nos mais diversos âmbitos.

A adoção da perspectiva de gênero na análise dos atos infracionais e das condições do processo de socioeducação possibilita a construção de subsídios para um impacto mais amplo das políticas públicas, uma vez que também envolvem estratégias de prevenção ao aumento da população feminina nos presídios.

A compreensão dos perfis e das dinâmicas sociais das adolescentes configura uma relevante ferramenta para adaptar e ajustar as práticas e metodologias de atendimento do meio de internação que influenciam nas percepções e trajetórias das adolescentes após o cumprimento das medidas.

Na definição de Pereira (2004) o aumento da pobreza, miséria, desigualdade social e a diminuição das perspectivas de melhoria de vida corroboram para o aumento do desemprego e da própria violência e criminalidade. Não é possível fazer uma análise circunstancial da questão que envolve meninas autoras de atos infracionais sem uma análise de cunho histórico, ressaltando, inclusive, a evolução do papel da mulher na sociedade.

Destarte, Junqueira (2016) salienta que o cotidiano das adolescentes é marcado por dificuldades e restrições aos serviços públicos, além de um cotidiano de cerceamento com controle dos espaços de moradia por traficantes. Ressalta ainda que a adolescente pobre e negra não tem seus direitos respeitados, na medida em que o Estado só se apresenta para lhe impor o dever de cumprir medidas socioeducativas e determinações judiciais repressivas, endossando que direitos como “educação, saúde, assistência social, lazer e proteção integral ainda são

⁵⁴ O conceito de “invisibilidade” refere-se à maneira como as mulheres muitas vezes são ignoradas ou negligenciadas na sociedade, tanto em termos de reconhecimento de suas contribuições quanto de suas necessidades e experiências. Já o conceito de “secundarização” refere-se à marginalização sistemática das mulheres nos mais variados espaços de atuação (na sociedade em geral, na política, na economia entre outros). Ambos os conceitos são abordados no Capítulo 1 desta tese.

precárias e distante da realidade vivenciadas por esses jovens” (Junqueira, 2016, p. 147).

Levantamentos realizados no Brasil mostram que as condições de aplicação das medidas socioeducativas têm sido inadequadas à promoção do desenvolvimento dos(as) jovens (Brasil, 2002).

O estudo de Bazon (2002) revela que o enfoque socioeducativo não se sobrepôs ao correccional-repressivo e assistencialista. De forma que, mesmo representando um avanço, o ECA e o Sinase ainda necessitam evoluir quanto a essas questões. Por mais que sejam distintos, o dispositivo da medida socioeducativa se assemelha aos princípios do encarceramento, o que exige maior reflexão, a partir da linha tênue que separa ambos.

A legislação brasileira passou por alterações desde a década de 1940 até a redemocratização do país (Vilella, 2020). No período entre 1942 e 1964, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) estreou um modelo de atendimento do tipo correccional-repressivo, por meio de unidades de reclusão, conhecidas como “universidades do crime” (Potengy, 2007).

A mudança de paradigma da assistência à criança e ao adolescente impõe ao Estado a obrigação de que ele esteja permanentemente equipado a prestar esse serviço, exigindo um reordenamento institucional, pois ao Estado cabe a proteção à vida e à saúde, mesmo antes do seu nascimento. (Ferreira, 2012, p. 25).

No ano de 1964, foi implementada a Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNABEM), em nível federal, e seus desdobramentos em nível estadual, as Febem. Tais instituições tinham a função de encarcerar os(as) “menores” quando encontrados(as) perambulando.

No ano de 1979, após críticas e a mobilização da sociedade civil, houve o desfazimento do regime militar, mas a PNABEM permaneceu e outro Código de Menores fora elaborado.

Esta mudança de terminologia só mudaria na década de 1980, quando a Carta Constitucional de 1988 trouxe em seu bojo o artigo 227, baseada nos postulados da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aquela que detonou o processo que culminou na elaboração de uma nova lei (Lei 8.069/90), o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, revogando assim o Código de Menores de 1979 e a antiga nomenclatura. Por esse motivo, ao longo de todo o trabalho, buscar-se-á empregar a terminologia criança e adolescente como designativo do nosso objeto de estudo, desvinculado do termo menor, que era empregado ao longo dos séculos XIX e XX. (Dávila, 2011, p. 29).

A PNABEM se manteve até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento de uma nova política para a infância e a adolescência, expressa no ECA.

Em 1980, a violência praticada contra os menores tem destaque no campo não institucional, o que ficou conhecido por “extermínio de menores”, em que a quantidade de mortes por assassinato de meninos de rua desenvolveu-se por todo o Brasil. (Freitas; Ramires, 2010, p.5).

De um modo geral, admite-se que o ECA é uma “lei maravilhosa”, “muito avançada”, mas que talvez não seja possível de incorporar-se à cultura brasileira, aí incluída a cultura institucional do aparato policial, assistencial e jurisdicional, mas, para além disso, tem-se questionado até mesmo a sua própria funcionalidade, nesse contexto. (Lamônica, 2004, p. 4-5).

Ciarallo e Almeida (2009) pontuam que a legislação permitia que toda criança que se encontrasse em situação identificada pelo Estado como “irregular” fosse retirada de suas casas e levada para orfanatos e abrigos. Assim, entendia-se, naquele momento, que a condição “irregular” era devido a um abandono generalizado, por parte de seus responsáveis, o que acarretava uma associação entre carência, desorganização familiar e ato infracional. Assim, nota-se uma espécie de “controle da pobreza” (Ciarallo; Almeida, 2009), fazendo-se oportuno tratar aqui de questões acerca das ideias de disciplina, poder e segurança, presentes nos estudos de Foucault (1975) e de Goffman (2003).

Segundo Goffman (2003), as instituições totais são aquelas que se caracterizam por serem estabelecimentos fechados, que funcionam em regime de internação, e nas quais um grupo relativamente numeroso de internados(as) vive em espaço integral. Essas instituições totais não permitem qualquer contato entre o(a) internado(a) e o mundo exterior, inclusive, porque o objetivo é desligá-lo(a) do mundo originário, de forma que absorva totalmente as regras internas.

Essa classificação não pretende ser completa, totalmente clara nem definitiva. É possível traçar um perfil geral a partir dessa lista de instituições, mas esse esquema não parece ser exclusivo delas e nem todos os traços se aplicam a todas elas (Goffman, 2003, p. 16-17).

Foucault (1975), ao tratar das instituições de sequestro, não se restringiu somente a espaços confinados. O pensador estendeu a espaços abertos, tais como fábricas, escolas e quartéis, pois também são espaços onde o(a) sujeito(a) permanece confinado(a) mediante um objetivo, tarefa ou castigo (Albano, 2005).

Na década de 1970, quando ainda vigorava o Código de Menores, Bidarra e Oliveira (2008) ressaltam que a chamada “doutrina da situação irregular” não distinguia o(a) menor infrator(a) do(a) menor abandonado(a).

Pode-se inferir que o Código de Menores de 1979, na verdade, prolongava a filosofia menorista do código de 1927, e representava os ideais dos militares que estavam em crise, não correspondia aos interesses da sociedade e nem das crianças e adolescentes, pois se fundamentava nas diretrizes da Política Nacional de Bem-Estar do Menor. (Bidarra; Oliveira, 2008, p. 161).

Os(as) adolescentes estavam em situação irregular quando em condições consideradas fora dos padrões de organização social da época, segundo o Código de Menores, e no qual um(a) juiz(juíza) tinha ao mesmo tempo o poder da tutela e da punição.

Ser pobre e não ter como sustentar os(as) filhos(as) levava à institucionalização de menores de 18 anos e, conseqüentemente, à alienação parental. Crianças e adolescentes “perambulando” sozinhos(as) pelas ruas, em lugar de estarem nas escolas, eram vistos(as) como ameaças à sociedade e, também institucionalizados(as).

Em verdade, incomodam por trazer à tona nossa miséria cotidiana. Exemplificam o rosto de um país que não soube construir uma história ética pautada no respeito humano. Imersos em uma voraz lógica de mercado, os respeitáveis “cidadãos brasileiros” não param para pensar o porquê de aquelas crianças estarem perambulando pelas ruas, e quais são as conseqüências perversas do olhar negativo e raioso que lançam sobre elas. Assim, constrói-se uma visão equivocada em que se mascaram como exceção as reais características de um país marcado pela desigualdade e crescente pauperização de sua população. Afinal, qual o perfil da maioria das crianças e adolescentes brasileiros, e até onde se diferencia dos rostos dos “pivetes” que circulam pelas cidades? (Pereira Júnior, 1992, p.14).

Desse modo, os estudos de Pereira Júnior, corroborando com ensinamentos de Rizzini (2022, p. 24), são firmes em apontar que o marco dessa transformação de concepção do “menor” para a de “sujeito de direitos” foi a substituição do Código de Menores pelo ECA.

O termo “menor” não foi pensado para se referir a todas as crianças e adolescentes. E sim, de forma discriminatória, àqueles(as) que não se enquadravam nos padrões. Mesmo com toda política diferenciada de atendimento há ambigüidade entre os termos “criança” e “menor”. O segundo possui conotação de institucionalização e há um estigma negativo sobre ele.

Ao longo dos últimos 33 anos de vigência de novos paradigmas jurídicos e técnicos, a política de atendimento à criança e ao(à) adolescente vem sendo es-

truturada. Isso ocorre a partir da normatização e implementação de serviços, programas e projetos para atender os(as) adolescentes a quem se atribui a autoria do ato infracional, conforme dispõe o ECA.

Arruda (2011) nos lembra, entretanto, como já vimos nesta tese, que entre os(as) adolescentes que cometem delitos, o tratamento dispensado aos meninos não é igual àquele dispensado às meninas. Sob o argumento de que eles são maioria, elas, por sua vez, foram secundarizadas ou mesmo invisibilizadas nas narrativas institucionais, não figurando de forma expressiva como preocupação social e científica na perspectiva de uma abordagem feminista, notadamente até a década de 2000, como se, simplesmente, não existissem.

Quando observam as políticas para a infância e a adolescência, os estudos de Traverso-Yepéz e Pinheiro (2005) apontam que:

As contradições entre o discurso universalista e igualitário liberal e as práticas de exclusão e opressão a que as mulheres são historicamente submetidas foram evidenciadas por meio dos movimentos feministas do século XX, todavia, que apenas no fim do século passado é que se passou a discutir as implicações do modelo hegemônico de masculinidades e subjetivações dos homens. (Traverso-Yepéz; Pinheiro, 2005, p. 148).

Conforme apresentado no Capítulo 1 desta tese, o pensamento feminista em seu momento de autocrítica epistêmica e política construiu, entre outras categorias, a interseccionalidade, que explica as interconexões entre as opressões de classe, raça, gênero e deficiência. A partir dessa perspectiva, o feminismo negro estruturou uma matriz de pensamento para explicar as desigualdades a que as mulheres e meninas negras estão sujeitas, com maior incidência do que as mulheres brancas e mesmo do que os homens e meninos negros.

No campo científico, as meninas infratoras terão mais visibilidade a partir de pesquisas como *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro* (Assis; Constantino, 2001), que revela as suas condições de atendimento no sistema socioeducativo. Em que pese a aprovação da *Resolução nº 119/2006* do Conanda, a pesquisa do Conselho Nacional de Justiça acerca da real inclusão social na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões (CNJ, 2015) revelou as duras condições de atendimento às meninas nas unidades e as demandas específicas que apresentam em comparação aos meninos.

Quando se observa essas meninas em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado, é oportuno trazer à tona os Levantamentos Nacionais sobre o Sinase, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do

Adolescente (SNPDCA) e Conselho Nacional de Justiça (2015), e do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis, 2017).

De acordo com o levantamento da SNPDCA, as meninas são quantitativamente menos representativas do que os meninos em todos os estados brasileiros, à exceção de São Paulo (dados de 2015). O número de garotas cumprindo a medida mais gravosa em meio fechado não ultrapassa a faixa de 50. Outra questão importante é que, no Brasil, praticamente todas as unidades de internação de adolescentes do sexo feminino encontram-se nas capitais. Apenas Goiás, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul possuem unidades no interior. As UF com a maior concentração de unidades femininas são: Amapá, Tocantins e Amazonas. Ainda, verifica-se que alguns estados não possuem unidades exclusivamente femininas, como Goiás e Roraima.

2.2.1 A questão social, o ato infracional e o Estado Penal

É essencial considerar na análise do processo de organização da política ao longo da história os contextos políticos e econômicos e as formas como a sociedade brasileira foi se organizando e subordinando as classes sociais menos favorecidas, sobretudo do ponto de vista econômico e de acordo com a raça/etnia e o sexo das pessoas.

Diversos autores que analisam esse processo na perspectiva marxista mostram como surge a questão social no bojo das lutas de classe no Brasil. Um deles é Iamamoto (2001), para quem esse processo se deu de forma violenta contra as classes trabalhadoras, nas quais se situam os meninos e meninas vítimas da seletividade penal, impelidos(as) para a marginalidade, no sentido de criminalidade e, de secundarização e invisibilidade, ao mesmo tempo. Segundo Iamamoto, a questão social é uma expressão das contradições sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Ela se manifesta nas desigualdades e injustiças sociais resultantes da distribuição desigual de recursos e poder na sociedade, emergindo das condições de vida precárias, da pobreza, da exclusão social, do desemprego, da violência e de outras formas de opressão que afetam determinados grupos e classes sociais.

Para a autora, a questão social não é apenas um problema individual, mas sim um fenômeno coletivo e estrutural, intrinsecamente ligado às relações sociais, políticas e econômicas, refletindo a luta de classes e a luta por direitos e justiça social. Ela não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim em sua relação

com as políticas sociais e as formas de intervenção profissional, como o serviço social.

Iamamoto (2001) enfatiza ainda que o enfrentamento da questão social exige uma análise crítica das estruturas sociais e a construção de políticas públicas que promovam a redistribuição de recursos, a inclusão social e a garantia de direitos. Ela ressalta a importância do trabalho social como uma prática transformadora, que busca superar as desigualdades e promover a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Na obra *A questão social*, Octavio Ianni (1989) aborda de forma crítica e analítica a problemática da questão social na sociedade capitalista, examinando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que permeiam seu surgimento e reprodução.

Assim como Iamamoto, Octavio Ianni argumenta que a questão social não é uma simples questão de pobreza ou desigualdade, mas sim um fenômeno complexo que se manifesta de várias formas nas sociedades contemporâneas. Ele destaca a importância de compreender a questão social como resultado das contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, que envolve relações de produção, trabalho, propriedade e poder.

O autor examina as raízes históricas da questão social, desde os primórdios do capitalismo até a sociedade contemporânea. Ele analisa o surgimento do proletariado como uma classe social fundamentalmente ligada à produção capitalista, e a exploração e precarização do trabalho como fatores centrais para o entendimento das manifestações da questão social, além de outras formas específicas como a pobreza, o desemprego, a exclusão social, a criminalidade, a marginalização e a violência, afirmando que esses problemas não são meramente individuais.

Além disso, Ianni (1989) discute as respostas institucionais à questão social, como políticas de bem-estar social, assistência social e programas de inclusão. No entanto, argumenta que essas medidas muitas vezes são insuficientes e não abordam as causas estruturais da questão social. Ianni enfatiza a importância da luta política e social na transformação da sociedade e na superação da questão social, sugerindo uma abordagem crítica e emancipatória, que envolva uma análise profunda das estruturas sociais e a construção de alternativas mais justas e igualitárias.

Nesse contexto de emergência e acirramento das diversas expressões da questão social, as políticas sociais emergem com a finalidade de enfrentar as suas manifestações, com

[...] ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (Höfling, 2001, p. 2).

Estudos de diversos(as) autores(as) que realizam análises críticas sobre a finalidade e os resultados das políticas sociais no Brasil nos ajudam a compreender em que medida essas ações corroboraram para o agravamento das condições de vida das classes pobres, acirrando as distintas expressões da questão social vivenciadas por esses grupos, em especial, no contexto do Estado capitalista neoliberal vigente no país (Behring, 2009; Castelo, 2017).

No texto, Elaine Rosseti Behring (2009) declara que, durante as crises, a sociedade civil desempenha um papel fundamental na defesa e na luta por direitos sociais. Movimentos sociais, organizações não governamentais e outros atores da sociedade civil podem mobilizar-se para exigir a ampliação dos direitos sociais, a garantia de acesso a serviços públicos de qualidade e a superação das desigualdades sociais. A autora também discute a importância dos(as) assistentes sociais, que com sua competência profissional específica para atuar na defesa dos direitos sociais e na implementação de políticas públicas voltadas ao bem-estar social desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No texto *Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica*, Rodrigo Castelo (2017), aborda a relação entre o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil e a predominância de uma lógica rentista na estrutura econômica do país. O autor explica que essa supremacia rentista, baseada na especulação financeira e na extração de lucros por meio de juros e rendimentos contribui para aprofundar as desigualdades sociais e econômicas.

Segundo Castelo, o neoliberalismo implantado no Brasil nas últimas décadas privilegia os interesses do setor financeiro em detrimento ao desenvolvimento produtivo e à geração de empregos. Esse enfoque rentista beneficia principalmente os detentores de capital e aumenta a concentração de renda, enquanto prejudica a maioria da população, que enfrenta dificuldades em acessar serviços básicos e obter uma renda sustentável.

O autor argumenta que essa supremacia rentista cria uma dinâmica de violência econômica, em que a busca desenfreada por lucros financeiros acaba gerando desequilíbrios e instabilidades no sistema econômico. Essa violência eco-

nômica se manifesta na forma de crises financeiras, desemprego em massa, precarização do trabalho e exclusão social, afetando principalmente os setores mais vulneráveis da sociedade.

Castelo alega que a violência econômica não se restringe apenas aos aspectos sociais, mas também possui implicações políticas e ambientais. Ele aponta para o enfraquecimento das instituições democráticas, a captura do Estado pelos interesses financeiros e a degradação do meio ambiente como consequências dessa lógica rentista.

O autor também propõe alternativas para superar a supremacia rentista e a violência econômica no Brasil. Ele defende a necessidade de promover uma reforma estrutural no sistema financeiro, com medidas que limitem a especulação desenfreada, promovam o investimento produtivo e favoreçam a distribuição de renda. Além disso, evidencia a importância de fortalecer a participação popular, ampliar o acesso aos direitos sociais e fomentar uma economia sustentável e inclusiva.

Como nos ensinou Karl Marx – em que pese o tempo histórico e o contexto geográfico em que esse autor escreveu suas ideias e teorias –, a economia e a política sempre estiveram de braços dados na formação do Estado, e no Brasil moderno não foi diferente.

Ao tratar das particularidades da questão social no Brasil, Santos (2008) expõe que as alianças entre as classes dominantes e o Estado estão entre as distinções constitutivas do capitalismo à brasileira, como um dos elementos determinantes da “questão social”. Para a autora, as fronteiras entre o público e o privado sempre foram frágeis, haja vista a forte presença das classes dominantes (donos das terras) no aparelho de Estado e seu uso, por meio de disputas pela hegemonia, para acomodação dos seus interesses econômicos e rechaço a qualquer ameaça aos seus interesses privados, em especial à redução da acumulação.

E esse processo de hegemonia não se deu de forma pacífica, mas sempre com ações violentas, sobretudo contra as parcelas mais vulneráveis da população, por meio do braço penal do Estado brasileiro, que possui contornos bem peculiares.

2.2.2 Estado Penal e política de atendimento socioeducativo

O estado penal surge aqui a partir de duas dimensões: a primeira refere-se a uma atuação punitiva, na qual o foco principal é a aplicação de penas e sanções aos(as) infratores(as) das leis, com ênfase no controle social por meio da punição. Essa dimensão busca a repressão e o controle dos comportamentos considerados criminosos (Estado Penal). A segunda, diz respeito à ausência de proteção social e de políticas públicas que garantam os direitos básicos e a possibilidade de sobrevivência da população mais vulnerável (Estado de Direitos ou de Bem-estar Social).

Diversos(as) autores(as) têm discutido e desenvolvido teorias sobre o Estado Penal ao longo do tempo.

Michel Foucault, filósofo e historiador francês cujas obras influenciaram significativamente o estudo do poder e das instituições sociais analisa, em *Vigiar e punir* (1975), o surgimento e a evolução das práticas punitivas e o papel do sistema penal como instrumento de controle social. O autor propõe uma crítica à forma como o poder é exercido nas sociedades modernas por meio das instituições disciplinares, especialmente o sistema prisional.

Ele examina as mudanças ocorridas nos métodos de punição, da tortura física ao surgimento das prisões, destacando a emergência de um novo modelo de poder: o poder disciplinar. E argumenta que a prisão, ao invés de ser uma alternativa mais humanitária à tortura, é na verdade uma forma mais insidiosa de controle, que busca disciplinar e normalizar os indivíduos.

Foucault analisa a arquitetura das prisões, destacando como elas são projetadas para monitorar e controlar os detentos, com a criação de espaços hierarquizados e vigilância constante. Ele também explora as técnicas disciplinares adotadas em instituições como escolas, hospitais e quartéis, mostrando como essas estruturas contribuem para a manutenção do poder e a produção de indivíduos obedientes e dóceis.

O autor discute a relação entre poder, conhecimento e controle social, e demonstra que o poder disciplinar não apenas pune, mas também produz efeitos, moldando os corpos, as mentes e os comportamentos dos indivíduos de acordo com as normas sociais dominantes.

A obra de Foucault tem sido amplamente estudada e possui influência nas áreas da sociologia, filosofia política e estudos culturais, proporcionando uma

nova compreensão das dinâmicas de poder e controle social nas sociedades modernas, sendo um dos autores de referência nos estudos que abordam o atendimento socioeducativo.

Loïc Wacquant, sociólogo e antropólogo francês-americano, aborda questões relacionadas à punição, desigualdade social e políticas urbanas. Em suas obras, como *As prisões da miséria* (2001), ele discute a expansão do sistema carcerário e a influência do Estado Penal na marginalização das populações mais pobres.

Wacquant declara que as prisões modernas têm se transformado em instituições que encarceram principalmente os(as) pobres e marginalizados(as) da sociedade. Ele nomeia esse fenômeno de “prisões da miséria”, em que o sistema penal se torna uma forma de controlar e punir os(as) indivíduos(as) mais desfavorecidos(as), perpetuando a desigualdade social.

O autor explora a interseção entre a pobreza, o racismo e o encarceramento em massa nos Estados Unidos, exemplificando como certos grupos, como os afro-americanos e latinos são desproporcionalmente afetados pelo sistema prisional. Ele afirma que a criminalização da pobreza e das minorias é uma estratégia política e social que serve para manter a ordem e a dominação.

Além disso, Wacquant examina o impacto do encarceramento na vida dos indivíduos e das comunidades. Ele critica a ideia de que as prisões são instituições de reabilitação, argumentando que, na realidade, muitas vezes, elas exacerbam os problemas sociais e contribuem para a reincidência criminal.

O autor também analisa o surgimento de uma economia política em torno do sistema prisional, destacando como as prisões se tornaram uma indústria lucrativa nos Estados Unidos. Ele discute o papel das prisões privadas e como o encarceramento em massa se tornou uma fonte de lucro para empresas e investidores.

David Garland, sociólogo britânico conhecido por seus estudos sobre punição e controle social, investiga em sua obra *A cultura do controle* (2008) as mudanças nas políticas criminais e depreende que o Estado moderno tem se orientado cada vez mais em direção a um modelo punitivo.

Garland menciona que, ao longo das últimas décadas, houve uma transformação na forma como as sociedades ocidentais lidam com o crime e o controle social. Ele descreve essa mudança como uma transição da “cultura da reabilitação” para a “cultura do controle”. Enquanto a cultura da reabilitação enfatizava a reinserção social dos(as) infratores(as) por meio de programas de reabilitação, a cultura do controle se concentra na punição e no controle dos(as) indivíduos(as)

considerados(as) perigosos(as). No Brasil essa mudança acontece em especial a partir do ano de 2006, com a *Lei de Entorpecentes (Lei nº 11.343/2006)*.

O autor explora como essa transformação ocorreu em várias áreas, incluindo a justiça criminal, a política de drogas, a punição de jovens infratores e a gestão de populações marginalizadas. Ele cita o papel das políticas governamentais, da mídia e da opinião pública na promoção dessa cultura do controle.

Garland (2008) também investiga as consequências sociais, políticas e econômicas desse novo paradigma. Para ele, a cultura do controle tem levado a um aumento significativo da população carcerária, à expansão dos sistemas de vigilância e à intensificação das práticas punitivas. Não obstante, ressalta que essas abordagens têm falhado em reduzir o crime de forma significativa e, ao contrário, podem perpetuar a marginalização e a exclusão social.

Garland enfatiza a importância de um debate informado e crítico sobre as políticas de controle social. Ele questiona se a cultura do controle é realmente eficaz na prevenção do crime e salienta a necessidade de uma abordagem mais equilibrada, que leve em consideração tanto a proteção da sociedade quanto os direitos individuais.

Em que pese a origem do campo de estudos dos autores citados, essas obras são clássicos que servem para entender a dinâmica de funcionamento do Estado Penal e têm sido referência para os(as) diversos(as) autores(as) brasileiros(as) e latino-americanos(as) que pesquisam o aumento do encarceramento, principalmente o de mulheres pretas, e a apreensão e privação de liberdade de adolescentes do sexo feminino nas duas últimas décadas (Borges, 2019; Antony, 2007).

Ainda, é importante evidenciar que esses autores podem ter diferentes perspectivas e abordagens em relação ao Estado Penal, mas todos eles analisam o papel do sistema punitivo e suas implicações sociais, políticas e culturais.

A partir desse quadro referencial entende-se que a política de atendimento socioeducativo está inserida no campo das políticas sociais de Estado que cumprem o papel de organizar a sociedade, preferencialmente as camadas mais pobres, em torno dos interesses dos grupos dominantes, do ponto de vista político e econômico.

Compreendemos também que a dimensão pedagógica da política de atendimento socioeducativo, cuja função é a reinserção social dos(as) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, na perspectiva da proteção integral, não tem logrado êxito devido a diversos fatores, entre eles o fato de que:

[...] a esfera de proteção estatal dos direitos sociais é vinculada ao Estado social, portanto, os processos de reconhecimento de direitos coletivos e difusos são diversos da matriz liberal e neoliberal em voga. (Froemming, 2016, p. 8).

O levantamento de Marília de Nardin Budó intitulado *Da política social à política penal: partidos políticos e propostas de alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente na Câmara dos Deputados* (2016), sobre as mudanças ao ECA, propostas por partidos políticos brasileiros e suas implicações para a política social e penal no país confirma um movimento em direção ao fortalecimento do Estado Penal desde a década de 2000.

A autora analisa especificamente os projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2010 e identifica que a maior parte dessas propostas foi apresentada por partidos de centro-direita e direita, que defendem a redução da maioria penal e a ampliação das medidas punitivas.

A pesquisa realizada por Budó indica que essas propostas têm como base uma visão mais punitiva e retributiva do sistema de justiça criminal, que considera os(as) adolescentes(as) como criminosos(as) perigosos(as) que devem ser responsabilizados(as) de forma mais severa. No entanto, a autora argumenta que essa abordagem não considera as particularidades da fase de desenvolvimento dos(as) jovens e as políticas sociais que poderiam ajudar a prevenir a reincidência criminal.

A partir do ano de 2000, especialmente após 2006, quando é instituído o Sinase, acompanhamos o fortalecimento das políticas de combate às drogas no Brasil,⁵⁵ que teve início na década de 1960, com a promulgação da Lei de Entorpecentes (*Lei nº 6.368/1976*), e que teve efeitos sobre a vida da população pobre e preta. Desde então, houve diversas atualizações na legislação e a implementação de medidas para combater o tráfico e o consumo de drogas ilícitas. Por exemplo, no período analisado, a atualização da Lei de Entorpecentes (*Lei nº 11.343/2006*) estabeleceu as normas para a prevenção do uso indevido, o tratamento, a repressão ao tráfico e à produção não autorizada de drogas.

A *Lei nº 11.343/2006* divide as substâncias entorpecentes em duas categorias: drogas ilícitas e drogas lícitas. As drogas ilícitas são aquelas cuja produção, comércio e uso são proibidos, enquanto as drogas lícitas são aquelas permitidas e regulamentadas por leis específicas, como o álcool e o tabaco.

Essa lei adota uma abordagem diferenciada para usuários(as) e traficantes. Para os(as) usuários(as) de drogas, a lei prevê medidas de prevenção, tratamento

⁵⁵ Importante lembrar que esse fato aconteceu por toda a América Latina, como já mencionado. Ver: *Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina* (Antony, 2007).

e redução de danos, visando à reinserção social. A posse de drogas para uso pessoal, sem fins de comercialização, não é considerada crime, mas uma contravenção penal. Porém, essa conduta ainda pode resultar em medidas administrativas, como advertência, prestação de serviços à comunidade ou comparecimento a programa educativo.

No que diz respeito ao tráfico de drogas, a lei é mais rigorosa. A produção, comércio, transporte e armazenamento de drogas ilícitas são considerados crimes, sujeitos a penas que variam de acordo com a quantidade e o tipo de droga envolvida, bem como a participação de outros envolvidos.

A Lei de Entorpecentes também estabelece a diferenciação entre “drogas de uso pessoal” e “drogas de uso proscrito”. As drogas de uso pessoal são aquelas cuja posse é permitida em determinadas quantidades, consideradas para consumo próprio. Já as drogas de uso proscrito são aquelas cuja posse, mesmo em pequenas quantidades, é considerada tráfico.

Todavia, ao longo dos anos, tem havido um debate crescente sobre a eficácia e os impactos negativos dessa abordagem, levantando a necessidade de repensar a política de drogas no país.

A mudança mais recente foi promovida a partir da *Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019*, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), bem como sobre as condições de atenção aos(as) usuários(as) ou dependentes de drogas. Além de definir medidas para internação (inclusive involuntária), a lei estabelece alterações nas penas de condenação por tráfico de quatro para seis anos e financiamento direto de comunidades terapêuticas.

A política de combate às drogas no Brasil é caracterizada por uma abordagem predominantemente repressiva, com ênfase na proibição, criminalização e repressão ao tráfico de drogas. Embora haja programas de prevenção e tratamento de drogas no país, essas áreas geralmente recebem menos investimentos em comparação com as ações repressivas.

Para Froemming (2016, p. 11):

[...] o envolvimento com o tráfico de drogas é uma expressão da centralidade ontológica do trabalho na vida humana; mesmo que à margem da legalidade da economia política neoliberal. Esta é a forma encontrada pelas meninas de pertencer ao capitalismo marginalmente, na qual esta dinâmica econômico-política de gestão da vida apresenta uma série de faces perversas. Nesse sentido, as jovens mulheres abjetas, saídas ou não da socioeducação, são sujeitas à prisão. Ainda considerando que o patriarcado é a tecnologia do gênero no trato às mulheres, a vigilância reside sobre as mulheres delinquentes.

As três últimas décadas compreendem o contexto de uma maior movimentação social apoiada por governos e setores do congresso mais progressistas. Vale lembrar que nesse período são aprovados documentos normativos importantes para o atendimento socioeducativo, como a *Resolução nº 119/2006*, do Conanda, que apresentou as bases metodológicas para o sistema e a *Lei nº 12.594/2012*, aprovada no ano de 2012, que instituiu o Sinase e promoveu o reordenamento institucional do SGDCA, visto que essa é uma política que tem como um de seus princípios a incompletude institucional para a garantia dos direitos fundamentais.

O período analisado, de 2006 a 2022 tem sido de inúmeras mudanças nos contextos políticos, econômicos e sociais em quase todos os países, gerando novos problemas e soluções a serem encampadas pelos governos, em especial no Brasil, e no estado do Rio de Janeiro, em particular. É nesse período que se concentram as nossas análises sobre a organização da política de atendimento socioeducativo para adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional.

O avanço das políticas neoliberais desvelou questões sociais que se manifestam de formas distintas entre a população, pesando mais sobre aqueles(as) em condição de maior vulnerabilidade social e econômica, as crianças, adolescentes, jovens, mulheres e meninas.

E em se tratando daqueles(as) ditos(as) desviantes dos padrões que as classes dominantes aceitam em termos de comportamento na sociedade, os(as) adolescentes infratores(as), podemos constatar que as desigualdades existentes entre os sexos se mostram em sua face mais perversa, pois incide sobre as mulheres e as meninas uma dupla punição que se expressa de forma simbólica e subjetiva, mas também real e concreta. O aumento do número de meninas apreendidas por tráfico de drogas é um exemplo, como já demonstrado na análise dos dados realizada por Arruda (2021).

2.2.3 Criminalização de meninas jovens como forma de controle e contenção ou gestão da pobreza

Acerca do controle social, Assis e Constantino (2001) pontuam:

O controle social exercido sobre as mulheres é um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença da criminalidade feminina e o seu destino. Há duas fontes principais de controle social: no âmbito institucional mais ampliado tem-se a polícia, a justiça e a mídia; e no âmbito das relações sociais mais próximas, a família, a escola e os grupos de amigos. (Assis; Constantino, 2001, p. 31).

Esta colocação nos permite pensar que o controle social exercido sobre as meninas de fato interfere na incidência de atos infracionais. Com base nos estudos de Arruda (2011, 2020), Borges (2019) e Schmidt (2017) pode-se observar a existência de um processo de criminalização de meninas jovens como forma de controle e contenção, e/ou gestão da pobreza, que alcança em especial adolescentes e jovens pretas e pobres.

Com relação ao controle dos(as) adolescentes, é plausível a observação de que as medidas e políticas empregadas não buscam a resolução dos problemas de forma estrutural, o que acaba por romper com a noção de neutralidade (Foucault, 1979).

Segundo Wacquant (2007) esse processo é inerente ao estágio do capitalismo em tempos de neoliberalismo, no qual a gestão da pobreza por meio da seletividade penal e do encarceramento dá lucro. No Brasil, esta estratégia conjuga altos índices de pobreza, miséria, desemprego e falta de perspectiva para os(as) jovens com menores níveis de escolaridade, residentes em favelas ou comunidades de periferia das cidades e pretos(as).

E existe todo um aparato para a administração desse estado de coisas no qual o patriarcalismo (como forma de construção social baseada no patriarcado) estrutura as relações sociais de desigualdade, punindo as meninas de maneira particular em relação aos meninos, quando estas infringem as regras sociais de conduta e convivência associadas aos papéis relacionados ao gênero (Borges, 2019).

Não estamos nos referindo a qualquer menina que tenha sido selecionada pelo sistema de segurança pública e de justiça juvenil e direcionada para as medidas socioeducativas de privação de liberdade. Conforme estudos acadêmicos e institucionais já vêm apontando, trata-se em sua maioria de adolescentes pretas ou pardas e pobres, oriundas de famílias do segmento menos favorecido social e economicamente das classes trabalhadoras e destituídas do acesso a diversos direitos fundamentais assegurados no ECA (CNJ, 2015).

Algumas já são mães, têm histórico de violência doméstica e intrafamiliar, além de serem vítimas da violência estrutural⁵⁶ inerente ao patriarcado e ao sexismo que atravessa as relações sociais, e que também marca a experiência das adolescentes no sistema de justiça juvenil (CNJ, 2015).

⁵⁶ O conceito de violência estrutural é definido por Minayo (1994, p. 8) como: "violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos".

Arantes (2022) esclarece que, desde os tempos do império, no período após a abolição da escravização no Brasil, crianças pobres eram encaminhadas ao trabalho como medida de correção preventiva, e que isso se dava como decisão judicial, o que a autora classifica como “período de reescravização de crianças livres” (p. 7).

Assim, conforme Xavier (2021, p. 8), podemos perceber que são várias e corriqueiras as formas de sujeição praticadas contra essas mulheres, citando como exemplos o significativo encarceramento psiquiátrico e os abusos sexuais sofridos por elas.

Ou seja, o Estado que deveria ser o garantidor de direitos, é aquele que os viola.

[...] a construção e reconstrução contínua de significados culturais acerca das questões de gênero e sexualidade ocorrem no âmbito de sistemas de significação mais amplos, que se articulam às estruturas hierárquicas de poder entre os distintos grupos sociais presentes em determinado contexto sociocultural [...] (Madureira, 2010, p. 34).

Arantes (2022) remonta tais distinções à época do período de industrialização, em que a mulher era destinada aos trabalhos domésticos e de baixo custo, fundado nas bases do padrão da família patriarcal, cuja ideologia naturalista era a de legitimar princípios de separação laboral entre homens e mulheres.

Em conformidade com o Portal Brasil (2015), a ONU considera que os(as) jovens brasileiros(as) são mais vítimas do que autores(as) de atos violentos. E que as infrações cometidas por adolescentes e jovens não devem ser tratadas, de forma exclusiva, como questão de segurança pública. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de uma análise mais ampla e fundamentada no processo histórico do país para se dar respostas a tantas questões que envolvem as meninas infratoras.

As medidas tomadas pelo Estado impulsionam a prevalência e perpetuação do sistema de dominação de classes abastadas, já que os meninos são compelidos a aprender o que servirá de base para uma mão de obra trabalhadora de baixo custo, e as meninas são levadas a aprender funções domésticas para o trabalho em casas de família em condições análogas às da escravidão, reafirmando a ideia de controle social, e o esforço para que se manifestasse no trabalho e na família uma noção particular de ordem como centro da dinâmica social após a abolição formal da escravidão. (Teixeira; Salla; Marinho, 2016).

Embora o ECA e o Sinase sejam o resultado de uma evolução para que se respeite plenamente a dignidade da pessoa humana, em todos os aspectos, é

importante que mais alterações sejam feitas. Principalmente, como apresenta esta tese, quando a atenção se volta para a adolescente autora de ato infracional.

Faz-se necessário um olhar mais apurado para se entender a realidade das meninas infratoras e as violências das quais elas são vítimas quando em cumprimento de medida socioeducativa. Não convém que um Estado que tem o dever de garantir assistência, viole direitos. Como também não cabe que práticas arraigadas desde a escravização ainda sejam pano de fundo para violências. Fazendo uma associação com a ideia de prevenção, tem-se a questão do trabalho infanto-juvenil no Brasil, considerado como prevenção social (Macedo, 1995) nas discussões acerca do “menor” naquele cenário. Isto é, a lógica era trabalhar para evitar o ócio e a manifestação do banditismo. Assim, entende-se que o trabalho era a única solução de socialização e educação, o que vem a gerar o embrião da lógica que relaciona trabalho, criminalidade e pobreza (Deccache-Maia, 1994).

Essa lógica, em conformidade com alguns autores (Alvim, 1992, 1993; Deccache-Maia, 1994), vai criando raízes e se disseminando. Então, não há preocupação com a exploração precoce do trabalho das crianças, e sim que esse trabalho seja um impeditivo para que se iniciem no mundo da criminalização. Ou seja, é fadado às meninas um futuro pautado na violência, por qualquer caminho que escolham.

Contrário à lógica de que a exploração do trabalho blindava o(a) jovem da infracionalidade, Souza (2019) pontua a educação para o trabalho como forma de resgatar a cidadania de adolescentes em situação de pobreza e, mais do que isso, propõe um novo olhar para a educação, percebida não como um instrumento do capital para perpetuar seu processo de acumulação.

Quando se fala em cidadania, é importante observar que:

Não obstante, a verdade é que a cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constituiu um princípio de igualdade, e que, durante aquele período, era uma instituição em desenvolvimento. Começamos do ponto no qual todos os homens eram livres, em teoria, capazes de gozar de direitos, a cidadania se desenvolveu pelo enriquecimento do conjunto de direitos de que eram capazes de gozar. Mas esses direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade. A explicação reside no fato de que a cidadania, nesta fase, se compunha de direitos civis. E os direitos civis eram indispensáveis a uma economia de mercado competitivo. Davam a cada homem, como parte de seu status individual, o poder de participar, como uma unidade independente, na concorrência econômica, e tornaram possível negar-lhes a proteção social com base na suposição de que o homem estava capacitado a proteger a si mesmo. (Marshall, 1967, p. 79).

Capítulo 3

O atendimento socioeducativo às meninas em cumprimento de medida de internação no estado do Rio de Janeiro

Neste capítulo, pretende-se examinar como a política de atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro é organizada e implementada para atender às meninas em situação de privação de liberdade, a partir de uma abordagem de gênero.⁵⁷ Ou seja, como essas meninas são percebidas e atendidas em seus direitos e em suas demandas particulares de saúde física e mental, sexualidade, maternidade, entre outras, em razão da sua identidade ou expressão de gênero. Nesse contexto, analisou-se como os sistemas de opressão de gênero operam sobre elas, a partir da ação socioeducativa.

Os temas entendidos como chaves de análise para a compreensão da política socioeducativa, perpassam todas as apreciações neste Capítulo 3, que está organizado em duas partes.

Na Parte I são apresentados indicadores sociodemográficos do estado do Rio de Janeiro e informações a respeito do perfil dos(as) adolescentes inseridos(as) no sistema atualmente, com destaque para as meninas em privação de liberdade, cumprindo medida socioeducativa de internação. Nessa parte também é demonstrado como está organizada a política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro, incluindo seu arcabouço normativo e sua estrutura de atendimento e de gestão, com ênfase nas medidas privativas de liberdade e foco nas abordagens sobre as adolescentes infratoras.

Na Parte II busca-se entender as percepções sobre as adolescentes que cumprem medida de internação sob a perspectiva dos(as) agentes do SGDCA, delas próprias e de familiares, a partir de duas pesquisas, uma de 2022 e outra de 2018 (esta última sob minha coordenação, à época, como já explicitado no Capítulo 1 desta tese), que têm em comum o tema do atendimento socioeducativo de privação de liberdade, com foco no Cense PACGC, no estado do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Como já apresentado no Capítulo 1 desta tese, a abordagem de gênero é uma perspectiva teórica que tem como objetivo analisar as construções sociais e culturais em torno dos papéis de gênero, ou seja, como as diferenças entre homens e mulheres, meninos e meninas, são construídas socialmente e como essas construções afetam as relações de poder e as experiências de vida das pessoas.

Como vimos no Capítulo 1 desta tese, os sistemas de opressão de gênero são estruturas sociais profundamente enraizadas em nossa sociedade e que se manifestam de várias maneiras, incluindo sexismo, misoginia, LGBTQIAP+fobia e transfobia (Butler, 2015; Davis, 2016). O patriarcado é um desses sistemas, com uma estrutura na qual os homens detêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle do patrimônio. No patriarcado, as mulheres e as pessoas de gêneros não-binários são frequentemente subjugadas e discriminadas (Boiteux; Magno; Benevides, 2018; Hirata, 2009; Saffioti, 2015).

Outro conceito importante relacionado aos sistemas de opressão de gênero, também adotado nesta tese, é o da interseccionalidade (Akotirene, 2020; Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 1989), que analisa as interações e os marcadores sociais nas vidas dos grupos minoritários, tais quais os de raça ou etnia, classe social, deficiência, idade, localização geográfica, entre outros. A partir desse conceito, entende-se que eles se relacionam entre si e se sobrepõem. No caso das adolescentes infratoras, para além de boa parte ser negra e pobre, incidem ainda sobre elas muitos outros sistemas de opressão, de maneira múltipla e complexa. Como exemplo, podemos citar os distintos tipos de violência (já mencionados nos capítulos anteriores), entre eles a violência doméstica contra crianças e adolescentes, fenômeno que marca a trajetória das meninas em privação de liberdade (Duarte; Cunha, 2014; Froemming, 2016; Vilarins, 2016).

Os sistemas de opressão também se manifestam: na criminalização da pobreza, que afeta desproporcionalmente as meninas negras, indígenas e moradoras de periferias e comunidades pobres; na estigmatização e na discriminação, que associam as adolescentes infratoras a estereótipos como “rebeldes”, “desviantes”, “perigosas” ou “imorais”; na invisibilização e na negação de direitos, que impedem as meninas de acessarem serviços adequados às suas necessidades específicas, como educação, saúde, cultura, lazer e trabalho (CNJ, 2015).

Retomando os objetivos desta tese, examinamos os dois *corpus* da análise, os documentos normativos e os acadêmicos. Os primeiros, que orientam a organização da política, e os segundos, que tratam do estado da arte, ou seja, das condições das adolescentes que cometem atos infracionais e são submetidas à medida de privação de liberdade. Buscou-se identificar o que se entende por “diversidade de gênero” ou “questões de gênero”, e quais são as particularidades relacionadas às meninas nesse contexto. Observamos, igualmente, como essas adolescentes são vistas e tratadas por aqueles(as) que com elas interagem nas unidades socioeducativas de internação, bem como os desafios que emergem no

cotidiano do atendimento, tanto na percepção dos(as) profissionais, quanto na das meninas e de seus familiares.

Durante o nosso percurso analítico, definimos três temas essenciais que serviram como chaves de análise para nos ajudar a compreender a política de atendimento socioeducativo. Todos têm como pano de fundo a questão de gênero nas perspectivas feministas interseccionais.

O primeiro tema diz respeito ao reconhecimento de que as percepções construídas sobre as adolescentes infratoras se refletem em como as suas demandas e particularidades femininas são expressas na normativa e nos discursos dos(as) agentes e em como se articulam aos estereótipos de gênero no cotidiano do atendimento socioeducativo.

Ainda que a discussão de gênero tenha iluminado as análises sobre as opressões sofridas pelas mulheres, alcançado muitos campos de conhecimento, penetrado nas ações das organizações da sociedade civil, nas narrativas das mídias, nos discursos políticos e no debate público (Holanda, 2019), continua bastante vigente na nossa cultura uma visão conservadora, machista e patriarcal. E, para ilustrar nosso primeiro tema-chave, podemos dizer que essa visão é determinante na vida das adolescentes infratoras: meninas que se “desviam” do tradicional papel social que lhes é designado são encaradas como “duplamente transgressoras” e enfrentam um duro julgamento quando infringem a lei. Além de serem punidas pelo ato ilícito, elas também o são por deixarem de cumprir suas funções esperadas como mães, irmãs, filhas e “esposas” (Franzone, 2019).

O segundo tema refere-se à influência das visões criadas sobre as meninas infratoras para a política de atendimento socioeducativo. Podemos afirmar, por exemplo, que as concepções sobre as meninas constituem os mesmos estereótipos de gênero que, refletidos na maneira como a política é organizada, serão os responsáveis por gerar a necessidade – e, conseqüentemente, as regras – de controle, adestramento, docilização e normalização do comportamento feminino.

Como decorrência, temos as ações pedagógicas e de submissão, nas quais se materializa a “vigilância de gênero” (Froemming, 2016; Grillo, 2018; Schmidt, 2017), uma forma de opressão que serve bem aos propósitos da dimensão punitiva da medida socioeducativa. A vigilância de gênero imposta às adolescentes internadas pode-se fazer presente por meio do julgamento moral de sua sexualidade.

Para ilustrar nosso segundo tema-chave, temos o fato, bastante comum, de que meninas que não se enquadram em padrões tradicionais de feminilidade, ou que desafiam as normas de gênero estabelecidas – como aquelas que se opõem

aos códigos de vestimenta, têm comportamentos considerados “não convencionais”, ou se envolvem em atividades ou relacionamentos tidos como socialmente inaceitáveis – podem sofrer ações discriminatórias, como violações de privacidade, entre outras, ou até enfrentar uma vigilância mais intensa (Froemming, 2016; Schmidt, 2017; Vilarins, 2016).

Por fim, o terceiro tema de análise está ligado ao modo como se opera a precarização das vidas das adolescentes infratoras, de forma individual ou coletiva, por meio da invisibilização ou secundarização de suas demandas e necessidades, no contexto da política de atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro. E esse processo transcorre em todos os níveis de gestão da política, do estratégico ao operacional, da previsão de recursos à sua execução.

O processo de precarização das vidas dessas meninas se desenvolve a partir da negação dos seus direitos fundamentais, seja por negligência, ou omissão de qualquer agente com o(a) qual a adolescente interaja na sua trajetória até o cumprimento da medida de internação. Para ilustrar nosso terceiro tema, citamos os inúmeros casos de violações que as adolescentes internadas acabam sofrendo dentro das próprias unidades de internação, como violência física, psicológica e sexual, por parte de agentes com quem convivem, em uma espiral constante de revitimização.⁵⁸

Todas essas situações de opressão às meninas desrespeitam a sua dignidade.

PARTE I

3.1 Indicadores sociodemográficos e perfil de adolescentes no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro

Este item abrange a análise dos indicadores sociodemográficos essenciais para entendermos o contexto no qual vivem e se desenvolvem as adolescentes inseridas no sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro no período de 2021 a 2022. Os indicadores englobam uma variedade de aspectos, incluindo

⁵⁸ Como foi amplamente divulgado pela mídia, no ano de 2021 um agente do Degase, de 37 anos, foi preso preventivamente por suspeita de estupro de vulnerável, acusado de abusar sexualmente de adolescentes internas na unidade feminina do órgão (Cense PACGC). No decorrer das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), foram afastados pelo mesmo motivo mais cinco agentes e um diretor. Nesse mesmo ano o governo do Rio de Janeiro exonerou quatro funcionários do Degase: o diretor-geral, o diretor-adjunto, o corregedor e o diretor do Cense PACGC (G1, 2021).

idade, sexo, local de residência, raça/etnia, nível de escolaridade e renda, entre outros, que oferecem insights valiosos sobre a realidade das meninas internadas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, o Rio de Janeiro, com uma população de 16.054.524 habitantes, é a terceira unidade federativa mais populosa do Brasil. Já a população entre 0 e 18 anos de idade contabilizada no ano de 2021 era de 4.808.785 habitantes e representava 30% da população total do estado (IBGE, 2022).

Em relação à distribuição da população por sexo, embora a diferença entre os(as) que têm de 0 a 19 anos de idade no Brasil seja bem pequena, observa-se que os meninos são maioria no país, equivalendo a 35.722.285 pessoas, enquanto as meninas totalizam 34.684.301. O mesmo acontece no estado do Rio de Janeiro, onde os meninos correspondem a 2.575.326 indivíduos e as meninas a 2.511.448 (IBGE, 2022).

Em termos raciais, a maioria da população brasileira de 0 a 19 anos foi declarada ou se autoidentificou como da cor parda, contadas 34.008.013 pessoas, seguidas das brancas, que representavam 30.946.565, em 2021. No entanto, no Rio de Janeiro e em São Paulo, mais da metade da população se autodeclarou branca. O mesmo acontece no estado do Rio de Janeiro, com 2.290.726 indivíduos pardos e 2.199.237 brancos (IBGE, 2022).

Os dados sobre a situação de pobreza das crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro no ano de 2022 são alarmantes. A proporção da população com menos de 14 anos de idade identificada às classes de rendimentos mais baixos sobrevivendo com até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo era de 41,3% e, a com até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo representava 17,2%. Esses dados indicam que uma parcela significativa das crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro vive em condições de pobreza e extrema pobreza, e essa vulnerabilidade econômica pode ter impactos negativos no seu desenvolvimento e comprometer suas oportunidades futuras.

Os dados sobre escolarização no estado do Rio de Janeiro também revelam um cenário complexo. Em relação ao analfabetismo, o Rio de Janeiro apresenta a menor taxa da região sudeste, sendo 2,4% a proporção de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não são alfabetizadas (IBGE, 2022). Não obstante, quando se trata do ensino fundamental e médio, o estado enfrenta desafios significativos.

Em que pese a pouca diferença em números absolutos, as meninas estão em desvantagem em relação aos meninos quando se trata do número de matrículas no ensino fundamental. Elas representam 951.034 pessoas, enquanto eles, 1.009.792 (IBGE, 2022). A taxa de distorção idade-série no ensino médio no estado do Rio de Janeiro foi a mais elevada da região sudeste no ano de 2022,

atingindo 16,9%, superando a média nacional de 12,3% (IBGE, 2022). Em relação ao número de matrículas no Ensino Médio segundo sexo, as meninas são maioria no estado, equivalendo a 306.139 pessoas, enquanto os meninos correspondem a 290.067 (IBGE, 2022). Além disso, a taxa de reprovação no ensino médio também foi alta, representando 12,5%, acima da média nacional e da regional. Esses indicadores sugerem que o Rio de Janeiro enfrenta desafios significativos para garantir uma educação pública de qualidade para crianças e adolescentes, especialmente nos níveis fundamental e médio.

Os dados sobre violência contra crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro também preocupam.⁵⁹ Ao analisar os indicadores de mortes violentas intencionais no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública informa que “no Rio de Janeiro, por exemplo, foram 61 óbitos após a intervenção policial com vítimas entre 12 e 17 anos. Já entre os que possuem 18 e 19 anos, foram 94 vítimas no estado” (FBSP, 2022, p. 236).

3.2 Perfil dos(as) adolescentes em privação de liberdade no sistema socioeducativo no estado do Rio de Janeiro, no período de 2008 a 2020

O estudo do cumprimento de medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro, entre janeiro de 2008 e setembro de 2020 (Cenpe/MPRJ, 2020), revela que 43.591 adolescentes foram atendidos(as) pelo Degase, sendo a maioria meninos (94,0%). A idade média na primeira passagem é de 15 anos para meninas e de 16 anos para meninos. Notavelmente, um número maior de meninas tem a primeira passagem antes dos 15 anos, comparativamente aos meninos.

Do total de adolescentes atendidos(as) nesse período, 5.192 (12,0%) possuem data de óbito registrada após a passagem pelo Degase, tendo em média 19 anos quando faleceram. A análise por ano indica um crescimento acentuado no número de óbitos ao longo do tempo, especialmente a partir de 2014.

De acordo com o art. 124 do ECA, o(a) adolescente privado(a) de liberdade tem o direito de permanecer internado(a) na mesma localidade ou naquela mais

⁵⁹ Existem diversos indicadores sobre violência contra crianças e adolescentes que podem ser explorados, o que não é o objetivo desta tese. Para mais informações, acesse o *Cenário da Infância*, na base de dados do Observatório da Criança, disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia>. E também o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*, no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.

próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis. Porém, considerando todos(as) os(as) adolescentes com registro no Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes (Siiad), 57,4% deles(as) já passaram por uma unidade localizada em município diferente do seu município de residência.

O estudo mostrou ainda que houve uma evolução anual do número de adolescentes atendidos(as) pelo Degase por 10 mil habitantes, de 10 a 19 anos, por região de residência. Entre 2008 e 2015, todas as regiões apresentaram um crescimento acentuado, com destaque para a capital do estado e para a Grande Niterói.

Dentre os(as) 43.591 adolescentes que passaram pelo Degase entre janeiro de 2008 e setembro de 2020, 70% (29.935) tinham algum registro caracterizando os atos infracionais cometidos. Ao todo, foram identificados 45.129 atos infracionais, isto é, com data do fato e contando pessoas únicas. Observa-se que 43% dos atos infracionais podem ser caracterizados por tráfico de drogas e 19% por roubo majorado.⁶⁰

É notável o alto percentual de tráfico de drogas, considerando que, de acordo com o ECA e a *Lei nº 12.594/2012*, as medidas socioeducativas de meio fechado devem ser aplicadas apenas nos casos em que o ato infracional foi cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa. Utilizando o tipo de unidade como forma de separar a “internação provisória”, da “internação”, e da “semiliberdade”,⁶¹ e analisando apenas atos infracionais que geraram entrada no Degase a partir de 2018, estima-se que 21% das passagens por unidades que executam exclusivamente internação são por tráfico de drogas e 40% por roubo majorado. Já em unidades que executam exclusivamente internação provisória, esses números são de 35% e 31%, respectivamente. Em unidades de semiliberdade, 49% das passagens são por tráfico de drogas e 21% por roubo majorado. Esses números indicam que a alta frequência do tráfico de drogas pode ser explicada pela internação provisória. Nas passagens em que os(as) adolescentes são efetivamente internados(as), a infração mais comum é o roubo majorado.⁶²

⁶⁰ Roubo majorado é uma forma agravada do roubo simples, crime previsto no Código Penal brasileiro, que ocorre quando o crime é cometido com violência ou grave ameaça à vítima, por duas ou mais pessoas ou quando é levado a cabo com o uso de arma (Reis, 2023).

⁶¹ A medida de semiliberdade é aplicada quando o(a) adolescente é considerado(a) apto(a) a cumpri-la fora da unidade de internação, mas ainda necessita de acompanhamento socioeducativo. Nesse regime, o(a) adolescente(a) continua sob medida de restrição de liberdade, mas pode ter algumas atividades externas e a possibilidade de retornar ao convívio familiar enquanto dure a medida. Os Criaad estão distribuídos em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro, possibilitando que o atendimento socioeducativo em regime de semiliberdade alcance adolescentes em diversas regiões. Cada unidade tem a responsabilidade de oferecer os serviços necessários para o cumprimento adequado da medida e a reinserção social dos(as) adolescentes.

⁶² Não há dados desagregados por sexo.

3.3 As adolescentes no sistema socioeducativo de internação

O *Relatório sobre Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação* (2022), sobre o qual tornaremos a tratar, mais detalhadamente, na Parte II deste Capítulo 3, avalia as condições de cumprimento das medidas socioeducativas no Brasil, notadamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. O estudo conclui que esses espaços funcionam como prisões, em que pese as complexidades existentes, contrariando a perspectiva pedagógica que deveria pautar o trabalho realizado por essas instituições.

O levantamento revela que o perfil das meninas inseridas no sistema nesses três estados se assemelha, do ponto de vista socioeconômico, ao das demais que cumprem medida de internação nas grandes cidades. As meninas representam pouco mais de 4% do total de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado no país. Quase 70% das meninas moram em uma cidade diferente daquela onde está situado o centro de atendimento no qual se encontram. Mais da metade tem entre 17 e 18 anos e possuiu grande defasagem escolar. Em termos raciais, os meninos negros são 59% e as meninas negras são 8,3% do total de adolescentes no sistema socioeducativo em meio fechado. Porém, quando analisamos apenas o universo das meninas em meio fechado, as negras dentre elas somam 64%. As diversas violações de direitos que as meninas sofreram anteriormente à internação são explicitadas em sua vulnerabilidade socioeconômica. O uso, por vezes abusivo, de drogas lícitas e ilícitas aparece frequentemente em suas realidades.

Em relação às práticas pedagógicas o relatório aponta que em geral as unidades nesses três estados não têm rotina planejada e são caracterizadas pela improvisação. Nas unidades de internação o foco principal é a segurança e não a perspectiva pedagógica.

No tocante à expressão da sexualidade, duas situações merecem ser destacadas. A primeira refere-se à proibição formal das relações lesboafetivas entre as meninas em grande parte dos centros de internação feminina no Brasil. A segunda diz respeito aos(as) adolescentes transgêneros(as): embora haja poucos estudos específicos sobre o tema, o relatório afirma ficar evidente que tanto os meninos, quanto as meninas trans cumprem a medida de internação nos centros femininos.

3.4 O Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) no estado do Rio de Janeiro

Vinculado à Secretaria de Educação, o Degase é a instituição responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado no estado do Rio de Janeiro. Ele foi criado em 1993, a partir do *Decreto nº. 18.493, de 26 de janeiro de 1993*, com o objetivo de promover a inclusão social de adolescentes em conflito com a lei.

O atendimento socioeducativo aos(as) adolescentes que cometem ato infracional no estado do Rio de Janeiro tem sido objeto de atenção e reordenamento, enfrentando diversos desafios desde a sua criação. Murat-Duarte (2022) realça vários momentos da história do atendimento socioeducativo no estado, em que se registraram superlotações nas unidades de atendimento, sendo o mais recente o ano de 2020. Nesse ano, além de superlotação, havia denúncias de condições precárias nas unidades e de violações de direitos dos(as) adolescentes.

O quadro de superlotação também é outro ponto de crise na história do Degase e na maior parte das unidades socioeducativas de privação de liberdade do país. Em janeiro de 2020, em visita de fiscalização do MPRJ, a equipe técnica identificou um quantitativo de 136% da capacidade de atendimento da unidade de IP 12-15190, contrariando a liminar expedida em 22 de maio do ano 2019, pelo Ministro do STF Edson Fachin – exigindo a transferência de adolescentes internados de todas as unidades socioeducativas com um quantitativo superior a 119% de ocupação. (Murat-Duarte, 2022, p. 175).

Embora o período anterior aos anos 2000 não esteja incluído no recorte temporal de nossa análise, conhecer os aspectos que caracterizam o contexto no qual o Degase foi criado e se desenvolveu é importante para se entender a trajetória da organização da política de atendimento aos(as) adolescentes envolvidos(as) com o ato infracional nos anos seguintes.

Nessa direção, Celeste Anunciata Moreira (2005) nos apresenta em sua dissertação, *Ao encontro dos meninos: a configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro, a partir do processo de Reforma do Estado (1994- 2002)*, que:

O processo de reordenamento institucional pelo qual passou a política de atendimento à criança e ao adolescente foi bastante prejudicado pelas alterações de condução da economia e da política no país. O processo de estadualização e municipalização das ações desenvolvidas foi influenciado pela ideologia neoliberal, que assumiu com grande força o modo de encaminhamento das políticas sociais. (Moreira, 2005, p. 71).

Já conhecemos bem os resultados do modelo de ideologia neoliberal na reforma do Estado – que combinam redução de investimentos em políticas sociais, arrocho salarial e fiscal, precarização das relações de trabalho, aumento da desigualdade e do empobrecimento – bem como seus impactos nas condições de vida da população ao longo dos anos, visto as inúmeras análises já realizadas desde então. Mas, para manter esse modelo, as classes mais conservadoras também se utilizam de práticas coercitivas e punitivas que, como já mencionamos, não convivem bem com o estado de proteção social. Daí a importância do reordenamento institucional promovido pelo ECA, aprovado simultaneamente à nova fase neoliberal de reforma do Estado, para o aprimoramento das relações capitalistas.

Ao tomar como ponto de partida esse processo de reforma (1994-2002) para analisar a configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, Moreira (2005) distingue três períodos, descritos, a seguir.

O primeiro, compreendido entre os anos de 1990 e 1994, foi caracterizado pela descentralização da execução das medidas socioeducativas e pela desativação de instituições federais, notadamente o Complexo de Quintino e o Hospital da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), o que, segundo a autora, não se efetuiu conforme o planejado, devido às relações clientelistas e moralistas estabelecidas entre o Estado e os municípios. Ela afirma que de fato ocorreu uma forma de “estadualização com aproximações políticas aos municípios” (Moreira, 2005, p. 114). É importante ressaltar que a descentralização está intrinsecamente relacionada com a concretização do direito à convivência familiar e comunitária. Esse direito já se encontrava fragilizado no modelo anterior, uma vez que o cumprimento das medidas socioeducativas de privação de liberdade estava centralizado na capital do estado, resultando em numerosos casos de abandono e distanciamento entre os(as) adolescentes e suas famílias, com impactos particularmente significativos nas meninas atendidas na Escola Santos Dumont, que permanece até hoje localizada no Cense PACGC, a única unidade de internação feminina do estado.

O segundo período situa-se entre os anos de 1994 e 1998, quando o Rio de Janeiro assumiu a gestão do atendimento a adolescentes infratores(as), resultando na criação do Degase. Além dos desafios envolvendo a implementação do novo modelo, essa época foi bastante marcada pelos conflitos entre os(as) trabalhadores(as) remanescentes da estrutura federal desmontada. Apesar das tensões e disputas internas o Degase gradualmente se consolidou, e em 1995 sua equipe técnica elaborou o primeiro projeto de intervenção, intitulado *Fundamentação Político-filosófico-metodológica* (Moreira, 2005). Existiram ainda tentativas

malsucedidas de reunir órgãos do Sistema Judiciário e do Executivo em um mesmo espaço físico, visando agilizar a apuração de atos infracionais, conforme previsto no ECA (ressaltamos, todavia, que atualmente esse atendimento encontra-se reunido de tal modo que serve de exemplo para muitas cidades). Também marcou esse tempo a crise decorrente da falta de recursos e investimentos para a composição e capacitação de técnicos(as) e agentes. O estado precário dessa estrutura foi agravado por uma rebelião dos(as) internos(as) em 1997, que teve impacto significativo nos movimentos sociais, sendo seguida por novos episódios de revolta dos(as) adolescentes.

Por fim, o terceiro e último período analisado pela autora compreende o intervalo entre os anos de 1998 e 2002, tendo como marco a seleção de um corpo técnico efetivo, composto por agentes de disciplina e professores(as), por meio de concursos públicos. Isso resultou em uma redução substancial no número de terceirizados(as) envolvidos(as) no atendimento socioeducativo. Nesse período, merece destaque a transferência da gestão do Degase da Secretaria de Estado de Justiça para a Secretaria de Direitos Humanos, bem como os esforços empreendidos para a capacitação dos(as) funcionários(as).

A autora ilustra a caracterização desses momentos com narrativas de trabalhadores(as) entrevistados(as) que revelam os conflitos entre as visões distintas: algumas pessoas desejavam mudanças nas formas de gestão e atendimento, enquanto outras permaneciam alinhadas com o modelo menorista. Nota-se que apesar de a proposta do novo paradigma da Proteção Integral dos Direitos parecer moralmente justa e socialmente democrática, ela não era facilmente aceita pelo aparato criado para o(a) atendimento ao(à) adolescente envolvido(a) com o ato infracional, o que reflete as disputas existentes na sociedade. Esse aparato estava bem estruturado em posições e relações de poder e, vale realçar, de caráter patriarcal e autoritário, o que dificultava a permeabilidade da nova proposta. Por sua vez, a lógica da punição ainda estava vigente e arraigada na prática de trabalhadores(as) que faziam a passagem para o novo modelo, traduzindo-se em mais um obstáculo para a transição. E, sendo assim tão hermético e resistente a mudanças, não é difícil supor que esta seja uma das razões que explique como o sistema permaneceu como mais uma dimensão de opressão e vigilância de gênero para as meninas.

Como já analisamos anteriormente, os anos 2000 foram de agudização da violência institucional contra os(as) adolescentes, envolvendo mais ainda as meninas nos números de apreensões, em especial por tráfico de drogas. A guerra às drogas levou a um aumento significativo da violência no Estado do Rio de Janeiro,

e consequentemente ao fortalecimento de políticas de segurança pública e ao endurecimento da abordagem em relação aos(às) adolescentes infratores(as). Verifica-se no período o aumento do encarceramento e de homicídios resultante da política de “guerra às drogas” e do extermínio da juventude preta e pobre (Murat-Duarte, 2022). Como parte da política, novas unidades socioeducativas foram criadas, como também apareceram denúncias de violações de direitos humanos nas instituições.

A partir de 2007, o estado do Rio de Janeiro assistiu então ao processo de reforma do sistema socioeducativo, que promoveu ações voltadas para a profissionalização dos(as) adolescentes, a oferta de educação e atividades socioeducativas, além do apoio psicossocial e familiar. Também foram realizados investimentos na capacitação dos(as) profissionais que atuam no sistema, visando à melhoria do atendimento.

Outro avanço importante foi a descentralização do atendimento socioeducativo, com a criação de unidades em diferentes regiões do estado, objetivando facilitar o acesso ao atendimento e promover a aproximação com as famílias. Também foram criadas unidades de semiliberdade, que permitem que se cumpram a medida em período parcial na instituição e em período parcial com as famílias. Já as medidas socioeducativas em meio aberto, como a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade, foram descentralizadas para os municípios a partir de 2008, favorecendo a inclusão social dos(as) adolescentes na comunidade.⁶³

Entre as ações para a melhoria da infraestrutura, foram realizadas reformas e ampliações nas unidades, com o intuito de proporcionar condições adequadas de moradia, alimentação, saúde e educação aos(às) adolescentes.

Atualmente o Degase é vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (Seeduc-RJ) e conta com uma estrutura descentralizada, composta por 24 unidades de atendimento, sendo 9 Centros de Socioeducação (Cense) voltados para a internação e internação provisória, ilustrados no Quadro 9, e 15 Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad) direcionados para a semiliberdade, sistematizados no Quadro 10. Ambos os quadros compõem os Anexos desta tese.

Dentre essas unidades privativas de liberdade, destaca-se o Cense PACGC, o único centro de socioeducação feminino em todo o estado. Além das unidades

⁶³ As medidas socioeducativas de liberdade assistida e semiliberdade não são analisadas nesta tese, pois envolvem a privação de liberdade e estão sob responsabilidade dos municípios e não do governo do estado do Rio de Janeiro.

de atendimento, o Degase também oferece outras estruturas como a Biblioteca Cláudio Tourinho Saraiva, que contribui para a formação e a pesquisa na área, e a Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE), que tem como objetivo valorizar e aprimorar os(as) profissionais envolvidos(as) com a execução das medidas socioeducativas, incluindo pesquisadores(as) e servidores(as) públicos(as) de outros órgãos do SGDCA.

O sistema de atendimento socioeducativo também dialoga com o conjunto normativo das políticas setoriais e interage com outros subsistemas, como os de saúde, assistência social e educação. Essa interação é necessária para garantir uma abordagem integral e holística no atendimento aos(às) adolescentes em conflito com a lei.

Ao longo dos anos tem sido estimulada igualmente a participação da sociedade civil e de entidades não governamentais no processo de atendimento socioeducativo. No Cense PACGC foram realizadas parcerias com organizações da sociedade civil para a execução de programas e projetos, ampliando assim a diversidade de ações e o envolvimento da comunidade.

No processo de organização da política socioeducativa, observa-se intensa atuação dos órgãos do sistema de justiça nos últimos anos, notadamente após a aprovação da *Lei nº 12594/2012* que definiu com mais clareza o funcionamento do sistema e o papel dos(as) distintos(as) agentes públicos(as) do sistema de garantia de direitos que operam nesse campo. Desse movimento, em interação com a sociedade civil resultou a criação da Central de Vagas, a aprovação do regimento interno do Degase e da unidade do PACGC.

A criação da Central de Vagas no estado do Rio de Janeiro é um marco importante para o atendimento aos(às) adolescentes infratores(as), constituída por meio da *Resolução nº 367, de 19 de janeiro de 2021*, e da *Resolução Conjunta Seeduc/TJRJ nº 1550, de 26 de maio de 2021*. Seus principais objetivos são: i) estabelecer uma padronização na análise dos pedidos de vagas e de transferências de adolescentes nas unidades socioeducativas do Estado, ii) impedir a superlotação das unidades, evitando a degradação do sistema socioeducativo, e iii) promover o fortalecimento da socioeducação. A Central de Vagas desempenha um papel crucial na gestão das vagas nas unidades socioeducativas, garantindo que os(as) adolescentes recebam o atendimento adequado. Além disso, contribui para a melhoria do sistema socioeducativo como um todo, promovendo a eficiência e a eficácia no atendimento.

Em resumo, o histórico da conformação da política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro mostra uma evolução lenta, com investimentos em infraestrutura

e monitoramento mais presente na unidade feminina, por parte da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Sistema Judiciário.

Além disso, a reincidência do ato infracional é uma questão a ser enfrentada, evidenciando a importância de investimentos em políticas de prevenção, inclusão social e medidas alternativas ao encarceramento.

Todavia, as informações oficiais sobre o Degase obtidas no site do governo, no site na ESGSE ou por meio de comunicação direta com a direção do sistema ou do Cense PACGC, mostram o esforço que a instituição vem empreendendo no sentido de adequar suas unidades às diretrizes da *Resolução nº 119/2006*, do Sinase.

3.4.1 O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro (Pase)

Do ponto de vista político, um dos principais avanços para a socioeducação no estado do Rio de Janeiro foi a aprovação do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (2012-2022)*, conduzido pelo Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedca-RJ).

Trata-se de instrumento de planejamento estratégico de longo prazo que visa definir as diretrizes e metas para a política de atendimento socioeducativo no estado durante um período de dez anos, orientando a estruturação dos regimes de execução de medidas em meio aberto ou em privação de liberdade, com participação social e a integração entre os órgãos responsáveis.

Nesse sentido, o plano prevê o diálogo entre as políticas setoriais, como as de saúde, educação e assistência social, a fim de garantir a articulação das ações voltadas para os(as) adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional. Prevê-se, por exemplo, que o alinhamento com outras políticas se dê de maneira: a) *Conceitual*, buscando sempre a mesma linguagem; b) *Estratégica*, definindo claramente o cenário atual, o esperado e as medidas a serem tomadas para se alcançar os objetivos perseguidos; c) *Operacional*, objetivando que as pessoas e organizações, no âmbito de suas atribuições, atuem com eficiência, eficácia e efetividade e; d) *Essencial*, mantendo fidelidade à letra e ao espírito da Doutrina da Proteção Integral, entendida no marco da ampliação e aprofundamento das conquistas do estado democrático de direito (art. 6º do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, 2012-2022*).

Essa normativa define o chamado *Novo Degase* como órgão competente para operar na “formulação e execução dos objetivos, estratégias e metas da política nacional de atendimento socioeducativo no estado e responsável por implantar, executar e fazer executar os programas e ações nessa área” (art. 9º do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, 2012-2022*). Suas estratégias para implementar o Sinase no estado passam pela construção de três pilares do atendimento: 1) *Uma proposta pedagógica*; 2) *Equipes de pessoal dirigente, técnico e operacional* capazes de entender, aceitar e praticar a nova política de atendimento socioeducativo; 3) *Espaços físicos, dotados de equipamentos e demais condições necessárias*, para implementar a proposta pedagógica (art. 14 do *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, 2012-2022*).

O *Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro (2012-2022)* não faz menção às meninas, a não ser quando se trata da maternidade, mantendo-as assim, invisibilizadas e secundarizadas em suas demandas e necessidades específicas no sistema socioeducativo.⁶⁴

Na Parte II, a seguir, veremos quais são as percepções sobre as adolescentes infratoras e como elas vivenciam a realidade da internação no estado do Rio de Janeiro, na perspectiva dos(as) agentes do SGDCA, das próprias meninas e dos seus pais e/ou responsáveis, a partir de duas pesquisas com abrangência em vários estados brasileiros, nos anos de 2022 e 2018.

PARTE II

A Parte II estará dedicada às informações sobre o atendimento socioeducativo de privação de liberdade, em especial ao que se dá no Cense PACGC, centro de internação feminina localizado no estado do Rio de Janeiro, a partir de duas pesquisas com abrangência nacional, que tiveram como um de seus focos de estudo essa unidade.

A primeira, *Relatório sobre Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação*, foi publicada em 2022 pela Plataforma Dhesca Brasil e pelo Cedeca e produzida pela relatora nacional de direitos humanos, Isadora Salomão, e pela assessora técnica Nathalí Grillo. Já a segunda, *Análise da dinâmica de funcionamento da execução de medidas socioeducativas de meninas adolescentes em privação de liberdade (internação) em 10 cidades brasileiras*

⁶⁴ O Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro ainda não passou por uma avaliação (até o momento da finalização desta tese, em outubro de 2023).

distribuídas nas cinco grandes regiões, foi realizada em 2018, pelo Ibam, sob minha coordenação. Nenhuma delas, todavia, teve como finalidade esta tese.

Ambas as pesquisas percorrem o dia a dia da internação no Cense PACGC, sob a perspectiva dos(as) entrevistados(as), a saber, agentes do SGDCA e as próprias adolescentes infratoras. A segunda pesquisa também ouviu os pais e/ou responsáveis das internas.

3.4.2 O Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (Cense PACGC)

Conforme já sinalizado, o Cense PACGC é a única unidade do estado do Rio de Janeiro que recebe meninas em cumprimento de medidas de internação provisória e internação. Localizado no bairro da Ilha do Governador, na capital do Rio de Janeiro, ele compartilha o espaço com outras unidades do Degase, como outros Cense, a ESGSE e o Colégio Estadual Luiza Mahin, onde as meninas estudam.

Como já explicado, a seguir discorreremos a respeito de uma avaliação realizada no Cense PACGC, presente no *Relatório sobre Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação*, de 2022. O documento é fruto da pesquisa que analisou as condições de cumprimento das medidas socioeducativas no Brasil, com visita aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, e apresenta recomendações para a superação da realidade de violações no país. Foi produzido por Isadora Salomão e Nathalí Grillo, e publicado pela Plataforma Dhesca Brasil e pelo Cedeca.

O relatório oferece uma descrição da estrutura do Cense PACGC, segundo informações oficiais da direção da unidade, que inclui: alojamentos, refeitório,⁶⁵ uma sala de leitura acessada pelas adolescentes, quadra de esporte e lazer, espaços para atendimento técnico e de saúde, salas de visita e pátios internos onde as meninas realizam atividades e recebem suas famílias nos dias de visita, que ocorrem tanto de segunda à sexta-feira como nos finais de semana. Possui também um berçário para atender às adolescentes com filhos(as). Entretanto, atualmente, apenas em situações extremamente graves as adolescentes grávidas ou

⁶⁵ Há uma cozinha tipo industrial no espaço, mas alimentações servidas às meninas chegam por “quentinhas” de um fornecedor subcontratado. Em relação à alimentação, ainda que haja avisos nutricionais nas paredes sobre a necessidade de se consumir frutas e verduras, o que é servido às adolescentes são alimentos processados e industrializados (Salomão; Grillo, 2022).

parturientes permanecem nas unidades fechadas, o que sugere que a prioridade é buscar alternativas para atendê-las fora desse ambiente.

Vale lembrar, como já foi apontado, que a Missão da Plataforma Dhesca sobre o atendimento às adolescentes em cumprimento de medida de internação fez duras críticas ao espaço físico do Cense. A precarização do atendimento às meninas se revela na sala destinada ao atendimento de saúde mental das adolescentes, aparentemente sem uso e degradada, no berçário improvisado localizado em um pequeno espaço, com uma cama e uma mesa de computador, sem muitos elementos relacionados à possível demanda das meninas grávidas e parturientes e numa sala reservada à enfermaria, com estrutura igualmente precária (Salomão; Grillo, 2022).

Apesar das recomendações da *Resolução nº 119/2006* sobre as adequações nas unidades de atendimento, a estrutura do local se assemelha às unidades do sistema prisional brasileiro. Uma evidência disso é a presença de algemas com os(as) agentes socioeducativos(as) no traslado das meninas do alojamento aos veículos de transporte que ficam estacionados no interior da unidade, para atividades externas. A impressão geral sobre a unidade é a de que ela está organizada para cumprir as funções de uma prisão, numa lógica militarizada, embora exista uma memória espacial de unidade educacional, com amplo e arborizado pátio central (Salomão; Grillo, 2022).

Outras evidências que ilustram bem esse modelo são: a necessidade de formação em fila, exigida para qualquer atividade do PACGC; a falta de espaços e momentos organizados para o acesso à leitura e às atividades educativas; a similaridade entre os trajes dos(as) agentes socioeducativos(as) e os dos(as) policiais; as grades e trancas nas janelas e portas dos dormitórios; as condições precárias de manutenção dos dormitórios e banheiros (Salomão; Grillo, 2022).

Em regra, os relatos das meninas presentes no relatório de Salomão e Grillo (2022), já mencionado, apontam que elas ficam majoritariamente trancadas em seus respectivos alojamentos, salvo nos momentos em que estão na escola (das oito às onze horas da manhã) e no pátio (apenas uma hora diária). Em todos os outros períodos elas permanecem nos dormitórios. As meninas em cumprimento de medida no Cense PACGC são, majoritariamente, negras, como é comum nos espaços de internação e prisões no Brasil. A questão evidenciada, segundo Salomão e Grillo (2022), é a do racismo amplificado no tratamento e no visível descaso com as meninas, em um espaço em que a lógica de “mini prisão” se faz presente.

Vários outros aspectos nos mostram como a política socioeducativa está se organizando na lógica da segurança pública e pelo caminho da militarização, o

que se distancia dos valores e das práticas da socioeducação. Em 2020, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) retirando o Degase da pasta da Educação para subordiná-lo à Segurança Pública, o que viola a Constituição Federal (Salomão; Grillo, 2022). No ano de 2019 foi aprovada a *Lei Estadual nº 8.400, de 23 de maio de 2019*, que autorizava o porte de armas não letais (tais como spray de pimenta e eletrochoque) para a categoria de agentes socioeducativos(as), ativos(as) e inativos(as). No entanto, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro declarou a inconstitucionalidade dos artigos dessa lei, baseada no entendimento de que apenas a União pode legislar sobre Direito Penal e o comércio de materiais bélicos. Além disso, a utilização de armas dentro das unidades socioeducativas está proibida, podendo os(as) agentes utilizá-las apenas durante as escoltas que demandem alto risco (Salomão; Grillo, 2022). Não obstante, os(as) agentes socioeducativos(as) que trabalham no Degase podem ter seu cargo renomeado para “agente de segurança socioeducativa”, graças ao *Projeto de Lei 2.097/16, aprovado em 29 de junho de 2017* pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), de autoria do deputado Bruno Dauaire (PR), o que demonstra a força que essa categoria possui na política do Degase, alicerçada pelo estado como um todo.

Em que pese os depoimentos marcados pelo viés da afetividade entre os(as) técnicos(as) e as meninas, a partir das narrativas da direção da unidade, segundo o relatório de Salomão e Grillo (2022), o clima no Cense PACGC é de tensão e coerção, similar à lógica do poder “policial” exercido no Rio de Janeiro. Como já citado, os casos de violência e assédio sexual denunciados nos últimos anos, cometidos por agentes socioeducativos vitimando as adolescentes, impeliram o Degase a responder institucionalmente sobre o papel desses profissionais no sistema socioeducativo. A questão ainda é alvo de disputa e incidência junto ao Sistema de Justiça e ao governo estadual. Um exemplo disso é a existência de reuniões periódicas de monitoramento com gestores do Cense PACGC e a força-tarefa do MP-RJ.

De acordo com representantes da Defensoria Pública, a instituição parece dificultar o acesso mais frequente das adolescentes ao contato familiar. O direito às visitas ou às ligações telefônicas no Cense PACGC é frequentemente usado como moeda de barganha no controle do comportamento das meninas (Salomão; Grillo, 2022). A gravidade dessa conduta é clara quando lembramos como a distância entre o Cense e as cidades do interior, mesmo as do grande Rio, representa um desafio ao acompanhamento familiar, prejudicando a reconstrução e/ou fortifi-

lecimento do vínculo familiar e impactando a reavaliação da medida para o desligamento das meninas, podendo inclusive fazer com que ela se prolongue, piorando ainda mais as condições de precarização de suas vidas.

Conclui-se que no cenário já bastante delicado da socioeducação no estado do Rio de Janeiro, a influência da lógica evidente de militarização e de encarceramento enfraquece ainda mais qualquer possibilidade de se pensar a não violação de direitos das adolescentes infratoras.

O Projeto Político-Pedagógico

Documento essencial para orientar o trabalho nas unidades socioeducativas de internação, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve contemplar ações voltadas para a educação, cultura, esporte, saúde e assistência social, buscando promover a inclusão social das adolescentes, o desenvolvimento de suas capacidades e a garantia do cumprimento dos seus direitos.

O PPP é composto por: a) uma *apresentação sobre a unidade gestora e as de atendimento*, suas competências e estrutura organizacional; b) um *diagnóstico institucional*, incluindo os recursos disponíveis, a capacidade de atendimento, o perfil dos(as) adolescentes atendidos(as) e principais desafios a serem enfrentados; c) os *objetivos, metas e resultados* esperados para o período em que o PPP estiver vigente; d) as *estratégias e ações pedagógicas* com a descrição das abordagens e metodologias utilizadas na educação dos(as) adolescentes(as), incluindo a oferta de ensino formal, cursos profissionalizantes, atividades de lazer e cultura, entre outras; e) a composição da *equipe técnica e profissional*, com a descrição das funções e atribuições dos(as) profissionais que atuam na instituição, como pedagogos(as), psicólogos(as), assistentes sociais, entre outros(as); f) a estratégia de *avaliação e acompanhamento* com definição de indicadores e metas; g) as estratégias de *parcerias e articulações* com outras instituições governamentais e não governamentais que colaboram com o Degase no atendimento socioeducativo (Salomão; Grillo, 2022). Compõem ainda o PPP, os valores, objetivos e prioridades que norteiam a formação dos(as) socioeducandos(as) e socioeducadores(as).

O PPP deve ser formulado com a participação dos(as) envolvidos(as) no atendimento, tornando-se um instrumento de construção e apropriação do conhecimento que se tem sobre os(as) socioeducandos(as) e sobre a socioeducação, ressignificando e organizando as ações educativas.

O Rio de Janeiro possui PPP para quase todas as unidades. O Cense PACGC possui um PPP que, segundo a direção da unidade, foi construído de

forma participativa envolvendo técnicos(as), setor administrativo, agentes de segurança socioeducativa e as próprias adolescentes (Souza, 2018).

A participação das adolescentes se deu a partir da representação dos(as) técnicos(as) que consideraram os elementos presentes no dia a dia do atendimento, em conversas e interações, bem como em reuniões individuais com as meninas. No entanto, a equipe técnica constatou que dentre os(as) agentes do SGDCA que interagem com a unidade, poucos são os(as) que têm conhecimento sobre o teor do documento.

O que se aplica também à escola onde as adolescentes estudam, pois, apesar de estar localizada no mesmo espaço do Cense, a escola possui seu próprio PPP, e sem sincronia com o dele (Souza, 2018).

Portanto, é fundamental promover a divulgação do PPP do Cense e incentivar o diálogo entre as diferentes instituições envolvidas no atendimento socioeducativo, para que a integração das ações possa impactar a efetividade do atendimento às adolescentes facilitando assim a sua reinserção social.

O Regimento Interno

O Regimento Interno (RI) é um conjunto de normas e regras que regula o funcionamento da unidade de internação, estabelecendo direitos e deveres, tanto das adolescentes, quanto dos(as) profissionais que atuam na unidade. O RI é essencial para garantir a organização e a segurança do ambiente socioeducativo, sendo também um dos documentos necessários para o registro e a inscrição do programa de atendimento no Cedca.

O RI do Novo Degase data do ano de 2018, e trata dos seguintes temas que organizam o seu funcionamento: a) *direitos, deveres e estímulos* do(a) socioeducando(a); b) *prontuário de atendimento socioeducativo e plano individual* de atendimento; c) *políticas públicas e sociais* (assistência material, assistência social, assistência religiosa); d) *educação e seus fluxos*; e) *segurança*; f) *regime disciplinar*; g) *visitas*; h) *fluxo de entrada dos(as) adolescentes*, da documentação e quantitativo; i) projetos; j) *centros de atendimento socioeducativo* e; k) *atribuições dos cargos* inerentes à execução da medida socioeducativa (Salomão; Grillo, 2022).

Já o RI do Cense PACGC, data do ano de 2019 e é similar ao do Novo Degase, abordando ainda: a) os *direitos, deveres, estímulos* e gestão participativa; b) a *admissão e documentação* das adolescentes; c) as *rotinas de atendimento*; d) os *setores e servidores(as) do Cense*, incluindo os(as) terceirizados(as); e) o *regime, as infrações e as sanções disciplinares*; f) a *Comissão de Avaliação Disciplinar*, o *procedimento disciplinar*, a *prática restaurativa*; g) o *uso de material*

menos letal; h) o uso de força; i) o projeto político-pedagógico; j) o Colégio Estadual Luiza Mahin; k) as greves e paralisações.

Vê-se pela abrangência temática a importância do RI e de sua integração ao PPP. No entanto, ambos os instrumentos não têm aderência à ação socioeducativa, segundo depoimentos dos(as) entrevistados(as) pertencentes ao Sistema Judiciário, que efetivamente desconhecem o seu conteúdo (Salomão; Grillo, 2022).

3.4.3 Percepções sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Cense PACGC

Aqui serão analisados os conteúdos das entrevistas, rodas de conversa e grupos focais no contexto da pesquisa *Análise da dinâmica de funcionamento da execução de medidas socioeducativas de meninas adolescentes em privação de liberdade (internação) em 10 cidades brasileiras distribuídas nas cinco grandes regiões*, da qual fiz parte, realizada pelo Ibam, em 2018, nas dez cidades brasileiras com as maiores concentrações de internas, tendo como objetivo investigar a dinâmica de funcionamento do atendimento às internas em suas singularidades. Participaram do estudo agentes do SGDCA, além das meninas infratoras e de seus pais e/ou responsáveis. Nesta tese interessa-nos entender as percepções sobre as adolescentes e suas experiências de internação na perspectiva dos(as) profissionais que as atendem.

Como já anteriormente afirmado, embora não tenha sido realizada para a finalidade desta tese, os(as) agentes entrevistados(as) e os(as) participantes das rodas de conversa e dos grupos focais revelam claramente as condições de precariedade existentes na vida das adolescentes internadas, corroborando com os dados das pesquisas apresentadas a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, dispostas aqui no Capítulo 1.

A relação dos(as) participantes, bem como o instrumento de coleta de informações usado em cada caso encontram-se disponíveis no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6: Participantes escutados(as) na pesquisa no Rio de Janeiro, em 2018.

Cargo	Quantidade	Instrumento de coleta de informações
Direção do Degase.	5	Roteiro de entrevista semiestruturada.

Direção do Cense PACGC.	2	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Técnicas de atendimento do Cense PACGC.	2	Roteiro de roda de conversa.
Presidência do CEDCA.	2	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Justiça da Infância e da Juventude da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas (Vemse), Comarca da Capital.	1	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude.	1	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Defensoria Pública da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA), Setor de Execução.	1	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Delegacia de Proteção do Adolescente (DPCA).	1	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Familiares e/ou responsáveis pelas adolescentes internadas no Cense PACGC.	4	Roteiro de entrevista semiestruturada.
Adolescentes internadas no Cense PACGC.	15	Roteiro de grupo focal.
Total de participantes: 34		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

A precarização da vida das meninas infratoras é evidenciada por situações de pobreza, baixa escolaridade, trabalho precoce, maternidade precoce, pouca perspectiva de futuro, falta de acesso a políticas públicas, dentre outras. Soma-se a esse contexto a situação de abandono, por meio da ruptura e fragilização dos vínculos familiares, não raramente anteriores ao ato infracional, o que dificulta a sua reinserção social. Na compreensão dos(as) agentes, as adolescentes apresentam um histórico de vulnerabilidade social, abandono familiar e aproximação com as drogas e com o tráfico. São provenientes de famílias pobres, que possuem pouca ou nenhuma renda. Nessas famílias, a mulher (mãe ou avó) geralmente assume a principal ou única responsabilidade pelo sustento familiar e pelos cuidados dos(as) demais familiares, especialmente dos(as) menores de idade.

A gente percebe que a adolescente que ganha a medida de internação, ela não é das camadas mais abastadas. Pelo contrário, vem das periferias, das comunidades. Aí se mistura com a questão cultural. Não tem muito estudo, deixou o estudo. Muitas vezes é mãe. Muitas vezes, já está trabalhando. Tem pouco acesso a cinema, teatro, diversão no local onde ela mora. Fica ali onde mora... Como aqui no Rio de Janeiro a gente só tem uma unidade que pega todo o estado, você vê meninas com perfis completamente diferentes. Aquelas que são bem do interior, que moram em sítio, vêm encontrar com a menina que é da capital, que praticou um ato infracional de natureza diferente do delas, que tira o ato infracional como forma de sustento.

Diferente daquela que acabou, por uma ocasião, praticando ato infracional. Então você às vezes encontra em alojamento uma menina que já cometeu homicídio, que matou o próprio filho ou matou enteado, mas por uma ocasião especial, por falta de recursos que ela tinha, cultural, socioeconômico, cuidava de um monte de criança... junto com uma adolescente que praticou às vezes um tráfico. Então, que ela já estava naquele... como uma espécie de trabalho. A gente vê que não é o desenvolvimento socioeconômico bom, e cultural bom, e racial também, né? O que se vê, mais uma vez, é que a maioria é negra, ou preta e parda, né? Não se tem um menino ou uma menina padrão europeu praticando ato infracional, infelizmente. (Entrevistada do Sistema Judiciário, 2019).

3.5 Uma abordagem de gênero sobre o atendimento socioeducativo

3.5.1 Os estereótipos de gênero

Retomando as chaves de análise para a compreensão da forma como se organiza a política de atendimento socioeducativo às adolescentes infratoras que cumprem medida de internação no Rio de Janeiro, observa-se que as percepções dos(as) agentes socioeducativos(as) sobre as meninas infratoras estão marcadas por estereótipos de gênero negativos e discriminatórios, como mostram os trechos das entrevistas a seguir:

As meninas são mais passionais. (Entrevista com integrante da equipe técnica do Cense PACGC, 2019).

As demandas das meninas equivalem às de 10 meninos. (Entrevista com integrante da equipe técnica do Cense PACGC, 2019).

Percepção de que lidar com as meninas é mais difícil. (Entrevista com integrante da equipe técnica do Cense PACGC, 2019).

Visão das meninas como “problemáticas” e “histéricas”. (Entrevista com integrante da Promotoria Pública, 2019).

Essas percepções limitam as possibilidades das adolescentes e menosprezam suas singularidades e potencialidades, além de desconsiderarem condicionantes socioeconômicos e emocionais presentes em suas histórias de vida.

Procuramos sistematizar os principais estereótipos de gênero que são reforçados nas narrativas desses(as) profissionais e, sobretudo, quais são as consequências práticas sofridas pelas meninas em seu cotidiano de internação, no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7: Estereótipos de gênero identificados nas narrativas dos(as) agentes escutados(as) e as consequências sofridas pelas internas do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro, em 2018.

Narrativas escutadas	Estereótipos reforçados	Consequências sofridas
----------------------	-------------------------	------------------------

As adolescentes seriam: <i>“Problemáticas”</i> <i>“Díficeis de lidar”</i>	Comportamento explosivo e irracional.	Tratamento rigoroso e restrição da autonomia.
As adolescentes seriam: <i>“Passionais”</i> <i>“Histéricas”</i>	Natureza emocional e descontrolada das mulheres.	Tratamento repressor, punitivo e disciplinante dos corpos femininos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Esses estereótipos podem legitimar um tratamento inferiorizado e a culpabilização das próprias meninas pela opressão sofrida. Reforçam uma cultura institucional adultocêntrica e patriarcal que precisa ser desconstruída para que haja uma abordagem socioeducativa verdadeiramente comprometida com a proteção integral.

3.5.2 A invisibilização e a secundarização

As especificidades e demandas das meninas são frequentemente ignoradas e secundarizadas na formulação de políticas públicas para o sistema socioeducativo, o qual prioriza as unidades masculinas superlotadas. Isso se revela na escassez de recursos e investimentos nas unidades femininas, na ausência de participação das adolescentes na elaboração de documentos como o PPP e na falta de programas adequados para elas.

As meninas ficam “no fim da fila” das prioridades. As evidências das situações de invisibilização e secundarização podem ser observadas no próprio relato das adolescentes, quando: i) Indicam a saúde como o serviço mais problemático e deficiente da unidade, ressaltando a dificuldade de acesso à assistência médica ginecológica e a demora para conseguir consultas; ii) Relatam que os(as) técnicos(as) nem sempre sabem explicar sobre os processos e as avaliações de comportamento que lhes dizem respeito.

3.5.3. As opressões de gênero

Diversas formas de opressão baseadas no gênero foram identificadas por parte das adolescentes: i) Durante a apreensão policial, sofrem violência verbal e simbólica, com ataques sexistas à dignidade feminina; ii) Nos centros de internação, enfrentam imposição de atividades e discursos religiosos que buscam sua

docilização e o controle dos seus corpos; iii) No que se refere à saúde sexual e reprodutiva, são precariamente atendidas; iv) Na possibilidade de flexibilização de medidas socioeducativas, não têm sua maternidade considerada; v) em relação aos protocolos, as meninas trans não encontram adequações às suas necessidades e vivenciam discriminação; vi) E mesmo nos casos menos graves, as adolescentes em geral recebem medida de internação, aplicada sistematicamente como forma de controle social.

É imperativa a necessidade de se investir em políticas públicas específicas e de se cobrar maior conscientização dos(as) agentes de todo o sistema sobre as questões de gênero e toda a sorte de discriminações, estereótipos, invisibilizações e opressões que engendram.

Todas essas situações relatadas comprovam as opressões de gênero que violam os direitos humanos das adolescentes infratoras. Seu conteúdo aponta, indubitavelmente, para a urgência de se investir em políticas públicas específicas e de se cobrar maior conscientização dos(as) agentes de todo o sistema, sobre as questões de gênero e toda a sorte de discriminações, estereótipos, invisibilizações e opressões que elas produzem. Urge ampliar a escuta das próprias meninas e implementar ações que garantam seus direitos e empoderamento, rumo a um sistema socioeducativo despatriarcalizado e desprisionalizador.

Na narrativa dos(as) agentes públicos(as) entrevistados(as), um aspecto que marca a diferenciação das adolescentes em relação aos meninos, é que elas são mais “agressivas” e “emotivas”. Além disso, durante a apreensão apresentam maior resistência e são mais “sinceras” durante a apuração. Os(as) técnicos(as), o defensor público, a juíza e a direção da unidade afirmaram que as meninas são mais emotivas e abertas ao diálogo sobre suas questões, enquanto os meninos tendem a ser mais reservados. As emoções das meninas são mais evidentes, inclusive em relação aos afetos estabelecidos dentro da unidade.

Eu ontem falei aqui de novo pra elas. Trabalhar com 50 meninas corresponde a trabalhar com 200 meninos, porque tudo é muito intenso. Tudo é muito, tudo é exagerado, o amor é exagerado, a raiva é exagerada, a TPM [*tensão pré-menstrual*] é exagerada. Então, assim... mas é muito, muito gratificante. A menina, ela... ela faz um vínculo com você, que o menino eu nunca vi fazer. A menina volta pra visitar a gente, a menina vem aqui, a menina vem mostrar o filho que nasceu pra equipe técnica, pra alguns agentes. (Entrevistada da equipe técnica do Cense PACGC, 2019).

Para muitos(as) agentes públicos(as) entrevistados(as), o envolvimento das adolescentes em atos infracionais às vezes é motivado por namorados, companheiros ou amigos, e é marcado por um histórico de violência familiar desde a infância.

Existem muitos casos de abusos. Elas falam isso, abuso sexual, antes da apreensão. Tem muitos casos de adolescentes que acabam sendo levadas, até com familiares, pra prostituição, e da prostituição acaba desembocando no uso de drogas. E aí acabam deixando sua residência pra morar nas ruas e se aproximando de companhias que levam à prática do ato infracional. É bem comum elas acabarem sendo apreendidas junto com namorados que foram morar na rua com elas. Ou até mesmo deixarem a residência materna pra ir morar na casa do namorado, ainda muitos jovens, e acabam cometendo a prática do ato infracional. (Entrevistado da Defensoria Pública, 2019).

A visão das famílias entrevistadas sobre o envolvimento das meninas em atos infracionais expressa um sentimento de desgosto pelo comportamento delituoso da adolescente. Não há uma solidariedade familiar, tampouco empatia com o sofrimento das meninas, uma vez que os membros masculinos da família (irmãos e pais) não aceitam o fato e não oferecem nenhum tipo de apoio em seu processo de socioeducação, restando às mulheres essa responsabilidade de acompanhamento. Uma das familiares das adolescentes relatou que sua mãe morreu quando ela tinha 18 anos e a irmã, 8 anos. Elas ainda têm mais dois irmãos, mas a família é muito desunida. Depois que a mãe faleceu, “a irmã ficou largada, foi morar com uma tia e depois com a outra irmã”, quando então ficou definitivamente sob sua responsabilidade. Ela conta que a relação com a sua irmã, interna no Cense PACGC é muito boa. “Ela me ouve muito. Ainda mais agora porque sou a única que estou ao lado dela aqui. Sou a única que vem visitá-la”.

De acordo com o depoimento dos técnicos e da direção, as meninas criam laços com os(as) trabalhadores(as) das unidades e frequentemente compartilham experiências sobre as transformações físicas e hormonais típicas dessa fase. Segundo relatos dos(as) técnicos(as), muitas meninas nunca receberam orientações sobre esses processos, o que se soma à carência afetiva que enfrentam. Elas tendem a buscar referências paternas e encontram nos técnicos (homens) uma figura masculina de apoio. Trata-se do atravessamento do patriarcado com o familismo.

Alguns dos homens entrevistados entre os agentes públicos expressaram que o atendimento a uma menina demanda o tempo equivalente ao atendimento de três meninos. Elas apresentam demandas distintas, segundo eles, e expõem

mais problemas familiares (muitas têm filhos) e propõem questões relacionadas à melhoria no atendimento do Cense.

As demandas delas são bem diferentes das demandas dos meninos, eu até costume dizer que o atendimento de uma menina costuma demorar o tempo de três meninos, porque os meninos, eles têm uma dificuldade maior de expor, de expor a situação, como é que está o cumprimento da medida, como é que não está. As meninas têm uma facilidade maior de conversar sobre os problemas no cumprimento das medidas, os problemas familiares que a gente pode tentar auxiliá-las a resolver. Porque muitas vezes ela está lá dentro e está preocupada com questões familiares. Muitas delas têm filhos, né? Então, traz uma demanda também quanto à questão da guarda, quanto à questão de como é a criança, quanto à questão de visitação, de algum parente que está com a criança e que ela se preocupa se está realmente. Nossa atuação na unidade feminina não se restringe, muitas vezes, a um atendimento jurídico do ato infracional que ela praticou, ou não. A gente acaba fazendo contatos e prestando uma assistência também da situação familiar dela, que repercute em outros juízes de família, cível, envolvendo a guarda das crianças. (Entrevista com profissional do Cense PACGC, 2019).

Incompreensões a respeito das questões relacionadas à performatividade de gênero não binária e não heteronormativa vivenciadas pelas meninas, durante o cumprimento da medida, foram mencionadas em diversos momentos pelos(as) agentes públicos(as) entrevistados(as), denotando a importância de uma abordagem adequada sobre esses temas, no contexto do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. A equipe técnica do Cense PACGC relatou que realiza um trabalho contínuo com as adolescentes e em parceria com a escola, para desconstruir estereótipos de gênero, apesar das dificuldades, dado que o sistema como um todo é marcado pela lógica patriarcal. Segundo esses(as) entrevistados(as), muitas das internas desenvolvem relações afetivas entre si dentro da unidade devido à carência, o que é conversado para esclarecer que tais vínculos não indicam, necessariamente, que sejam lésbicas.

Desde 2016 o Cense PACGC passou a receber adolescentes transgênero, o que inicialmente gerou conflitos e resistência por parte das demais meninas internadas. Para lidar com essa questão, a equipe técnica realizou um trabalho contínuo de conscientização com todos os grupos, a fim de quebrar preconceitos, mudar paradigmas e alcançar a aceitação das adolescentes trans no ambiente da unidade.

No estado do Rio de Janeiro existem duas delegacias especializadas no atendimento de adolescentes autores(as) de atos infracionais, uma situada na área central da capital do estado, e a outra no município de Niterói. A delegacia da capital recebe os(as) adolescentes encaminhados(as) de qualquer delegacia não especializada que faça a apreensão. Porém, só recebe diretamente (sem ser por intermédio de outra delegacia) os(as) adolescentes que são apreendidos(as)

na capital. A delegacia especializada é a que direciona o(a) adolescente para o Degase. Segundo a legislação, os(as) adolescentes devem ficar o menor tempo possível na delegacia civil, que busca acelerar o fluxo das rotinas para que ele(a) chegue com brevidade ao Degase, afim de que possa ser apresentado(a) à audiência no período de 24 horas.⁶⁶

Legalmente, como afirmado pelos(as) agentes do sistema de segurança e justiça, não há distinções nos procedimentos de apreensão, exceto pela revista realizada por mulheres, pela separação dos meninos nas celas da delegacia e pelo respeito ao nome social que queiram adotar, em virtude de sua identidade de gênero.

Em relação ao respeito dos direitos das adolescentes durante a apreensão, o representante da Defensoria Pública informou que um dos primeiros questionamentos junto às meninas, quando do primeiro contato com elas, é se houve algum tipo de agressão. Enquanto muitos meninos relatam agressões físicas, as meninas mencionam agressões verbais, xingamentos, ataques à honra e, em alguns casos, até abuso físico. É observado por parte das adolescentes um receio em relação aos agentes que as conduzem para a delegacia, especialmente quando envolvem guardas municipais na capital.

Um dos questionamentos que a gente faz no primeiro atendimento com eles é sobre como foi a apreensão, se teve algum tipo de agressão, ou não. E o relato dos meninos é muito de agressões físicas, de chute, socos, torturas. Nas meninas, a maioria dos relatos é de agressões verbais, de ofensas verbais, de ataques à honra da adolescente. Já houve relatos até de abusos físicos, mas a maioria dos relatos é de abusos verbais, à sua honra. Na maioria dos casos, a apreensão é pelo agente masculino. Quando vai ser encaminhada pra unidade, aí sim é uma abordagem pela agente feminina, mas sempre na primeira localidade, lá na rua, quando são apreendidas, não tem esse procedimento como se esperava, de aguardar uma mulher pra fazer qualquer tipo de revista. (Entrevistado da Defensoria Pública, 2019).

São denunciados abusos e desrespeito aos direitos humanos das adolescentes durante a apreensão policial, com relatos de violência verbal e simbólica contra as meninas.

Já na delegacia, tenta-se o contato com os responsáveis pelas adolescentes, no momento da “apreensão”, os quais por vezes não demonstram interesse, resultando em um completo abandono. Quando os responsáveis não aparecem

⁶⁶ Não foram encontradas informações específicas sobre orientação, norma ou resolução da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro que trate do que deve ser observado durante a apreensão de mulheres e meninas. No entanto, é importante notar que todas as ações de segurança pública devem respeitar os direitos humanos e as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal e em tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário.

para buscá-las, seja por desinteresse ou por dificuldade de contato, elas são encaminhadas para a internação provisória. Em situações específicas, como gravidez ou deficiência física, é oferecida uma atenção diferenciada para agilizar a inclusão na pauta de audiência.

Os depoimentos dos representantes da delegacia policial indicam que a maioria das adolescentes é apreendida na companhia dos meninos, e que geralmente há diferenças em relação ao papel de cada um no cometimento de atos infracionais relacionados às drogas. Enquanto os meninos estão mais envolvidos na venda de drogas com armas e rádio, em localidades de risco, as meninas costumam ser apreendidas no transporte das drogas, sendo pagas para realizar inclusive deslocamentos interestaduais.

Para o representante do Sistema Judiciário é possível identificar dois perfis de meninas que praticam atos infracionais: aquelas que o fazem como meio de trabalho, entrando para o tráfico por influência do companheiro e eventualmente envolvendo-se em roubos; e aquelas com trajetórias de vulnerabilidade, que vivem na rua, praticam furtos e participam de grupos, mas não apresentam “o mesmo nível de envolvimento criminoso das primeiras” (SIC). Essa mesma visão foi observada nas narrativas de representantes do Sistema Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público.

3.5.4. O cotidiano do Cense PACGC segundo a equipe de profissionais e as adolescentes atendidas

A pesquisa investigou o cotidiano do atendimento na unidade de internação, trazendo à tona diversas questões relacionadas aos serviços de apoio oferecidos, à rotina de atividades e às especificidades do atendimento às meninas em privação de liberdade. Para melhor entendimento, as informações foram organizadas obedecendo a divisão pelos seguintes tópicos de interesse, segundo a ordem em que serão apresentados: saúde; educação; atividades culturais, esportivas e de lazer e profissionalização; parcerias para o desenvolvimento das atividades socioeducativas e religião.

Saúde

Foram examinados os principais serviços oferecidos no Cense PACGC, incluindo o atendimento ambulatorial de saúde, que engloba especialidades como ginecologia e obstetrícia, entre outras.

Existe uma equipe de saúde lá na unidade, apesar de não ser formada por uma quantidade significativa de médicos, eles têm uma enfermaria e um atendimento dentário capaz de fazer um primeiro atendimento e analisar a necessidade de encaminhamento pra [outros] médicos. (Entrevista com integrante da Defensoria Pública, 2019).

Eu acho que tem que ter uma legislação, um pacto que diga... ou no próprio Regimento Interno, assim... como obriga, assim como determina que ela vai fazer uma avaliação médica, uma avaliação ginecológica, que faça esse tipo de avaliação. Isso tem que ser criado. Na unidade feminina isso tem que acontecer. Ela tem que ser levada pra um atendimento específico pra esse fim, pra que se dê o olhar... se não isso não vai... não vai ser observado. Vai passar o tempo, a medida vai embora e ela não vai, não vai ter acompanhamento. (Entrevista com integrante do Sistema Judiciário, 2019).

Indicam que tem dentista, mas ginecologista não conseguem. Indicam que saúde mental acontece porque muitas tomam remédios psiquiátricos. Mas o atendimento médico em geral não existe, e demora muito a serem atendidas. (Entrevista com integrante da Promotoria Pública, 2019).

No grupo focal realizado com as adolescentes, o atendimento em saúde foi avaliado como “não satisfatório”. Uma delas disse que estava há quatro meses sem menstruar e que ainda não tinham conseguido uma consulta para ela. A ausência de visitas íntimas também foi mencionada. As meninas criticaram ainda a má qualidade dos absorventes íntimos e a pouca quantidade distribuída. A pasta de dente que o Centro distribui é considerada de má qualidade também.

Segundo muitas das adolescentes, os familiares trazem sabonete e material de banho, mas os(as) agentes não os entregam para elas. As meninas contaram que por causa de uma briga entre duas delas, certa vez, a utilização de giletes foi suspensa, e agora elas reclamam por estarem muito “peludas”.

Os problemas estão ligados à infraestrutura da unidade, sobretudo, com relação ao acesso a alguns objetos de higiene pessoal. Isso gera muita barganha e troca. Coisas que são direitos das mulheres são tratados como benefícios. O sabonete, o xampu e o absorvente, por exemplo, podem ser retirados em razão do seu comportamento. (Entrevista com representante da Defensoria Pública, 2019).

Em que pese a existência de uma estrutura para o atendimento em saúde no interior da unidade, este é alvo de reclamações não só por parte das meninas, mas igualmente por parte do próprio Sistema Judiciário, da Defensoria Pública e da Promotoria Pública.

O atendimento em saúde insuficiente (ou mesmo ausente) pode ser analisado como um caso exemplar de opressão de gênero e de violação dos direitos humanos, em especial do direito à saúde sexual e reprodutiva, como bem se nota

de maneira transparente nos depoimentos. Importante lembrar que em 2015, o MNPCT e o CNMP consideraram a prática da negação a produtos de higiene e cuidado pessoais como análoga à tortura. Logo, temos aqui reiteradamente a constatação de que as demandas particulares e específicas das meninas são invisibilizadas, o que as secundariza, mais uma vez, em relação aos meninos:

Deveriam ter mais compreensão porque somos mais sensíveis, temos TPM, ficamos menstruadas. (Entrevista com menina em cumprimento de internação no Cense PACG, 2019).

Eles tratam a gente como meninos, mas nós somos diferentes. (Entrevista com menina em cumprimento de internação no Cense PACG, 2019).

Também foram investigados os programas destinados ao tratamento de transtorno mental, dependência de álcool e outras drogas (substâncias psicoativas). Esses serviços são essenciais para o bem-estar e a saúde das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, embora não haja na unidade tratamento especializado. De acordo com uma entrevistada da equipe técnica, surgem dificuldades quando é necessário encaminhá-las para atendimentos mais específicos, como obstetra, os quais são realizados fora da unidade.

A gente tem a saúde aqui dentro, a gente tem um médico, uma enfermeira. [Mas] A menina precisa sair, né? Então, nesse caso, tem a Clínica da Família, o Capsi e o Caps [Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil e Centro de Atenção Psicossocial]. (Entrevista com integrante da equipe técnica do Cense PACGC, 2019).

Os encaminhamentos externos podem ser mais complicados, exceto quando há uma determinação direta do(a) juiz(juíza), o que facilita o processo. Na avaliação de todos(as) os(as) agentes públicos(as) entrevistados(as) essa interface com a estrutura pública de saúde, seja municipal, seja estadual ou federal é dificultada em decorrência da falta de atendimento para a população de uma forma geral.

Educação

Como sabemos, o acesso à educação é fundamental para o desenvolvimento e a inclusão social das adolescentes. A pesquisa abordou a existência de programas de educação dentro da unidade de internação, bem como a oferta de cursos profissionalizantes, que visam preparar as adolescentes para o mercado de trabalho após o cumprimento da medida socioeducativa.

A única rotina certa é a escola. Todas elas vão à escola todos os dias. É muito difícil uma escola ter que dar conta desse universo das meninas socioeducativas, cada uma numa série. E com pouco tempo que fica, tem que... tem que ser uma coisa modular, então as pessoas não entendem muito isso. (Entrevista com técnica do Cense, 2019).

A escola é muito bem avaliada por quase todos(as) os(as) entrevistados(as), incluindo as adolescentes, que corroboraram com a percepção de que ela está mais integrada ao Cense nos últimos anos.

Quando eu cheguei aqui, aqui a escola era uma coisa apartada. Aí eu falei, como é isso, gente? Como a escola no mesmo... no mesmo espaço físico, é uma coisa apartada? Tudo era diferente, assim... A festa do parque era num dia, a deles era outra festa junina. Hoje é tudo, é tudo junto. Eles viraram parceiros. Que eu fui lá e falei, olha só, a gente está no mesmo espaço, nosso objetivo é o mesmo, o nosso trabalho é o mesmo, que é a menina. Aí eles falaram que ninguém nunca também tentou se aproximar da gente. Era sempre... a gente era visto como uma coisa que não funcionava. (Entrevista com integrante da equipe técnica que estava há nove anos no Cense, 2019).

Atividades culturais, esportivas e de lazer e profissionalização

No contexto do atendimento, as atividades culturais, esportivas e de lazer, e as profissionalizantes são extremamente importantes para o desenvolvimento, a socialização e o bem-estar das adolescentes. Foram identificadas várias atividades desse tipo oferecidas no Cense, incluindo esportes, oficinas de artesanato e música, cursos de profissionalização em manicure e cabeleireiro, seminários, palestras, rodas de conversa, entre outras.

Quanto aos cursos, eles são oferecidos fora da unidade de internação, na Coordenadoria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer (Cecel), da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, e são bem avaliados tanto pelos(as) técnicos(as) entrevistados(as), quanto pelas meninas. Entretanto, nem sempre todas as adolescentes têm acesso às atividades de profissionalização, e algumas delas podem não estar interessadas nos cursos oferecidos.

Como se observa nos relatos o cotidiano do Cense é caracterizado por uma intensa programação socioeducativa ao longo da semana, concentrando-se principalmente nos turnos da manhã e da tarde, e com atividades também aos finais de semana. As ações desenvolvidas no centro visam a socioeducação das adolescentes e a garantia de seus direitos. Durante a semana, são realizados atendimentos e acompanhamentos socioeducativos por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de serviço social, psicologia, musicoterapia e agentes

socioeducativos(as). Esse atendimento é pautado pelas demandas diárias das meninas, mas também é baseado no PIA.

Houve relatos da equipe técnica de que a quantidade de atividades além da escola tem atrapalhado o agendamento do atendimento técnico, ao que as meninas discordaram afirmando que elas é que têm que solicitar atendimento.

Na opinião da maioria das pessoas escutadas, investir em educação e profissionalização, principalmente naquelas atividades econômicas que estão em alta no mercado, levando-se em consideração também as aptidões das meninas, claro, é o que pode ajudá-las, de fato, a seguir em frente após o cumprimento da medida, rompendo ou ao menos minimizando as suas condições precárias de vida.

Mas mesmo dentro do cumprimento dessas medidas, eu percebo certa dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou mesmo num curso profissionalizante, numa... [ter] um auxílio mais pra... pra vida. O futuro da vida é um meio de trabalho, um meio de subsistência. (Entrevista com integrante da Defensoria Pública, 2019).

O adolescente, ele tem que sair do sistema. Ele precisa montar uma ferramenta pra poder auferir em lucro, pra fazer dinheiro, pra que ele não seja jogado de novo na criminalidade. Então, políticas como essa... como por exemplo, o Jovem Aprendiz, que está pra [começar a] segunda edição aqui dentro do sistema, eu acho uma grande, uma grande ferramenta, um grande instrumento. Mas como eu disse, há de se ter uma adesão mais prática, de ver realmente os cursos, as capacitações que realmente deem ferramentas ao adolescente. (Entrevista com a direção do Cense, 2019).

Depende de vaga, às vezes o curso é de manhã e aí é no próprio horário da escola dela e a gente tem que fazer um pedido pra que a escola passe ela pra tarde e a unidade diz que não tem professor à tarde. Apesar de todas já terem, possivelmente, já terem feito algum curso, ficam muito limitadas na questão de um curso só, de uma vaga... Às vezes, nem na área que ela vê pra vida dela, [que ela quer, de fato] seguir. Vou dar um exemplo: ela quer fazer o curso de cabeleireiro, porque ela tem uma oportunidade no futuro de seguir por essa área. Só que o único curso disponível é o de pizzaiolo. Então ela acaba fazendo [esse mesmo] por ser mais uma oportunidade, mas não é o que ela quer seguir. Então eu acho que poderia se investir um pouco mais em novas oportunidades de cursos. (Entrevista com integrante da Defensoria Pública, 2019).

Importante não deixar de pôr em pauta o longo tempo que algumas meninas permanecem dentro dos alojamentos e o fato de que nem todas são selecionadas para participar das atividades, resultando em mais ociosidade. Mesmo para aquelas que integram alguma iniciativa (cursos, esportes, oficinas...), não há absolutamente nenhuma que tenha frequência diária, o que seria o ideal. Uma das pessoas entrevistadas, integrante do Sistema Judiciário, confirmou o que considera ser uma grande quantidade de tempo inativo das meninas, e criticou a permanência delas por extensos períodos nos alojamentos, contando ainda que isso acontece

sempre que as equipes estão em horário de almoço, o que, segundo ela, representa uma forma de contenção e controle das mais duras.

Todavia, independentemente da realização ou não de atividades, as internas e os(as) agentes públicos(as) entrevistados(as) afirmaram o desejo de que os alojamentos ficassem mais abertos. Dois fatores, no entanto, parecem impedir que isso se concretize: por um lado, a cultura de segurança que justifica o argumento da direção da unidade, de que as brigas constantes entre as meninas exigiriam vigilância ininterrupta; e, por outro, a falta de interação adequada entre os(as) agentes socioeducativos(as) e as internas, que os(as) acusam de não conversar com elas para que realmente possam compreendê-las.

Parcerias para as atividades socioeducativas

O Cense conta com algumas parcerias para o desenvolvimento das atividades socioeducativas, abrangendo as áreas de profissionalização, cultura e lazer.

Entre elas destaca-se o Programa Jovem Aprendiz, bem avaliado pela maioria das pessoas escutadas, incluindo as adolescentes. O programa oferece cursos em parceria com a Petrobras e o Programa Social da Estação Primeira da Mangueira e as vagas oferecidas para as meninas são elogiadas pelas próprias.

De forma geral, apesar do reconhecimento dos cursos oferecidos, a duração limitada de alguns deles foi criticada (por exemplo, o curso de Jovem Aprendiz tem uma duração de aproximadamente dois meses, apenas). Além disso, os(as) entrevistados(as) ressaltaram a necessidade de aprimoramento das atividades ao longo do tempo, possibilitando sua adaptação aos interesses individuais das adolescentes. Salienta-se que os cursos de pizzaiolo, manutenção de computadores e informática foram os caracterizados como tendo maior potencial de motivá-las.

Embora o Degase possua várias instituições parceiras, os(as) entrevistados(as) lamentam a frustrante descontinuidade do aprendizado, da diversão, da socialização e de tantos outros benefícios proporcionados pelas atividades socioeducativas. Logo, é preciso investir na maior institucionalização das parcerias e em um planejamento que não renuncie ao caráter de sistematicidade das ações, para o real comprometimento com a garantia de um desenvolvimento socioeducativo mais consistente e abrangente para as meninas internas.

Religião

A prática de atividades religiosas regulares dentro das unidades de internação também foi abordada, uma vez que fazem parte da rotina do Cense.

As atividades religiosas acontecem aos finais de semana, com destaque para a presença das Igrejas Adventista, Assembleia de Deus, Igreja Católica e Universal do Reino de Deus. No entanto, a equipe de direção do Cense diz estar aberta para receber representantes de religiões de matriz africana, caso desejem realizar atividades. Esse é outro ponto polêmico entre os(as) entrevistados(as), uma vez que são inexistentes as práticas religiosas das religiões espírita e de matriz africana. Segundo a direção da unidade, isso ocorre porque “somente as vertentes evangélicas vão às unidades, as espíritas e o candomblé não têm interesse”. Há controvérsias, porém, como o depoimento a seguir, que revela como a religião pode atuar como uma das formas de opressão e vigilância de gênero sobre o comportamento das meninas em internação.

Eu tenho muito receio de tudo que é imposto de caráter religioso também. Eu acho que isso não é muito levado em consideração, é... sempre se leva em consideração a necessidade de que... pra pessoa abaixar a cabeça, né? Pra pessoa ficar mais dócil. (Entrevista com integrante do Sistema Judiciário, 2019).

Na visão dos(as) entrevistados(as), muitas dessas visitas impõem práticas religiosas, ocorrendo principalmente aos domingos, quando os(as) juizes(juízas) não estão presentes. As adolescentes relatam que nessas ocasiões são oferecidas muitas refeições, com uma grande quantidade de comida sendo ofertada pelas igrejas. Os(as) entrevistados(as) do Sistema Judiciário afirmam que a religião das adolescentes não é mencionada nos relatórios do PIA. Eles(as) concordam que o atendimento de assistência religiosa deveria ser realizado a partir da demanda das próprias adolescentes, e não ser baseado em “solicitações externas”.

O atendimento de assistência religiosa deveria ser feito a partir da demanda das adolescentes, mas é realizado a partir de solicitações externas. As adolescentes vão para as atividades realizadas pelas igrejas pra não ficarem ociosas. As igrejas levam lanche e atraem as meninas com comida, quando nem as famílias são autorizadas a levar *[qualquer tipo de comida]*. Quebra-se o argumento da segurança, usado para que os familiares não levem alimentos. (Entrevista com integrante da Promotoria Pública, 2019).

Essas questões apontam para a necessidade de uma abordagem mais sensível e respeitosa em relação à religião das adolescentes, garantindo que o atendimento religioso seja voluntário e de acordo com as preferências e crenças individuais das meninas. Além disso, é importante garantir uma oferta adequada

de atividades para que as internas não fiquem ociosas, sem depender exclusivamente das visitas⁶⁷ religiosas para ocupar seu tempo no Cense.

Conclui-se sobre o Cense PACGC, de uma forma geral, que apesar de haver muitos pontos a serem aprimorados, prioritariamente no que diz respeito ao atendimento à saúde especializada e à oferta de cursos de profissionalização, o conjunto de atividades de escolarização, cultura, esporte e lazer é considerado satisfatório e bem-sucedido pela maioria dos(as) entrevistados(as). Profissionais e adolescentes compartilham da opinião de que o Cense PACGC proporciona, sim, uma experiência positiva para as internas.

Sobre o Plano Individualizado de Atendimento (PIA)

O PIA visa identificar as necessidades individuais do(a) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, a partir de uma avaliação multidisciplinar.

Segundo a coordenação técnica do Cense PACGC, o PIA é realizada pelos(as) técnicos(as) com base na trajetória de vida das adolescentes e contando com a participação ativa delas. No primeiro encontro (renovado semestralmente), as meninas compartilham suas principais demandas e questões familiares e sociais, para que, junto com a equipe, possam definir as atividades que irão desenvolver e as metas que pretendem alcançar durante o tempo de internação, tendo como objetivo final a reinserção social de cada uma delas.

Os(as) técnicos(as) então reúnem as informações essenciais que lhes foram passadas (história, perfil, necessidades, objetivos e metas de cada interna) e elaboram um relatório de avaliação personalizado, que é considerado um documento crucial no contexto das adolescentes em privação de liberdade, pois determina a efetividade, ou não, da medida socioeducativa e, assim, a manutenção ou a revogação da internação.

Ao investigar o uso do PIA no cotidiano do atendimento no Cense PACGC, a pesquisa considerou as percepções dos(as) participantes – agentes públicos(as), técnicos(as) e das próprias adolescentes – sobre como ele contribui para a avaliação do desenvolvimento pessoal e social das internas, ao longo do cumprimento da medida socioeducativa.

⁶⁷ Em todos os Cense também ocorrem visitas por parte do CEDCA e de órgãos externos como Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário, com a finalidade de monitorarem o cumprimento da medida socioeducativa dos(as) adolescentes internados(as). Os(as) representantes dessas instituições afirmaram que as visitas às meninas são mais frequentes do que aos meninos (Souza, 2018).

Os resultados identificaram fragilidades capazes de comprometer a efetividade do atendimento, mas também alguns pontos fortes, como detalharemos no Quadro 8, a seguir.

Quadro 8: Fragilidades e pontos fortes do PIA, segundo profissionais do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro e de adolescentes internadas, em 2018.

O PIA, segundo profissionais e internas no RJ, em 2018	
Fragilidades	Pontos Fortes
Lacunas de informações no preenchimento.	Considerado eficaz como instrumento de acompanhamento do processo socioeducativo.
Falta de detalhamento dos principais elementos que ele deve conter.	Ajuda as internas a medirem o tempo de internação (balizador).
Ausência de metas claras e mensuráveis.	Proporciona sensação de segurança e previsibilidade para as internas.
Dificuldade em preencher o PIA nas unidades masculinas, atrasando os processos.	Maior facilidade em preencher o PIA na unidade feminina.
Metas que não dependem apenas da vontade da adolescente, como reaproximação familiar.	Sua estrutura não é vista como um obstáculo à sua implementação, especialmente junto às meninas.
Não é sempre utilizado no relatório como subsídio à avaliação da medida socioeducativa.	Considerado um instrumento completo como subsídio à avaliação da medida socioeducativa.
	É reconhecido como muito importante pelo sistema de justiça.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, em 2023.

Com base nas percepções dos(as) participantes, foi apontada a necessidade de aprimoramento do PIA, tanto em termos de conteúdo, quanto de metodologia, com foco na sua efetividade no processo de acompanhamento e avaliação das adolescentes. Essas sugestões podem contribuir para tornar o PIA mais eficiente e alinhado com as demandas das internas. Por exemplo, em relação às fra-

gilidades que surgem quando são traçadas metas que não dependem da participação ou vontade das meninas, como a reaproximação familiar, a promotoria de justiça sugere sistematizar as visitas, seja por parte dos familiares, seja por parte dos(as) companheiros(as) afetivos(as). Outra sugestão escutada disse respeito à importância de se ter em mente as diferenciações entre as unidades masculinas e femininas no planejamento de futuras abordagens mais sensíveis e adaptadas às características de cada uma.

Preocupa-nos sobremaneira constatar que em publicação mais recente, a saber, a *Análise da dinâmica de funcionamento da execução de medidas socioeducativas de meninas adolescentes em privação de liberdade (internação) em 10 cidades brasileiras distribuídas nas cinco grandes regiões* (Ibam, 2021), as adolescentes ouvidas relataram desconhecer o PIA, alegando não saber quais são as metas no cumprimento da medida, tampouco o nível de participação da família em sua elaboração. Tal fato apenas reforça a urgência de se redobramos os esforços em prol da melhoria do PIA.

As meninas que deixam o Cense PACGC após o cumprimento da medida de internação

O acompanhamento das meninas quando são desligadas da medida socioeducativa, é uma peculiaridade relevante a ser considerada. Mesmo existindo um setor específico, a Assessoria às Medidas Socioeducativas e ao Egresso (Amseg), responsável por articular esse acompanhamento junto aos municípios, o Cense PACGC também se envolve no processo.

Quando as adolescentes recebem progressão para liberdade assistida, o que não é aceito como uma medida socioeducativa, mas acontece no Rio de Janeiro, o acompanhamento é feito pela Amseg em parceria com os municípios. Contudo, devido ao vínculo afetivo e de confiança que é criado entre as meninas e os(as) técnicos(as) do Cense PACGC, elas tendem a retornar ao centro para dar notícias sobre suas vidas, pedir ajuda ou conselhos e até mesmo para fazer uma visita. O retorno demonstra a importância do relacionamento construído durante o período de internação e ressalta a relevância do acompanhamento contínuo pós-liberação, para auxiliar as meninas que terminaram o período de cumprimento da medida socioeducativa em seu processo de reinserção social.

4

Considerações Finais

A Constituição Federal de 1988 (CF 88) estabeleceu os direitos fundamentais de crianças e adolescentes (art. 227) e a inimizabilidade penal dos menores de 18 anos (art. 228), adotando a Doutrina da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Essa doutrina orientou a formulação das políticas públicas voltadas para esse segmento sob uma nova perspectiva. Nesse contexto, houve uma intensa mobilização política e social para consolidar as conquistas da CF 88, que se refletiu na institucionalização de ações para crianças e adolescentes, inclusive na política socioeducativa.

Além disso, a CF 88 reconheceu os direitos humanos em seus dispositivos, o que levou o Brasil a integrar o sistema internacional global nessa área, por meio da adesão a diversos documentos de proteção a segmentos como crianças e adolescentes, mulheres, adolescentes em conflito com a lei e privados(as) de liberdade, elaborados pela ONU e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Quando ratificados pelo país, eles sugerem ou exigem dos estados a implementação de medidas que assegurem os direitos acordados internacionalmente. Contudo, a garantia formal do direito não implica sua efetivação e reconhecimento imediatos.

O ECA, promulgado em 1990, é uma lei que define os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como as responsabilidades do Estado, da sociedade civil e das famílias na proteção desses direitos. O Estatuto também estabelece as medidas socioeducativas aplicáveis aos(as) adolescentes que cometem atos infracionais, garantindo o seu devido processo legal e a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A política socioeducativa é implementada por meio do Sinase, que articula programas e serviços públicos e privados nas áreas de segurança, justiça, saúde, educação, assistência social e profissionalização. A medida socioeducativa tem o objetivo de responsabilizar o(a) adolescente pelo ato infracional e, ao mesmo tempo, assegurar os seus direitos fundamentais.

Esta tese analisa a política socioeducativa voltada para os(as) adolescentes infratores(as), considerando as questões de identidade ou expressão de gênero. Para isso, revisa os principais documentos normativos que orientam a atenção

integral a essa população, tendo como pilar dessa política a aprovação da *Resolução nº 119/2006* do Conanda, que estabeleceu as bases para o Sinase.

Essa Resolução foi o primeiro documento a abordar a diversidade de gênero, uma de suas 12 diretrizes pedagógicas, a raça/etnia e a orientação sexual dos(as) adolescentes atendidos(as), reconhecendo suas especificidades e direitos. Ela orienta as práticas pedagógicas das entidades e dos programas, contemplando a diversidade de gênero. Essa orientação visa a promover uma prática pedagógica que respeite e valorize as diferenças de gênero, garantindo a equidade e a qualidade no atendimento de meninas e meninos. Além disso, busca-se estimular o debate sobre temas como sexualidade, reprodução, maternidade, paternidade, cuidados e violência de gênero, envolvendo os(as) adolescentes e seus familiares ou responsáveis.

A *Resolução nº 119/2006*, entretanto, não aborda especificamente as questões das adolescentes do sexo feminino, exceto no que se refere aos parâmetros arquitetônicos das unidades de atendimento, nos quais se recomenda a separação física e visual dos dormitórios e vestiários femininos e masculinos. Assim, observa-se que o documento utiliza as categorias “gênero” e “sexo” de forma imprecisa e insuficiente para contemplar as especificidades das adolescentes no contexto socioeducativo.

Outro acontecimento importante que marcou a política socioeducativa foi a aprovação da *Lei nº 12.594/2012* que instituiu o Sinase e reorganizou o SGDCA em todas as esferas e áreas setoriais. A lei atribuiu ao Sistema de Justiça o papel de acompanhar o cumprimento das medidas socioeducativas, unificando os procedimentos de aplicação e monitoramento. Ademais, estabeleceu o PIA como principal instrumento de acompanhamento e avaliação da medida pelo(a) juiz(juiza). Também explicitou os direitos dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, como saúde, educação, trabalho e convivência familiar e comunitária, já assegurados pela CF 88 e pelo ECA. Ela proibiu o isolamento e normatizou os regimes disciplinares nos Regimentos Internos e nos Planos de Segurança. Por fim, mencionou o tema de gênero como um princípio da execução das medidas socioeducativas, afirmando a não discriminação do(a) adolescente por qualquer motivo.

Também no ano de 2012 o Conanda aprovou o *Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo* (2013-2023), que previa ações em quatro eixos nas áreas de educação e saúde; assistência social; cultura; e educação profissional e esporte, para os(as) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Como analisado nesta tese, a partir do ano de 2006 intensificam-se os estudos científicos e a regulamentação da política em diversas áreas setoriais em todas as esferas governamentais. No que diz respeito às adolescentes do sexo feminino esses estudos analisam alguns desafios e limitações para a promoção da igualdade de gênero entre meninas e meninos em situação de vulnerabilidade social. E entre os desafios está a fragilidade de não termos ainda um atendimento que seja mais sensível às questões relacionadas às demandas e peculiaridades das meninas e à “cegueira de gênero”, já sinalizada por estudiosos do campo dos direitos da criança e do(a) adolescente.

Em que pese a aprovação de algumas Resoluções que tratam especificamente sobre as meninas, e a existência de diretrizes e princípios que reconhecem a importância da diversidade no atendimento, há um descompasso separando ainda as conquistas no campo dos feminismos com a sua efetiva apropriação, tanto na formulação da política socioeducativa, quanto na ação socioeducativa durante a execução da medida.

O contexto político desfavorável para o avanço das discussões sobre gênero e demais demandas das mulheres e meninas que se instalou no país após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a ascensão de uma tendência política mais conservadora até 2022, colocou em xeque direitos assegurados na CF 88 e no ECA, afetando as meninas, mais uma vez.

Nesse cenário, ocorreram intensos debates políticos entre sociedade civil e governo, nos quais emergiram divergências ideológicas, religiosas e morais sobre os padrões societários hegemônicos, abrangendo também as questões relativas às adolescentes infratoras. Salienta-se a disputa em torno das diretrizes e parâmetros específicos para o atendimento às adolescentes, contendo questões como maternidade, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção e combate à violência de gênero, que demorou quase quatro anos para finalmente se transformar na *Resolução nº 233/2022*, do Conanda.

Esse breve histórico confirma o pressuposto do qual partimos, ao delimitar o objeto de estudo desta tese, de que as meninas são duplamente vulnerabilizadas pela sua condição etária e de gênero, enfrentando diversas formas de violência e discriminação na sociedade, assim como, nas instituições responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas. Nesse sentido, questiona-se o papel do sistema socioeducativo como um espaço de garantia de direitos e de promoção da cidadania das adolescentes, como também os desafios para a construção de uma política pública que considere as especificidades de gênero e as demandas das meninas em situação de vulnerabilidade social. Assim, uma análise crítica da

política socioeducativa voltada às adolescentes em conflito com a lei é necessária para compreender os desafios e as especificidades do atendimento a esse público.

A partir de uma revisão bibliográfica sobre a trajetória infracional das adolescentes, seus fatores de risco e proteção, suas demandas e necessidades, bem como as intervenções e práticas socioeducativas existentes, pretendeu-se contribuir para o avanço do conhecimento científico nessa área e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

O principal problema de pesquisa analisado nesta tese foi a organização da política de atendimento socioeducativo para as adolescentes, conforme a abordagem de gênero. Em outras palavras, como adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos, em cumprimento de medida de internação, são percebidas e atendidas em seus direitos e demandas particulares, em razão de seu sexo e identidade de gênero.

A análise do marco normativo que trata do atendimento socioeducativo, em especial após a aprovação da *Resolução nº 119/2006* e de sua apropriação no estado do Rio de Janeiro, nos levou a conclusões similares às de estudos anteriores que serviram como referencial teórico para esta pesquisa.

Confirma-se que há um descompasso entre o que dizem os documentos normativos e a prática do atendimento. Desde a formulação da política socioeducativa até a execução da medida, passando pelo atendimento na unidade de internação, as meninas e suas demandas são invisibilizadas e secundarizadas, e seus direitos são negados, o que agrava suas condições precárias de vida, fortalecendo os sistemas vigentes de opressão de gênero.

Em busca de respostas às principais questões levantadas para a compreensão da política socioeducativa – a saber, como as meninas infratoras e suas demandas específicas são expressas na normativa, de que forma elas são percebidas por aqueles que com elas interagem no cotidiano do atendimento e como essas noções se materializam na execução da medida de internação –, três temas surgiram a partir do exame do material normativo e do conteúdo de entrevistas com agentes do SGDCA que atuam no Sinase, com as meninas e seus familiares/responsáveis, servindo como chaves de análise muito relevantes para a pesquisa.

Os dois primeiros temas estão bem entrelaçados. O primeiro deles diz respeito à influência das visões concebidas sobre as adolescentes infratoras na produção de desigualdades de gênero. O segundo está relacionado aos impactos dessas visões sobre a organização da política de atendimento, cujo processo de

implementação (pela via da regulamentação ou da ação socioeducativa, durante a execução da medida de internação) enfatiza os estereótipos que reforçam os sistemas de opressão de gênero na esfera institucional. O terceiro tema refere-se ao modo como se opera a precarização das vidas das adolescentes internadas, de forma individual ou coletiva, por meio da invisibilização ou secundarização de suas necessidades. O resultado alcançado com o apoio dessas chaves de análise nos possibilitou entender como o sistema socioeducativo se articula com o sistema patriarcal, produzindo e reproduzindo violências e vulnerabilidades que afetam as meninas em conflito com a lei.

Nossas constatações corroboram com as de pesquisas sobre as meninas em privação de liberdade no Brasil, cujas análises partiram de uma abordagem de gênero. Apesar de se referirem a contextos específicos, do ponto de vista territorial, social, econômico e cultural, as investigações convergem para a comprovação das desigualdades de gênero e das opressões que atravessam as experiências das adolescentes no âmbito da política de atendimento socioeducativo.

Dado o quantitativo de meninas e meninos negros no sistema socioeducativo, ressalta-se também a dimensão racial/étnica nas trajetórias das adolescentes que passam pelo sistema, mostrando como a experiência da pobreza e marginalidade é perpassada pela questão racial. Em minhas análises parti do pressuposto teórico da interseccionalidade de gênero, raça e classe para compreender como as adolescentes negras e pobres são mais vulneráveis à violência, à exclusão e à criminalização.

Há uma necessidade urgente de elaboração de políticas mais sensíveis ao gênero e aos direitos humanos das adolescentes infratoras, que priorizem alternativas à privação de liberdade, como medidas socioeducativas em meio aberto, capazes de favorecer a reinserção social das meninas. Contudo, há que se reconhecer os desafios institucionais e estruturais que limitam a efetividade dessas políticas e a necessidade de reformas sistêmicas que promovam mudanças significativas, como a efetiva transversalização de gênero no sistema como um todo.

A pesquisa social com abordagem qualitativa embasou a metodologia adotada nesta tese, e a análise de conteúdo foi o principal método utilizado para identificar e categorizar temas e padrões em dados textuais que compuseram o *corpus* de análise, quais sejam: documentos normativos e técnico-operativos do atendimento socioeducativo e os resultados de entrevistas, rodas de conversa e grupos focais realizados no contexto de pesquisa anterior, coordenada por mim, em 2018, sobre o sistema de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, que serviu de ilustração para as análises. Além disso, esta tese adota a perspectiva

de gênero como forma de compreensão de seu objeto, analisando as construções sociais e culturais em torno dos papéis que diferenciam homens e mulheres, reconhecendo-os não apenas como biológicos, mas como resultantes de processos históricos e culturais que podem ser modificados. Essa perspectiva problematiza, ademais, como as construções de gênero provocam desequilíbrios de poder entre os sexos, que podem se manifestar em formas de discriminação e desigualdade de gênero. Assim, afirma-se a pertinência dessa abordagem para uma análise mais ampla e complexa do fenômeno do atendimento às adolescentes infratoras.

Consideramos que a tese deu visibilidade às particularidades das adolescentes infratoras, ao trazer à tona como a política de atendimento socioeducativo no Rio de Janeiro se apropriou das questões relacionadas ao gênero e às especificidades dessas meninas. Aqui reside a contribuição desta pesquisa para a prática do atendimento socioeducativo sem, no entanto, fazer uma defesa da internação, da privação da liberdade como alternativa para a infracionalidade.

Esta tese não partiu de hipóteses, mas de alguns pressupostos que ancoraram as análises, uma vez que carregam um pouco da experiência da pesquisadora com estudos neste campo, sendo a última delas dedicada ao atendimento socioeducativo às meninas em privação de liberdade em dez cidades brasileiras, como se apresentou na descrição da metodologia realizada no Capítulo 1.

Seu principal objetivo foi analisar como são abordadas as questões de gênero na política de atendimento às meninas a quem se atribui a prática de ato infracional no Rio de Janeiro, para se entender como se reproduzem as desigualdades de gênero a partir desses processos.

Os pressupostos, por sua vez, têm relação estreita com os resultados observados na literatura revisada, ou seja, de que a socioeducação não contribui para a reinserção social das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ao contrário, acirram a precariedade das suas condições de vida durante e depois da medida. E mais, que o sistema de opressão de gênero opera de forma interseccional por meio do atendimento socioeducativo às meninas.

Ressaltamos outros resultados referentes à política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro, para além dos mais gerais apresentados anteriormente, concernentes às análises realizadas no conteúdo dos marcos normativos.

O primeiro deles revelou como as adolescentes infratoras são afetadas por estereótipos e discriminação de gênero no sistema socioeducativo. A partir de entrevistas com profissionais que atuam nas unidades de atendimento, identificamos as principais percepções negativas e generalizantes sobre as meninas, caracterizadas como “problemáticas”, “difíceis de lidar”, “passionais” e “histéricas”. Essas

opiniões refletem e reforçam uma visão patriarcal e machista da mulher, que a submete a um controle e a uma punição excessivos de seu corpo e de sua sexualidade. Além disso, tal concepção limita as possibilidades de desenvolvimento das adolescentes, ignorando suas singularidades e potencialidades. A representação estereotipada das adolescentes infratoras pode contribuir para a violação de seus direitos, a imposição de medidas disciplinares exageradas, a limitação de sua participação e a responsabilização das vítimas pela violência estrutural. Esses estereótipos reproduzem uma lógica adultocêntrica e patriarcal que precisa ser questionada e transformada para que a socioeducação seja efetiva na promoção da proteção integral das adolescentes.

O segundo resultado da análise crítica sobre a organização da política socioeducativa e o atendimento às meninas revela a invisibilização e a secundarização das especificidades e demandas das adolescentes em conflito com a lei. Elas são minoria no Degase, que prioriza as demandas da maioria, isto é, dos adolescentes infratores do sexo masculino. Essa lógica se mostra na escassez de recursos e investimentos na unidade feminina, na ausência de participação das adolescentes na elaboração do Plano Político Pedagógico, e na falta de programas adequados para as meninas que terminaram o período de cumprimento da medida socioeducativa. As meninas ficam “no fim da fila” das prioridades, como evidenciam seus relatos sobre as dificuldades de acesso à assistência médica ginecológica, a falta de transparência dos(as) técnicos(as) sobre seus processos e avaliações de comportamento, e a precariedade do serviço de saúde na unidade.

O terceiro resultado da análise crítica sobre as opressões de gênero sofridas pelas adolescentes em conflito com a lei revela diversas violações de seus direitos humanos. A partir de entrevistas com as meninas, identificam-se formas de violência e discriminação baseadas no gênero em diferentes etapas do sistema socioeducativo. Na abordagem policial, as adolescentes são alvo de ofensas à sua honra e moralidade. No centro de internação, são submetidas a práticas e discursos religiosos que visam sua submissão e regulação dos seus corpos. A saúde sexual e reprodutiva é negligenciada, assim como as especificidades das meninas trans. A internação é usada como mecanismo de controle social, mesmo em situações de baixa gravidade. Esses fatores demonstram opressões de gênero que atentam contra os direitos humanos das adolescentes. As entrevistas também evidenciam a urgência de superar essa ótica negativa, de ouvir as demandas das próprias meninas e de implementar ações que assegurem seus direitos e empoderamento, em direção a um sistema socioeducativo que rompa com as lógicas patriarcais e carcerárias. Propõe-se, assim, o enfrentamento das discriminações,

estereótipos, invisibilidades e opressões de gênero, por meio de políticas públicas específicas e maior sensibilização dos(as) agentes do sistema sobre as questões de gênero.

Decerto existem muitos outros aspectos a serem explorados com mais profundidade para se examinar a complexidade da política socioeducativa, segundo uma abordagem de gênero, o que não foi feito nesta tese.

Entre as sugestões de temas aqui assinalados que podem interessar à comunidade científica, distinguimos dois. O primeiro, bastante atual, diz respeito à militarização dos sistemas socioeducativos no país, em especial no estado do Rio de Janeiro, o que acirra a constante tensão entre a dimensão punitiva e a socioeducativa da medida aplicada aos(às) adolescentes que cometem o ato infracional.

O segundo se propõe examinar as razões e as formas como se dá o aumento, embora tímido, de meninas envolvidas com a infracionalidade ou com o ato infracional, notadamente em razão do seu aliciamento por parte das distintas facções de organizações criminosas no estado do Rio de Janeiro, que vêm se reorganizando do ponto de vista territorial e político.

Espera-se que esta tese, ainda que inconclusiva, seja um ponto de partida que aponte algumas questões para aprofundamentos por parte de outros(as) pesquisadores(as), no sentido de contribuir à efetiva liberdade das meninas pobres e pretas que são as maiores vítimas da violência estrutural e institucional que se opera por meio de sistemas como o do atendimento socioeducativo.

5

Referências Bibliográficas

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALBANO, S. **Michel Foucault**: glossário de aplicações. Buenos Aires: Quadrata, 2005.

ANTONY, C. Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 208, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://bdigital.binal.ac.pa/bdp/ar-tpma/mujeres%20delincuentes.pdf>. Acesso em: 6 out. 2021.

AQUINO, L. G. Criança e adolescente: o ato infracional e as medidas socioeducativas. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr. 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11414. Acesso em: 20 mai. 2023.

ARANTES, E. M. de M. Dos livres e dos cativos: breves apontamentos sobre a história das crianças no Brasil. **Revista Serviço Social em Debate**, v. 5, n. 1, p. 6-18, 2022.

ARRUDA, J. S. de. Breve panorama sobre a restrição e privação de liberdade de adolescentes e jovens no Brasil. **O Social em Questão**, Ano XXIV, nº 49, jan-abr/2021. p. 355-382.

ARRUDA, J. S. de. **Nos versos me seguro**: uma etnografia documental da trajetória de meninas na medida socioeducativa de internação no estado da Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

ARRUDA, J. S. de. **Para ver as meninas**: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Case/Salvador. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ARRUDA, J. S. de; KRAHN, N. M. W. Juvenile justice and punishment of girls in Brazil: knowledge production and research perspectives. **Oñati Socio-legal Series**, v. 10, n. 2, p. 257-290, 2020.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

BARBOSA, M. G. Educação, vida precária e capacitação. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 584-599, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, N. Prefácio. In: BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 9-11.

BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BAZON, M. R. Psicoeducação. **Teoria e prática para a intervenção junto a crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial**. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Paris: Gallimard, 1949.

BECKER, D. **O que é adolescência**. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos).

BEHRING, E. R. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade civil. In: CFESS/ABEPSS. **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BIDARRA, Z. S.; OLIVEIRA, L. V. N. Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXIX, n. 94. São Paulo: Cortez Edit., 2008. p. 154-172.

BOITEUX, L.; MAGNO, P. C.; BENEVIDES, L. (org.). **Gênero, feminismos e sistemas de justiça**: discussões interseccionais de gênero, raça e classe. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

BORGES, J. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019**. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Revogado pelo Decreto nº 11.473, de 6 de abril de 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10003.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.473, de 6 de abril de 2023**. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Casa Civil. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11473.htm#art3. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei 13.840, de 5 de junho de 2019**, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2018**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Nota Técnica nº 38 de 12 de agosto de 2013, do Ministério da Educação**. Orientação às Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), 2013. CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/nota%20te%CC%81cnica%2038%20_%20sinase.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Parâmetros de Gestão, Metodológicos e Curriculares da Escola Nacional de Socioeducação**. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, 2014. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/PAR%C3%82METROS%20ENS%20aprovado.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

BRASIL. **Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017**, que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI).

BRASIL. **Portaria nº 4, de 9 de janeiro de 2014**. Disponível em: <http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/conteudo/Portaria%20de%20Instituc%CC%A7a%CC%83o%20da%20ENS.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 805 de 16 de janeiro de 2020**, do Degase. Institui o Regimento Interno do Cense Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/279784780/doerj-poder-executivo-23-01-2020-pg-18?ref=feed>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos – PNEC-DH, instituído pela Portaria nº 4.063, de 20 de dezembro de 2021.

BRASIL. Recomendação emitida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), no dia 19 de dezembro de 2018, ao Conanda e ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT).

BRASIL. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arq_pdf/cdedica/conanda/Resolucao_109.2009.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – e dá outras providências. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-CONANDA/resolucoes/resolucao-no-119-_sinase-__de_11_de_dezembro_de_2006.pdf. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Resolução nº 159, de 4 de setembro de 2013. Dispõe sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos direitos de crianças e adolescentes em conformidade com Objetivo Estratégico 6.1 do Eixo 3 do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – PNDDCA. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, 2013.

BRASIL. Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013. Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Brasília, 2013c. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30047323/do1-2013-11-19-resolucao-n-160-de-18-de-novembro-de-2013-30047319. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Resolução nº 180, de 20 de outubro de 2016. Dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Brasília, 2016a. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24796198/do1-2016-12-26-resolucao-n-180-de-20-de-outubro-de-2016-24796104. Acesso em: 7 out. 2021.

BRASIL. Resolução nº 210, de 5 de junho de 2018. Dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação

de liberdade. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 233, de 30 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 2012b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.ht. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Conselho Nacional da Saúde. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: jun. 2021.

BUTLER, J. **Marcos de guerra**: las vidas llordas. Madrid: Paidós, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea**, Revista de Sociologia da UFSCar, v. 1, n. 1, p. 13-13, 2011.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CARUSO, G. **O vazio deixado pelas referências que se vão** – ou: perdemos bell hooks. FGV Direito Rio, Programa de Diversidade e Inclusão [on-line]. Publicado em: 16 dez. 2021.

CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Universidade e sociedade**, Brasília, v. 27, n. 60, p. 58-71, 2017.

CENTRO DE PESQUISAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Diagnóstico da execução de medidas socioeducativas de meio fechado no estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Cenpe/MPRJ, dezembro de 2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/trajetorias_diagnostico_mse_de_meio_fechado_cenpe.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

CIARALLO, C. R. C. A.; ALMEIDA, Â. M. DE O. Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 21, n. 3, p. 613-630, set. 2009.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2nd ed. New York: Routledge; London: Taylor & Francis e-Library, 2002.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade as Critical Social Theory**. Durhan and London: Duke University Press, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Dos espaços aos direitos**: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Coord. Marília Montenegro Pessoa de Mello. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/cb905d37b1c494f05afc1a14ed56d96b.pdf>. Acesso em 07 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP. **Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics, **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989.

CURIEL, O. Género, Raza e Sexualidad, debates contemporâneos. **Intervenciones en estudios culturales**, v. 4, p. 41-61, 2017. Disponível em: https://intervencioneseecc.files.wordpress.com/2017/07/n4_art03_curiel.pdf. Acesso em: 6 out. 2021.

DÁVILA, C. **Da Situação Irregular à Proteção Integral**: A juventude em Conflito com a lei em Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** – Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE NARDIN BUDÓ, M. Da política social à política penal: partidos políticos e propostas de alteração do estatuto da criança e do adolescente na câmara dos deputados. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 21, n. 1, p. 89-120, 2016. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/8750>. Acesso em: 28 mai. 2023.

DINIZ, D. **Meninas fora da lei**: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Brasília: Letras Livres, 2017.

DUARTE, J. das F. **Para além dos muros**: As experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

DUARTE, V.; CUNHA, M. I. Violências e Delinquências Juvenis Femininas: Gênero e (in) visibilidades sociais. **Humus**, 2014.

ESPINOZA, O. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCrim, 2004.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.

FERREIRA, J. M. S. **Medidas Socioeducativas de meio aberto**: uma análise sobre sua execução na cidade de Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito). Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. FBSPP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-16/>. Acesso em. 19 set. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1975.

FRANZONE, R. L. Meninas em conflito com a lei: uma análise do cumprimento de medida socioeducativa de internação para adolescentes do sexo feminino. **Revista Vianna Sapiens**, v. 10, n. 1, p. 25-25, 2019.

FRASSETO, A. Execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista. In: Ilanud, ABMP, SEDH, UNFPA (org.). **Justiça adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo, Ilanud, 2006.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FROEMMING, C. N. **Da seletividade penal ao percurso punitivo**: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo. 162 f. Tese (Doutorado em Política Social) — Programa de Pós-Graduação em *Política Social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Situação mundial da infância 2011**: adolescência, uma fase de oportunidades. Brasília, DF: Unicef, 2011.

G1. **Justiça afasta cinco agentes e diretor de unidade do Degase por suspeita de abuso sexual**. [site G1] 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/video/justica-afasta-cinco-agentes-e-diretor-de-unidade-do-degase-por-suspeita-de-abuso-sexual-9653447.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2023.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia Revan, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 79-106.

GONZALEZ, L. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRILLO, N. E. **“Força pra subir, coragem na descida”**: um estudo sobre as resistências das meninas na Fundação CASA. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

HIRATA, H. et al. (org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

HÖFLING, E. de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNt-QNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>, Acesso em: 28 mai. 2023.

HOLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro**: Formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, B. **Feminist Theory**: from margin to center. Boston: South end Press, 1984. Disponível em: https://funceji.files.wordpress.com/2017/08/bell_hooks_feminist_theory_from_margin_to_centebookzz-org_.pdf. Acesso em: 24 mai. 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no Capitalismo, **Revista Temporalis**, n. 3, Brasília, ABEPSS, 2001.

IANNI, Octavio. A questão social. **Ciência & Trópico**, v. 17, 1989.

IKUMI, D. M.; KODATO, S.; SANCHES, N. A. Significados de atos infracionais praticados por adolescentes em conflito com a lei. **Revista de Psicologia Unesp**, Assis, v. 12, n. 1, p. 51-63, jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Ibam. **Pesquisa sobre o atendimento socioeducativo às meninas privadas de liberdade, em 10 cidades brasileiras**. Relatório Executivo. Centro de Documentação Prof. João Pessoa de Albuquerque – Cedoc; Ibam, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – Ibam. **Sumário executivo dos resultados da pesquisa qualitativa**. Supervisão geral de Rosimere de Souza. Rio de Janeiro: Ibam, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População estimada pelo IBGE segundo faixas etárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1048-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-faixas-etarias?filters=1,1627;23,1627;23,1627>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada pelo IBGE segundo sexo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1120-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-sexo?filters=1,1809;23,1809>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de matrículas no Ensino Fundamental segundo sexo**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/685-numero-de-matriculas-no-ensino-fundamental-segundo-sexo?filters=1,919;23,918>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Número de matrículas no Ensino Médio segundo sexo**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-medio/689-numero-de-matriculas-no-ensino-medio-segundo-sexo?filters=1,928;23,927>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada pelo IBGE segundo cor/raça**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/populacao/1121-populacao-estimada-pelo-ibge-segundo-cor-raca?filters=1,1826;23,1826>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Proporção da população com menos de 14 anos de idade identificada às classes de rendimentos mais baixos**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/renda/840-proporcao-da-populacao-com-menos-de-14-anos-de-idade-identificada-as-classes-de-rendimentos-mais-baixos?filters=1,1289;23,1288>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de analfabetismo da população de 15 ou mais anos de idade**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/alfabetizacao/1252-taxa-de-analfabetismo-da-populacao-de-15-ou-mais-anos-de-idade?filters=1,32;23,32;24,32;22,32;21,32>. Acesso em: 19 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental**. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/ensino-fundamental/550-taxa-de-distorcao-idade-serie-no-ensino-fundamental?filters=1,103;23,103;24,103;22,103;21,103>. Acesso em: 19 set. 2023.

JUNQUEIRA, G. P. **Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: uma abordagem sociológica em Campos dos Goytacazes, RJ**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <https://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Dissertação-Giselle-Junqueira-Versão-Final.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

KURTIŞ, T.; ADAMS, G. Decolonial intersectionality: Implications for theory, research, and pedagogy. In: CASE, K. (org.). **Intersectionality pedagogy: Complicating identity and social justice**. [S.l.] Routledge, 2016.

LAMÔNICA, D. de O. R. **Conselho de Direitos e Conselhos Tutelares. Etnografia de uma experiência de política social para a infância e adolescência: o caso do município de Campos dos Goytacazes, RJ (1990-2003)**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2004.

LEONES, A. K. A. **O difícil é segurar a cadeia**: a experiência da socioeducação feminina no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

LOPES, M. M.; DE SOUZA, L. G. P.; DE OLIVEIRA SOMBRI, M. M. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). **Revista gênero**, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2004.

LORDE, A. et al. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, A. **Sister outsider**: essays and speeches. Nova York: Crossing Press, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123062/mod_resource/content/1/Audre%20Lorde%20-%20Sister%20Outsider.%20Esays%20and%20Speeches%201984.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

MADUREIRA, A. F. A. Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito, 2010. In: GALINKIN, A. L.; SANTOS, G. (org.). **Gênero e psicologia social**. Brasília: Technopolitik, 2013. p. 31-63.

MANNE, K. **Down girl**: the logic of misogyny. New York: Oxford University Press, 2017.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde pública**, n. 10, p. 7-18, suplemento 1, 1994.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOREIRA, C. A. 284 f. **Ao encontro dos meninos**: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994-2002). Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2005. Disponível em: <http://politicassocial.uff.br/wp-content/uploads/sites/124/delightful-downloads/2017/01/CelesteMoreira.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

MURAT-DUARTE, K.; RIZZINI, I. **Entre o fuzil da polícia e a caneta do juiz: compreendendo os caminhos percorridos pelos adolescentes da apreensão à sentença definitiva no Sistema de Justiça Juvenil**. 256p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

NUNES DE OLIVEIRA, C. Juventudes e violência: vidas não merecedoras de vida. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 168-184, 2022. DOI: 10.36704/ssd.v5i1.6342. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6342>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 26 out. 2023.

PEREIRA JÚNIOR, A. Um país que mascara seu rosto. In: PEREIRA JÚNIOR, A.; BEZERRA, J. L.; HERINGER, R. (Org.). **Impasses da cidadania, infância e adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992. p. 13-24.

PEREIRA, I. S. **Famílias privadas de liberdade**: a saga da violência vivenciada por adolescentes que trilham os áridos caminhos da criminalidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social) – Serviço Social, Cultura e Relações, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

PINTO, P. da S.; SILVA, R. A. S. Socioeducação: que prática é essa? In: PAIVA, I. L. de; SOUZA, C.; RODRIGUES, D. B. (org.). **Justiça juvenil**: teoria e prática no sistema educativo. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

PORTAL BRASIL. **Redução da maioridade penal pode agravar violência**. [ON-LINE] Portal Brasil. Cidadania e Justiça. Publicado em: 11 maio. 2015. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/IDADE-PENAL-ONU-reducao-da-maioridade-penal-pode-agravar-violencia#:~:text=%22Reduzir%20a%20maioridade%20penal%20n%C3%A3o,to dos%20e%20a%20todas%20adolescentes>. Acesso em: 17 maio 2023

POTENGY, G. A descentralização do atendimento de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. In: Paiva, V.; Sento-Sé, T. J. (org.). **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 57-106.

PRIORE, M. del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS ADVOCACIA. **Roubo majorado**: os fatores que agravam a situação. [Blog] Publicado em: 12 jun. 2023. Disponível em: <https://advocacia-reis.adv.br/blog/roubo-majorado-fatores/#:~:text=Circunst%C3%A2ncias%20Agravantes%20do%20Roubo%20Majorado,aumentada%20em%20at%C3%A9%20dois%20ter%C3%A7os>. Acesso em: 23 set. 2023.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Prod. Edit., 2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia das Letras, 2018.

RIO DE JANEIRO. DEGASE. **Portaria nº 154, de 4 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a instituição das diretrizes gerais de implantação do Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no DEGASE, as quais visam orientar as equipes de trabalho do sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIO DE JANEIRO. DEGASE. **Portaria nº 183, de 13 de abril de 2015**. Institui o Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional de Socioeducação – ENS, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2015.

RIO DE JANEIRO. DEGASE. Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC. **Plano Operacional de Segurança Socioeducativa – POSS**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.degase.rj.gov.br/sites/degase/files/arquivo_texto/Plano_de_Integridade__DEGASE_.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 8.400, de 23 de maio de 2019**. Dispõe sobre o porte de arma de fogo para os agentes de segurança socioeducativos do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

RIZZINI, I. Crianças e adolescentes em situação de rua: sujeitos de direitos? **Revista Serviço Social em Debate**, v. 5, n. 1, p. 19-34, 2022.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR; Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária; Amais, 1997.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fund. Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SALOMÃO, I.; GRILLO, N. **Relatório sobre Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação**. Plataforma Dhesca Brasil; Cedeca, 2022. Disponível em: <https://cedecarj.org.br/relatorio-sobre-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-internacao/>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro, 2008.

SCHMIDT, F. **Medidas socioeducativas e cultura punitiva: o recrudescimento do controle das expressões da “questão social” no Brasil**. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SENNA, S. R. C. M.; DESSEN, M. A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia, Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 101-108, jan. 2012.

SOUZA, R. de. **A Construção da Cidadania: Estudo de uma experiência de educação para e pelo trabalho, desenvolvida pelo Centro Salesiano do Menor do Rio de Janeiro – Cesam RJ**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SOUZA, R. de. **Município e a política de atendimento socioeducativo**. Rio de Janeiro: Ibam, 2018. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/municipio_socioeducativo.pdf. Acesso em: 7 mai. 2023.

SOUZA, R. de. O trabalho infantojuvenil: perspectivas históricas. **Revista Moitará**, v. 2, n. 4, 2019.

TEIXEIRA, A.; SALLA, F.; MARINHO, M. G. S. C. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, 2016.

TRAVERSO-YEPÉZ, M. A.; PINHEIRO, V. de S. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 147-162, jan/abr. 2005.

VILARINS, N. P. G. **Meninas de Santa Maria**: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação. 110 f. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

XAVIER, B. A. G. Adolescentes abandonadas e infratoras: gênero, controle e punição. **ÍANDÉ, Ciências e Humanidades**, São Bernardo do Campo, v. 5, n. 1, p. 5-17, março/2021.

6

Anexos

Anexo 1

Quadro 9: Unidades de atendimento por tipo de medida socioeducativa de internação nos municípios do Rio de Janeiro, em 2018.

Unidade	Tipo de Medida	Município
Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI-Baixada)	Internação	Belford Roxo
Centro de Socioeducação (Cense) Irmã Asunción de La Gándara Ustara		Volta Redonda
Escola João Luiz Alves (EJLA)		Rio de Janeiro
Centro de Socioeducação Dom Bosco	Internação / Internação Provisória	Rio de Janeiro
Cense Dr. Antônio Elias Dórea de Araújo Bastos		Nova Friburgo
Cense Professor Antônio Carlos Gomes da Costa (Cense PACGC)		Rio de Janeiro
Cense Professora Marlene Henrique Alves		Rio de Janeiro
Cense Gelso de Carvalho Amaral (Cense GCA)	Internação Provisória	Rio de Janeiro
Cense Ilha do Governador		

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do Degase, em 2023.

Anexo 2

Quadro 10: Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (Criaad) nos municípios do estado do Rio de Janeiro, em 2018, responsáveis por oferecer o atendimento socioeducativo em regime de semiliberdade.

Unidades	Municípios
Criaad Barra Mansa (atende meninos e meninas)	Barra Mansa
Criaad Bonsucesso	Rio de Janeiro
Criaad Cabo Frio	Cabo Frio
Criaad Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes
Criaad Duque de Caxias	Duque de Caxias
Criaad Ilha	Rio de Janeiro

Criaad Macaé (atende meninos e meninas)	Macaé
Criaad Nilópolis	Nilópolis
Criaad Niterói	Niterói
Criaad Nova Iguaçu	Nova Iguaçu
Criaad Santa Cruz	Rio de Janeiro
Criaad São Gonçalo	São Gonçalo
Criaad Teresópolis	Teresópolis
Criaad Volta Redonda	Volta Redonda

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados do Degase, em 2023.

Anexo 3

Instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes

Roteiro de Grupo Focal com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Cense PACGC RJ

Tempo	Atividade	Objetivos	Recursos
Aquecimento (30 min)			
14h30min	Boas vindas e breve apresentação do projeto para as meninas	Explicar os objetivos do projeto e da atividade	----
14h40min	Momento conexão: pedir para elas escolherem um cartão <i>mica</i> , se apresentarem (dizendo nome, idade e território), falarem como estão chegando e o que estão sentindo.	Estimular a conexão com os sentimentos e o reconhecimento da sua identidade	Baralho
15h00min	Check out: agradecimento e indicar que agora irão realizar uma conversa mais direcionada: começar o grupo focal.	Encerramento	-----
Roteiro do Grupo Focal com as Adolescentes (60 min)			
15h00min	Antes de iniciar o Grupo apresentar o objetivo: “queremos ouvir a opinião de vocês sobre o cotidiano aqui. Junto com outras informações que estamos colhendo com outras pessoas e em outros lugares do Brasil poderemos propor recomendações de aperfeiçoamento socioeducativo com foco nas adolescentes. Tudo que será discutido aqui é sigiloso e não serão divulgados nomes”. Regra de convivência no Grupo: realizar coletivamente um acordo de convivência com o grupo.	Apresentação da pesquisa e criação da regra de convivência	Cartolina Pilot Fita crepe
15h10min	1. Como é a relação de vocês com a equipe técnica de atendimento? Em que momento você procura um(a) técnico(a)? Em que momento você é procurado pelo(a) técnico(a)?	Conversa em plenária	-----

	2. Vocês sabem como é o processo de reavaliação da medida de vocês? Os(as) responsáveis de vocês participam? Sabem o que é favorável para uma boa avaliação? 3. Quais atividades vocês gostam de fazer? Quais vocês não gostam? E quais vocês gostariam que tivesse nas unidades de internação? E por quê? 4. O que vocês acham que levam as meninas a cometerem ato infracional? 5. E o que é importante existir para evitar a realização desses atos infracionais? 6. Quais sonhos vocês gostariam de realizar?		
16h00min	Agradecimentos e encerramento		Bombom

Anexo 4

Instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes

Roteiro do Grupo Focal com Técnicos(as) envolvidos(as) no atendimento à medida socioeducativa de internação

1. Como é o cotidiano do trabalho de vocês?
2. Como é a relação com as meninas no atendimento socioeducativo? Quais os principais problemas? E as boas práticas?
3. Quais os principais avanços e os desafios do PIA?
4. Quais práticas pedagógicas vocês gostariam que fossem incorporadas ao atendimento das meninas?
5. O que significa (ou qual é o papel do) o sistema socioeducativo para vocês?

Anexo 5

Instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes

Roteiro de entrevista com os(as) familiares e/ou responsáveis pelas adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação

Cidade:	
Data:	
Local:	
Nome do(a) entrevistado(a):	
Idade:	
Profissão:	
Considerando as alternativas listadas a seguir, qual a sua cor ou raça?	<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta/negra <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena
Qual a sua situação conjugal?	<input type="checkbox"/> Solteira(o) <input type="checkbox"/> Casada(o)/ União consensual <input type="checkbox"/> Separada(o)/ Desquitada(o)/ Divorciada(o) <input type="checkbox"/> Viúva(o)
Relação familiar com a adolescente:	<input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Avô <input type="checkbox"/> Irmã/Irmão <input type="checkbox"/> Tia/Tio <input type="checkbox"/> Amiga/Vizinha/Amigo/Vizinho <input type="checkbox"/> Marido/ esposa/ namorado(a)/ companheiro(a) <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____
Cidade de residência:	

1. Quantas vezes você vem visitá-la? O que você leva para ela? Sobre o que vocês conversam?
2. Você sabe como é a rotina da sua filha aqui dentro? *(explorar se ela conhece as atividades, se ela participa de algum momento da avaliação da medida, etc.)*
3. Como o cumprimento da medida da sua filha afetou/impactou sua vida e da sua família?
4. O que você acha que levou sua filha a cometer o ato infracional?
5. O que você acha que é preciso para ela não voltar a cometer ato infracional?

Anexo 6

Instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes

QUESTÕES COMUNS PARA A MAIORIA DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

* As questões com numeração de 1 a 24 para os(as) entrevistados(as) “Autor Policial”, “Ministério Público”, “Justiça da Infância e Juventude”, “Coordenação Equipe Técnica Atendimento” e “CEDCA”, assim como as questões com numeração de 1 a 25 para os(as) entrevistados(as) “Defensoria”, “Gestão Degase” e “Direção Unidade” foram suprimidas desta sistematização porque dizem respeito à caracterização dos(as) respondentes e não ao conteúdo analisado.

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENTUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
BLOCO 1 – PERFIL DAS ADOLESCENTES DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO	Perfil socioeconômico das meninas	24. Como descreveria o perfil econômico, cultural e racial das adolescentes apreendidas nessa delegacia? 26. Considerando as adolescentes que passaram por essa delegacia nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	24. Como descreveria o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 26. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa executada nesta unidade nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	24. Como descreveria o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 26. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa executada nesta unidade nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	25. Como descreveria o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 27. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	28. Como descreveria o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 30. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa executada nesta unidade nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	28. Como descreveria o perfil socioeconômico, cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 30. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa executada nesta unidade nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	24. Como descreveria o perfil socioeconômico , cultural e racial das meninas que entram no socioeducativo? 26. Considerando as adolescentes que cumpriram medida socioeducativa executada nesta unidade nos últimos 6 meses, quais os 3 tipos de atos infracionais mais cometidos?	24. Como o/a senhor/a descreveria o perfil econômico, cultural e racial das adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa de internação?
	Abordagem das questões	25. Como é abordada e encaminhada	25. Como é abordada e encaminhada	25. Como é abordada e encaminhada	26. Como é abordada e encaminhada	29. Como é abordada e encaminhada	29. Como é abordada e encaminhada	25. Como é abordada e encaminhada	25. Como é abordada e encaminhada

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
	de gênero	a questão da identidade de gênero no socioeducativo? 27. Quais as diferenças e proximidades da apreensão das meninas em comparação à dos meninos autores de ato infracional? 28. Quais as diferenças e proximidades na apuração dos atos das meninas quando comparados com os dos meninos autores de ato infracional? 29. Existe normativa específica local que oriente os procedimentos da apreensão das meninas a quem se atribui o ato infracional?	a questão da identidade de gênero no socioeducativo? 27. Quais as diferenças e proximidades dos autos do processo das meninas quando comparados com os dos meninos autores de ato infracional? 28. Quais as diferenças e proximidades da apreensão das meninas quando comparada a dos meninos autores de ato infracional? 29. Existe normativa específica para a apreensão das meninas a quem se atribui o ato infracional? Se sim, descreva-a.	a questão da identidade de gênero no socioeducativo? 27. Quais as diferenças e proximidades dos autos do processo das meninas quando comparados com os dos meninos autores de ato infracional? 28. Quais as diferenças e proximidades da apreensão das meninas quando comparadas a dos meninos autores de ato infracional?" 29. Existe normativa específica para a apreensão das meninas a quem se atribui o ato infracional? Se sim, descreva-a.	a questão da identidade de gênero no socioeducativo? 28. Quais as diferenças e proximidades dos autos do processo das meninas quando comparados com os dos meninos autores de ato infracional? 29. Quais as diferenças e proximidades da apreensão das meninas quando comparadas a dos meninos autores de ato infracional?" 30. Existe normativa específica para a apreensão das meninas a quem se atribui o ato infracional? Se sim, descreva-a.	a questão da identidade de gênero no socioeducativo?	a questão da identidade de gênero no socioeducativo?	minhada a questão da identidade de gênero no socioeducativo?	a questão da identidade de gênero no socioeducativo?

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
		Se sim, descreva							
	Programa de egressos	---	30. Conhece um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 30.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	30. Conhece um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 30.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	31. Conhece um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 31.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	31. Existe um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 31.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	31. Existe um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 31.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	27. Existe um programa de acompanhamento das adolescentes autoras de ato infracional após o cumprimento da medida (egressas)? 27.1 Caso sim, especifique como é o programa de acompanhamento de egressas:	---
BLOCO 2 – COTIDIANO DE ATENDIMENTO NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO	Atendimento das adolescentes nos serviços públicos	---	37. [Atendimento ambulatorial de saúde] 37. [Ginecologia e Obstetrícia] 37. [Outras especialidades da área de saúde] 37. [Programas para tratamento de dependência de álcool] 37. [Programas para tratamento de	37. [Atendimento ambulatorial de saúde] 37. [Ginecologia e Obstetrícia] 37. [Outras especialidades da área de saúde] 37. [Programas para tratamento de dependência de álcool] 37. [Programas para tratamento de	38. [Atendimento ambulatorial de saúde] 38. [Ginecologia e Obstetrícia] 38. [Outras especialidades da área de saúde] 38. [Programas para tratamento de dependência de álcool] 38. [Programas para tratamento de	38. [Atendimento ambulatorial de saúde] 38. [Ginecologia e Obstetrícia] 38. [Outras especialidades da área de saúde] 38. [Programas para tratamento de dependência de álcool] 38. [Programas para tratamento de	38. [Atendimento amb. de saúde] 38. [Ginecologia e Obstetrícia] 38. [Outras especialidades da saúde] 38. [Trat. de dependência de álcool] 38. [Trat. de transtorno mental.] 38. [Trat. de dependência	34. [Atend. amb. de saúde] 34. [Ginecologia e Obstetrícia] 34. [Outras especial. de saúde] 34. [Prog. para trat. de dependência de álcool] 34. [Prog. para trat. de transtorno mental.] 34. [Prog. para trat. de dependência de substâncias psicoativas (drogas).] 34. [Rede de Ensino.]	29. [Atendimento ambulatorial de saúde] 29. [Ginecologia e Obstetrícia] 29. [Outras especialidades da área de saúde] 29. [Programas para tratamento de dependência de álcool] 29. [Programas para tratamento de

BLOCOS	TEMAS	AUTOR PO- LICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA IN- FÂNCIA JU- VENTUDE	DEFENSO- RIA	GESTÃO DE- GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÊC- NICA ATENDIMENTO	CEDCA
			transtorno mental.] 37. [Progra- mas para tra- tamento de dependência de substân- cias psicoati- vas (drogas).] 37. [Rede de Ensino] 37. [Cursos profissionali- zantes] 37. [Ativida- des de cul- tura, esporte e lazer] 37.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a	transtorno mental] 37. [Progra- mas para tra- tamento de dependência de substân- cias psicoati- vas (drogas)] 37. [Rede de Ensino] 37. [Cursos profissionali- zantes] 37. [Ativida- des de cul- tura, esporte e lazer] 37.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a	transtorno mental] 38. [Progra- mas para tra- tamento de dependência de substân- cias psicoati- vas (drogas)] 38. [Rede de Ensino] 38. [Cursos profissionali- zantes] 38. [Ativida- des de cul- tura, esporte e lazer] 38.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a	transtorno mental.] 38. [Progra- mas para tra- tamento de dependência de substân- cias psicoati- vas (drogas).] 38. [Rede de Ensino] 38. [Cursos profissionali- zantes.] 38. [Ativida- des de cul- tura, esporte e lazer] 38.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a	de substân- cias psicoati- vas (drogas).] 38. [Rede de Ensino.] 38.[Cursos profissionali- zantes] 38. [Ativ de cultura, es- porte e lazer.] 38. [Outros] 38.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a	34. [Cursos pro- fissionalizantes.] 34. [Ativ. de cul- tura, esporte e la- zer.] 34.1 Descreva de forma sintética os principais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencio- nados na per- gunta anterior e outras possibili- dades citadas pelo/a entrevis- tado/a	transtorno mental.] 29. [Progra- mas para tra- tamento de dependência de substân- cias psicoati- vas (dro- gas).]" 29. [Rede de Ensino.] 29. [Cursos profissionali- zantes.] 29. [Ativida- des de cul- tura, esporte e lazer.] 29.1 Des- creva de forma sinté- tica os princi- pais comentá- rios sobre o atendimento dos serviços mencionados na pergunta anterior e ou- tras possibili- dades citadas pelo/a entre- vistado/a
	Reco- menda- ções para o	---	38. O/a se- nhor/a tem al- guma reco- mendação	38. O/a se- nhor/a tem al- guma reco- mendação	39. O/a se- nhor/a tem al- guma reco- mendação	39. O/a senhor/a tem alguma reco- mendação	39. O/a se- nhor/a tem al- guma reco- mendação	35. O/a senhor/a tem alguma reco- mendação para a construção de	30. O/a se- nhor/a tem al- guma reco- mendação

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
	atendimento socioeducativo Parcerias no atendimento socioeducativo		para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas?	para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas?	para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas?	para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas?"	para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas nas unidades de internação?	outras atividades socioeducativas específicas para as meninas nas unidades de internação? "	para a construção de outras atividades socioeducativas específicas para as meninas? "
	Avanços no atendimento socioeducativo nos últimos 5 anos	30. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	43. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	43. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	44. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	47. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	47. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	43. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	31. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais avanços o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?
	Desafios para o atendimento socioeducativo nos próximos anos	31. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	44. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	44. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	45. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	48. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	48. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	44. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?	32. Pensando nos últimos 5 anos, quais os principais desafios o/a senhor/a destaca no sistema socioeducativo de internação?
	Relações interinstitucionais	33. [Sec. ou órgão estadual responsável pela gestão do sistema socioeducativo privativo de liberdade]	47. [Órgão Gestor Estadual de Socioeducação] 47. [Unidade de Internação feminina]	47. [Órgão Gestor Estadual de Socioeducação] 47. [Unidade de Internação feminina]	48. [Órgão Gestor Estadual de Socioeducação] 48. [Equipe Técnica da Unidade de Internação feminina]	52. [Secretarias de Estado de Educação] 52. [Secretarias de Estado de Saúde]	49. [Sec. de Estado de Educação] 49. [Sec. de Estado de Saúde]	---	33. [Sec. ou órgão estadual responsável pela gestão do sistema socioeducativo pri-

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
		33. [Equipe técnica da unidade de internação feminina] 33. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 33. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 33. [Vara de execução de medidas (juizado)] 33. [Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente] 33.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação Delegacia com as instituições mencionadas na pergunta anterior	47. [Secretarias de Estado de Educação] 47. [Secretarias de Estado de Saúde] 47. [Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente] 47. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 47. [Vara de execução de medidas (juizado)] 47. [Sistema de segurança pública] 47.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação do Ministério Público com as instituições mencionadas na pergunta anterior	47. [Secretarias de Estado de Educação] 47. [Secretarias de Estado de Saúde] 47. [Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente] 47. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 47. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 47. [Sistema de segurança pública] 47.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação da Vara/Juizado com as instituições mencionadas na	48. [Secretarias de Estado de Educação] 48. [Secretarias de Estado de Saúde] 48. [Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente] 48. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 48. [Vara de execução de medidas (juizado)] 48. [Sistema de segurança pública] 48.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação da Defensoria com as instituições mencionadas na pergunta anterior	52. [Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente] 52. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 52. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 52. [Vara de execução de medidas (juizado)] 52. [Sistema de segurança pública] 52.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação da gestão com as instituições mencionadas na pergunta anterior	49. [Conselho Estadual Criança e do Adolescente] 49. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 49. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 49. [Vara de execução de medidas (juizado)] 49. [Sistema de segurança pública] 49.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação da unidade de internação com as instituições mencionadas na pergunta anterior		vativo de liberdade] 33. [Defensoria Pública (núcleo especializado nas medidas socioeducativas)] 33. [Equipe técnica da unidade de internação feminina] 33. [Ministério Público (Promotoria especializada das medidas socioeducativas)] 33. [Vara de execução de medidas (juizado)] 33. [Sistema de segurança pública (ou sistema de polícia)] 33.1 Descreva de forma sintética os principais comentários sobre a relação do Conselho com as insti-

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
				pergunta anterior					tuições mencionadas na pergunta anterior
BLOCO 3 – PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)	PIA	---	39. Qual o papel do PIA no seu processo de avaliação da medida socioeducativa? 40. Em sua opinião, quais os indicadores do PIA evidenciam mais o desenvolvimento pessoal e social do adolescente? 41. O/a senhor/a identifica alguma fragilidade na elaboração do PIA? Quais? 42. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma? "	39. Qual o papel do PIA no seu processo de avaliação da medida socioeducativa? 40. Em sua opinião, quais os indicadores do PIA evidenciam mais o desenvolvimento pessoal e social do adolescente? 41. O/a senhor/a identifica alguma fragilidade na elaboração do PIA? Quais? 42. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma? "	40. Qual o papel do PIA no seu processo de avaliação da medida socioeducativa? 41. Em sua opinião, quais os indicadores do PIA evidenciam mais o desenvolvimento pessoal e social do adolescente? 42. O/a senhor/a identifica alguma fragilidade na elaboração do PIA? Quais? 43. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma? "	40. A Unidade de Internação desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa? 41. Em quanto tempo, é possível construir o PIA? 42. Com que frequência o PIA é avaliado? 43. Os relatórios para a reavaliação da medida a serem encaminhados para o judiciário estão sendo elaborados com base no PIA? 44. O PIA tem sido um instrumento eficaz de acompanhamento	40. A Unidade de Internação desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa? 41. Em quanto tempo é possível construir o PIA? 42. Com que frequência o PIA é avaliado? 43. Os relatórios para a reavaliação da medida a serem encaminhados para o judiciário estão sendo elaborados com base no PIA? 44. O PIA tem sido um instrumento eficaz de acompanhamento	36. A Unidade de Internação desenvolve o Plano Individual de Atendimento (PIA) do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa? 37. Em quanto tempo é possível construir o PIA? 38. Com que frequência o PIA é avaliado? 39. Os relatórios para a reavaliação da medida a serem encaminhados para o judiciário estão sendo elaborados com base no PIA? 40. O PIA tem sido um instrumento eficaz de acompanhamento do processo socioeducativo? 41. Como é o processo de construção do PIA?	---

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENTUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
						do processo socioeducativo? 45. Como é o processo de construção do PIA? 46. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma?	do processo socioeducativo? 45. Como é o processo de construção do PIA? 46. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma?	42. Para o/a senhor/a é necessário aprimorar o PIA? De que forma?	
BLOCO 4 – PERCEPÇÃO SOBRE A GESTÃO E A POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVA	Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo	---	31. O/a senhor/a tem conhecimento de ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 31.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 32. O senhor tem conhecimento sobre como é a rotina de atividades realizadas	31. O/a senhor/a tem conhecimento de ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 31.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 32. O/a senhor/a sabe dizer como é o cotidiano das meninas na unidade? Quais as especificidades	32. O/a senhor/a tem conhecimento de ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 32.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 33. O/a senhor/a sabe dizer como é o cotidiano das meninas na unidade?	32. Existem ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 32.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 33. Como é a rotina de atividades realizadas na unidade feminina? 34. Quais são as especificidades do cotidiano do atendimento	32. Existem ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 32.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 33. Como é a rotina de atividades realizadas na unidade feminina? 34. Quais são as especificidades do cotidiano do atendimento	28. Existem ações/projetos de acompanhamento das adolescentes reincidentes ? 28.1 Se a resposta anterior for sim, especifique como é o programa de acompanhamento das adolescentes reincidentes: 29. Como é a rotina de atividades realizadas na unidade feminina? 30. Quais são as especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando	34. O Conselho participou da elaboração do Plano Estadual Socioeducativo ? Como foi esse processo? 35. O que o Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do Socioeducativo?

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
			<p>das na unidade feminina?</p> <p>33. Quais são as especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>34. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>35. O/a senhor/a tem conhecimento sobre as parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade feminina? A Pro-</p>	<p>do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>33. Quais as especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>34. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>35. O/a senhor/a tem conhecimento sobre as parcerias que existem no</p>	<p>34. Quais são as especificidades do cotidiano do atendimento às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>35. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>36. O/a senhor/a tem conhecimento sobre as parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade feminina? A Defensoria possui alguma parceria específica para</p>	<p>às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>35. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>36. Quais as principais parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade feminina?</p> <p>37. Existem atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existem, contemos um pouco sobre isso? Como é a adesão das</p>	<p>às meninas em privação de liberdade quando comparadas com os meninos?</p> <p>35. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>36. Quais as principais parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro das unidades femininas?</p> <p>37. Existem atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existem, contemos um pouco sobre isso? Como é a adesão das</p>	<p>comparadas com os meninos?</p> <p>31. Em sua opinião, as atividades desenvolvidas nas unidades de internação levam em consideração as diferenças de gênero, raça/cor, deficiência?</p> <p>32. Quais as principais parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade?</p> <p>33. Existe atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existe, contemos um pouco sobre isso? Como é a adesão das adolescentes?</p>	

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
			<p>motoria possui alguma parceria específica para apoiar o sistema socioeducativo?</p> <p>36. O/a senhor/a tem conhecimento sobre atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existe, contemos um pouco sobre isso?</p>	<p>apoio das atividades socioeducativas dentro da Unidade feminina? O juizado possui alguma parceria específica para apoiar o sistema socioeducativo?</p> <p>36. O/a senhor/a tem conhecimento sobre atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existe, contemos um pouco sobre isso?</p>	<p>apoiar o sistema socioeducativo?</p> <p>37. O/a senhor/a tem conhecimento sobre atividades religiosas regulares dentro das Unidades? Se existe, contemos um pouco sobre isso?</p>	<p>adolescentes?</p>	<p>adolescentes?</p>		
	Atividades socioeducativas	<p>32. O Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do socioeducativo? Se sim, quais?</p>	<p>45. O Plano Estadual de atendimento Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do socioeducativo? Se sim, quais?</p>	<p>45. O Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do socioeducativo? Se sim, quais?</p>	<p>46. O Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do socioeducativo? Se sim, quais?</p>	<p>50. O que o Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do sistema?</p>	<p>51. O que o Plano Estadual Socioeducativo trouxe de mudanças para a gestão do sistema?</p>		<p>28. O senhor/a tem conhecimento sobre as principais parcerias que existem no apoio das atividades socioeducativas dentro da</p>

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
									Unidade feminina?
	Plano Político-Pedagógico	---	46. Qual é a sua avaliação sobre o Plano Político Pedagógico utilizado no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos o/a senhor/a destaca como prioritário nas atividades socioeducativas em meio fechado? Em especial, para as atividades diretas com as meninas e adolescentes?	46. Qual é a sua avaliação sobre o Plano Político Pedagógico utilizado no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos o/a senhor/a destaca como prioritário nas atividades socioeducativas em meio fechado? Em especial, para as atividades diretas com as meninas e adolescentes?	47. Qual é a sua avaliação sobre o Plano Político Pedagógico utilizado no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos o/a senhor/a destaca como prioritário nas atividades socioeducativas em meio fechado? Em especial, para as atividades diretas com as meninas e adolescentes?	"51. O Plano Político Pedagógico é um instrumento utilizado na sua atuação no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos você destaca como prioritário nas atividades socioeducativas em meio fechado? Em especial, para as atividades diretas com as meninas e adolescentes? "	52. O Plano Político Pedagógico é um instrumento utilizado na sua atuação no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos você destaca como prioritário nas atividades socioeducativas de internação? Em especial, para as atividades diretas com as adolescentes?	46. O Plano Político Pedagógico é um instrumento utilizado na sua atuação no Sistema Socioeducativo? Quais os pontos você destaca como prioritário nas atividades socioeducativas da internação? Em especial, para as atividades diretas com as meninas e adolescentes?	---
	Prioridades da sua gestão	---	---	---	--	49. Quais são as atuais prioridades da sua gestão no sistema socioeducativo? Por quê? "	50. Quais são as atuais prioridades da sua gestão no sistema socioeducativo? Por quê?	---	--
BLOCO 5 – LIVRES OBSERVAÇÕES	Comentários finais	34. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	48. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	48. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	49. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	53. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	53. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre	47. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre o sistema	36. Há algo que o/ a senhor/a gostaria de acrescentar sobre

BLOCOS	TEMAS	AUTOR POLICIAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	JUSTIÇA INFÂNCIA JUVENITUDE	DEFENSORIA	GESTÃO DE GASE	DIREÇÃO DE UNIDADE	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO	CEDCA
DO(A) ENTREVISTADO(A)		o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade (internação)?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade?	socioeducativo para meninas em privação de liberdade?	o sistema socioeducativo para meninas em privação de liberdade?

QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA ALGUNS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

TEMAS	AUTOR POLICIAL	CEDCA	DEFENSORIA	DIREÇÃO UNIDADE	GESTÃO DE GASE	JIJ	MP	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO
Debate sobre o tema do atendimento socioeducativo	---	23. O Conselho está acompanhando o debate sobre medidas socioeducativas em meio fechado? Como ele tem se posicionado?	---	---	---	---	---	---
Maus tratos	---	26. O Conselho recebe denúncias de maus tratos nas unidades de internação? Se sim, qual é o canal para realizá-las? Quais são os desdobramentos?	---	---	---	---	---	---
Ações de monitoramento	---	27. Quais ações de monitoramento o Conselho realiza na área socioeducativa?	---	---	---	---	---	---
Prioridades da sua gestão	---	--	---	50. Quais são as atuais prioridades da sua gestão no sistema socioeducativo? Por quê?	49. Quais são as atuais prioridades da sua gestão no sistema socioeducativo? Por quê?	---	---	---
Regimento interno	---	---	---	---	---	---	---	45. Existe regimento interno da unidade? Quando foi a última atualização? Destacaria

TEMAS	AUTOR POLI- CIAL	CEDCA	DEFEN- SORIA	DIREÇÃO UNIDADE	GESTÃO DEGASE	JIJ	MP	EQUIPE TÉCNICA ATENDIMENTO
								algo importante no do- cumento?

Anexo 7

Instrumento de pesquisa aplicado junto aos participantes

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa projeto “Análise da execução de medidas socioeducativas para meninas adolescentes em privação de liberdade (internação)”, um Termo de Fomento nº 879502/2018, firmado entre o IBAM e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) realizado com recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e apoiado pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

NOME DA PESQUISA: Análise da execução de medidas socioeducativas para meninas adolescentes em privação de liberdade (internação)

INSTITUIÇÃO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal -- IBAM

ENDEREÇO: Rua Buenos Aires, 19 – Centro - Rio de Janeiro / RJ - CEP:20070-021

TELEFONE: 55 21 2536 9757 / 2536 9753

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Os dados obtidos na pesquisa são de caráter sigiloso.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO ENTREVISTADO:

Declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado (a) pelo (a) pesquisador (a).

NOME:

RG:

DATA:

CIDADE:

ASSINATURA: _____